

# FIDELIDADE

SEGUROS DESDE 1808

## Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira

# 2022

*Certificado por ROC e Atuário Responsável*

# Índice

<b>Síntese</b> .....	<b>3</b>
<b>A. Atividades e Desempenho</b> .....	<b>13</b>
A.1. Atividades .....	14
A.2. Desempenho da subscrição .....	28
A.3. Desempenho dos investimentos .....	42
A.4. Desempenho de outras atividades .....	46
A.5. Eventuais informações adicionais .....	46
<b>B. Sistema de Governação</b> .....	<b>47</b>
B.1. Informações gerais sobre o sistema de governação .....	48
B.2. Requisitos de qualificação e de idoneidade .....	57
B.3. Sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência .....	59
B.4. Sistema de controlo interno .....	69
B.5. Função de Auditoria Interna .....	71
B.6. Função Atuarial .....	72
B.7. Subcontratação .....	73
B.8. Eventuais informações adicionais .....	73
<b>C. Perfil de Risco</b> .....	<b>74</b>
C.1. Risco específico de seguros .....	77
C.2. Risco de mercado .....	82
C.3. Risco de crédito .....	85
C.4. Risco de liquidez .....	85
C.5. Risco operacional .....	86
C.6. Outros riscos materiais .....	87
C.7. Eventuais informações adicionais .....	88
<b>D. Avaliação para efeitos de Solvência</b> .....	<b>90</b>
D.1. Ativos .....	91
D.2. Provisões técnicas .....	99
D.3. Outras responsabilidades .....	108
D.4. Métodos alternativos de avaliação .....	109
D.5. Eventuais informações adicionais .....	109
<b>E. Gestão de Capital</b> .....	<b>112</b>
E.1. Fundos próprios .....	113
E.2. Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo .....	116
E.3. Utilização do submódulo de risco acionista baseado na duração para calcular o requisito de capital de solvência .....	117
E.4. Diferenças entre a fórmula-padrão e qualquer modelo interno utilizado .....	117
E.5. Incumprimento do requisito de capital mínimo e incumprimento do requisito de capital de solvência .....	117
E.6. Informações relativas aos impostos diferidos .....	118
E.7. Eventuais informações adicionais .....	118
<b>Anexos</b> .....	<b>119</b>
Anexo - Informação quantitativa*	
Anexo - Certificação pelo Atuário Responsável	
Anexo - Certificação pelo Revisor Oficial de Contas	

# Síntese

O regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, exige que as empresas de seguros divulguem publicamente um relatório anual sobre a sua solvência e situação financeira.

O conjunto de informação qualitativa que as empresas de seguros devem divulgar, encontra-se previsto no capítulo XII do título I do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014.

Por sua vez, a informação quantitativa<sup>1</sup> a divulgar em conjunto com este relatório, encontra-se estabelecida nos artigos 4.º e 5.º Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro, alterado e retificado pelo Regulamento de Execução (UE) n.º 2017/2190, da Comissão, de 24 de novembro.

Considerando o descrito no artigo 292.º daquele Regulamento Delegado, apresenta-se, de seguida, uma síntese, “*clara e concisa*”, das matérias desenvolvidas neste relatório.

## ATIVIDADES E DESEMPENHO

O Grupo Fidelidade tem hoje uma posição de liderança no mercado segurador português, complementada por uma presença internacional com elevado potencial.

Opera no mercado nacional de seguros através de cinco companhias: Fidelidade, Multicare, Fidelidade Assistência, Via Directa e Companhia Portuguesa de Resseguros.

No mercado internacional atua através de sucursais e subsidiárias em diversos países, nomeadamente Angola, Cabo Verde, Macau, Perú, Bolívia, Paraguai, Chile, Moçambique e Liechtenstein.

Por outro lado, o Grupo Fidelidade detém subsidiárias e participações estratégicas em empresas de prestação de serviços complementares aos seguros (e.g.: Grupo Luz Saúde, CETRA, EAPS, Fidelidade Property, Tenax, etc.), que se enquadram na estratégia de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor, permitindo posicionar o Grupo Fidelidade como um grupo de prestação de serviços globais associados à proteção das pessoas.

### *Desempenho individual*

A diminuição da produção no segmento Vida deveu-se, sobretudo, à componente de Vida Financeiro, em particular ao nível dos produtos *Unit Linked*. Apesar do contexto económico de aumento de taxas de juro, que se começou a fazer sentir no segundo semestre de 2022, a perda de rendimento provocada pela inflação e a instabilidade nos mercados financeiros impactou negativamente esta tipologia de produtos financeiros. Esta evolução contrasta com o aumento de prémios verificado em 2021, que beneficiou de níveis elevados da taxa de poupança das famílias face aos anos pré-pandemia, refletindo a incerteza face à evolução da situação económica ainda em contexto de pandemia.

Por sua vez, a produção do segmento Não Vida manteve a tendência de crescimento, voltando a ganhar maior tração quando comparado com o crescimento verificado no ano anterior, maioritariamente fruto da recuperação da atividade económica.

Neste segmento, importa destacar, a evolução positiva registada no ramo Saúde (+11,8%), numa altura que a população está cada vez mais sensibilizada para a necessidade de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde. Este crescimento permitiu que o ramo Saúde consolidasse o seu posicionamento como segundo maior ramo do segmento Não Vida, com a produção de seguro direto a ascender a 1.156 milhões de euros.

---

<sup>1</sup> A informação quantitativa de montantes monetários é apresentada em milhares de euros, podendo em algumas circunstâncias tabelas e gráficos apresentarem totais que não correspondem em valor exato à soma das partes, fruto do arredondamento dessas mesmas partes.

### *Desempenho consolidado*

Em 2022, o Grupo Fidelidade alcançou um volume consolidado de prémios emitidos no valor total de 5.118,1 milhões de euros, tendo registado um aumento global de 4,2% face ao ano anterior, suportado pelo forte crescimento do negócio Não Vida.

O rácio combinado Não Vida registou um aumento face ao período homólogo, motivado pela retoma da normalidade na atividade económica, com reflexo na frequência de sinistralidade e pelo efeito da inflação.

O resultado técnico evoluiu favoravelmente para a 71,3 milhões de euros, refletindo a melhoria da rentabilidade dos ramos Vida Risco num contexto pós-pandemia.

O resultado de investimento registou uma diminuição de 52,2% atingindo 158,1 milhões de euros, influenciado pelo efeito da desvalorização dos ativos de investimento ao longo de 2022, refletindo quer a instabilidade sentida nos mercados financeiros, quer o efeito do aumento da inflação e taxas de juro.

A evolução positiva do resultado não técnico para 108,8 milhões de euros, para o qual contribuiu a melhoria do resultado da atividade não seguradora do Grupo Fidelidade, não foi suficiente para compensar a redução no resultado de investimento, levando a que o resultado líquido tenha registado uma diminuição de 49,8 milhões de euros face a 2021, para 220,5 milhões de euros.

De referir, ainda, que no final de 2022 o Grupo Fidelidade contava com 17,0 mil milhões de euros em ativos sob gestão, representando um decréscimo de 5,8% face a 2021, que reflete, sobretudo, o efeito da desvalorização dos ativos financeiros. Por outro lado, as provisões técnicas registaram um aumento de 3,0% face a 2021.

O capital próprio ascendeu a 2.553,6 milhões de euros, tendo o retorno médio sobre o capital acionista ("ROE") sido de 7,9%.

### SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

A Companhia possui estruturas de governo societário e de governação interna bem definidas e adequadas à sua estratégia de negócio e às suas operações. Estão estabelecidos, de forma clara, mecanismos de delegação de competências, canais de comunicação e atribuição de funções.

Estão definidas funções-chave de gestão de riscos, auditoria interna, atuariado e *compliance* no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

A Política de Remuneração aplicável aos órgãos sociais da Fidelidade assenta em princípios que promovem a sustentabilidade a longo prazo da Companhia, a gestão e controlo eficazes dos riscos por ela assumidos e o alinhamento dos interesses da Fidelidade, dos seus acionistas e bem assim dos tomadores de seguro, segurados, participantes e beneficiários.

A Companhia possui processos de avaliação dos requisitos de adequação das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam, são responsáveis ou exercem funções-chave.

Estão implementados na Companhia processos e procedimentos de gestão de riscos por tipologia de risco – risco estratégico, risco específico de seguros (desenho de produtos e tarificação; subscrição; provisionamento das responsabilidades; gestão de processos de sinistros; resseguro e formas alternativas de transferência de risco), risco de mercado, risco de crédito, risco de concentração, risco de liquidez e risco de reputação.

Estão implementados processos de gestão de risco operacional e de controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente.

A Companhia possui uma Política ORSA com o objetivo de estabelecer os princípios gerais da autoavaliação do risco e da solvência. Nestes termos, o ORSA assume um papel fundamental na gestão da Companhia, pelo que os resultados obtidos

durante o exercício são levados em conta na Gestão de Riscos da Companhia, na Gestão de Capital e na Tomada de Decisões.

As normas e princípios a que deve obedecer a função de auditoria interna da Companhia encontram-se estabelecidos na Política de Auditoria Interna.

A função de auditoria interna é exercida com independência, imparcialidade e objetividade, estando previstos mecanismos para preservar estes princípios.

Tendo em consideração a natureza, complexidade e dimensão das carteiras da Companhia, a função atuarial encontra-se subdividida em função atuarial vida e função atuarial não vida e saúde. Aquelas funções atuariais são independentes em termos funcionais, reportando diretamente à Comissão Executiva da Companhia.

A Companhia possui um Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) que tem como principais objetivos supervisionar a situação ativo/ passivo, a carteira de investimentos e os riscos de mercado.

Refira-se, por fim, que durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram alterações materiais no sistema de governação da Companhia.

### PERFIL DE RISCO

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, de forma a assegurar a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação.

A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Assim, o cálculo do requisito de capital de solvência (SCR) da Companhia com referência a 31 de dezembro de 2022 foi o seguinte:



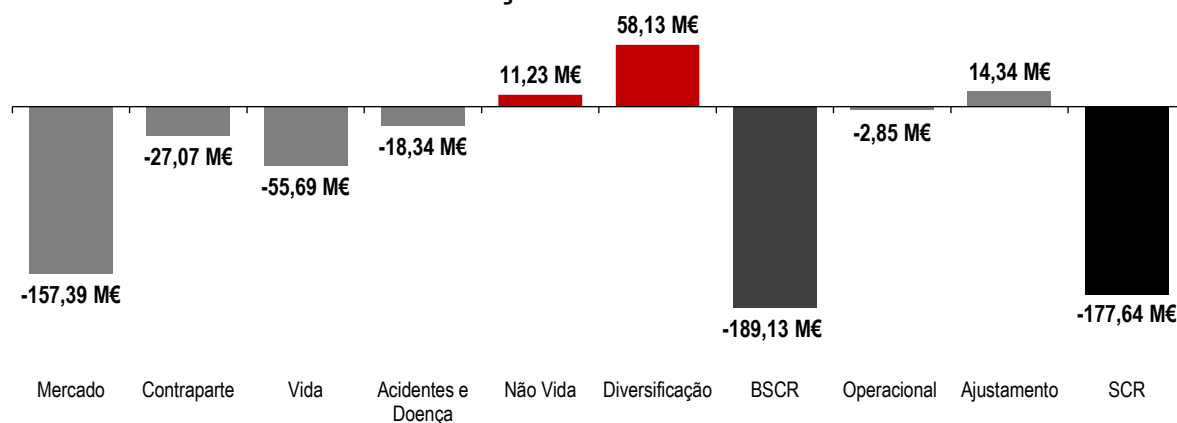
Deste requisito, destaca-se claramente o risco de mercado, seguindo-se, com uma dimensão notoriamente inferior, os riscos específicos de seguros Vida e Não Vida, Acidentes e Doença, e de Incumprimento pela contraparte.

Como parte do processo ORSA são identificados riscos que não se encontram incorporados na fórmula-padrão. Neste sentido, os seguintes riscos são reconhecidos pela Companhia como potencialmente materiais: risco de reputação, risco estratégico, risco de (continuidade de) negócio e risco legal.

A Companhia, desde 2018, reconhece o ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos não só do impacto no imposto diferido passivo, mas também o impacto no imposto diferido ativo, neste caso usando exclusivamente o efeito que deriva das diferenças temporais e não a recuperação de prejuízos fiscais.

Durante o período abrangido pelo presente relatório, verificou-se um decréscimo do requisito de capital de solvência (SCR) em cerca de 177,64 milhões de euros, quando comparado com o seu valor à data de referência de 31 de dezembro de 2021.

### Variação SCR 2021-2022



Este decréscimo resultou, em grande medida, da evolução do risco de mercado, justificado pela redução do risco de *spread*, explicado a uma redução da exposição a dívida *corporate*.

Destaca-se também a redução do risco específico de seguros vida, que resulta fundamentalmente da evolução da estrutura temporal de taxa de juro sem risco com impacto mais significativo no risco de descontinuidade devido maioritariamente aos seguros de vida risco ligados ao crédito habitação.

A redução do risco específico de seguros de acidentes e doença decorre fundamentalmente da atividade da Companhia e do risco catastrófico.

O aumento do risco específico de seguros de não vida decorreu da atividade da Companhia com incremento do volume de prémios e reservas dos contratos dos ramos automóvel e incêndio e do incremento do risco catastrófico para o qual contribuiu o incremento do negócio do ramo responsabilidade civil.

Por fim, o decréscimo do risco operacional reflexo da evolução da atividade da Companhia no negócio vida e do aumento das despesas respeitantes a *unit-linked*.

### AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA

Em relação aos ativos, são descritas as bases, métodos e principais pressupostos usados na sua avaliação para efeitos de solvência, bem como a sua comparação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras. Esta informação é segmentada por ativos financeiros, ativos imobiliários e outros ativos.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Ativos financeiros	13.513.555	13.757.342	-243.787	15.048.369
Ativos imobiliários	301.105	296.590	4.515	334.563
Outros ativos	1.069.014	1.040.728	28.286	870.675
Recuperáveis de resseguro	315.968	459.791	-143.823	276.074
<b>Total</b>	<b>15.199.642</b>	<b>15.554.451</b>	<b>-354.809</b>	<b>16.529.681</b>

As principais diferenças, por classe de ativos, são as seguintes:

*Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações*

Resulta, da valorização, para efeitos de solvência, das participadas não cotadas pelo *Adjusted Equity Method (AEM)*, (em termos líquidos, o valor total destas participações para efeitos de solvência reduziu-se em 122.806 m€).

No valor total da diferença, estão incluídos, entre outros, os impactos da valorização da Luz Saúde S.A. (redução de 173.466 m€), da FID Peru, S.A. (redução de 137.216 m€) e da Fidelidade Property Europe, S.A. (aumento de 215.310 m€).

*Depósitos que não equivalentes a numerário*

A partir do reporte do Q4 2022, os ativos com o CIC 79 (contas margem e de colateral) deixaram de ser integrados na rubrica do balanço “Depósitos que não equivalentes a numerário” devido a uma alteração na taxonomia. Segundo orientações da ASF, este montante passou a ser refletido na rubrica “Quaisquer outros ativos não incluídos noutros elementos do balanço”.

*Recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais*

As diferenças decorrem da metodologia aplicada no cálculo da melhor estimativa a qual assume pressupostos que não são considerados nas demonstrações financeiras.

Na comparação dos valores para efeitos de solvência, entre 2021 e 2022, as diferenças refletem a evolução da atividade da Companhia no período abrangido pelo presente relatório, não tendo ocorrido alterações nas bases, métodos e principais pressupostos usados na avaliação dos ativos para efeitos de solvência.

Em relação às provisões técnicas, são descritas as bases, métodos e principais pressupostos usados na sua avaliação para efeitos de solvência e a sua comparação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras. Esta informação é segmentada por Vida, Não Vida, Saúde – SLT (*Similar to Life Techniques*) e Saúde NSLT (*Not Similar to Life Techniques*).

A Companhia aplicou o regime transitório, previsto no artigo 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, às provisões técnicas das responsabilidades de natureza vida ao nível dos grupos de risco homogêneos “Produtos de capitalização”, com e sem participação nos resultados, e “Saúde – SLT”, relacionado com responsabilidades de contratos de seguro de acidentes de trabalho.



Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Vida	8.907.249	9.500.963	-593.714	9.614.017
Não Vida	850.280	1.162.134	-311.854	819.565
Saúde – SLT	897.493	962.244	-64.751	1.151.547
Saúde – NSLT	235.483	283.360	-47.877	222.405
<b>Total</b>	<b>10.890.505</b>	<b>11.908.701</b>	<b>-1.018.196</b>	<b>11.807.534</b>

As principais diferenças resultam, por um lado, da utilização de diferentes bases, métodos e principais pressupostos na avaliação das provisões técnicas, quer para efeitos de solvência, quer nas demonstrações financeiras, e, por outro, da aplicação da medida transitória acima referida.

Na comparação dos valores para efeitos de solvência, entre 2021 e 2022, as diferenças refletem a evolução da atividade da Companhia no período abrangido pelo presente relatório, não tendo ocorrido alterações nas bases, métodos e principais pressupostos usados na avaliação das provisões técnicas para efeitos de solvência.

Conforme previsto no artigo 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a Companhia efetuou o decréscimo da dedução transitória às provisões técnicas no primeiro dia de 2021, apresentando-se no quadro seguinte o valor daquela dedução em 31 de dezembro de 2021.

Valores em milhares de euros

Classes de negócio/ Grupos Homogéneos de Risco		Dedução Transitória		
		Recálculo 1/1/2019	Decréscimo anual	Valor em 31/12/2022
29 e 33	Responsabilidades de seguros vida - Saúde – SLT	256.882	-19.760	197.602
30	Responsabilidades de seguros vida - Seguro com participação nos resultados - Produtos de capitalização	137.145	-10.550	105.496
32	Responsabilidades de seguros vida - Outras responsabilidades de natureza vida - Produtos de capitalização	192.764	-14.828	148.280
<b>Total</b>		<b>586.791</b>	<b>-45.138</b>	<b>451.378</b>

É também apresentada a comparação da avaliação de outros passivos para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Passivo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Passivos contingentes	0	0	0	0
Provisões que não provisões técnicas	35.452	35.452	0	67.560
Obrigações a título de prestações de pensão	6.053	6.053	0	88
Depósitos de resseguradores	149.623	149.623	0	130.147
Passivos por impostos diferidos	420.404	126.189	294.215	326.019
Derivados	167.770	169.257	-1.487	312.627
Dívidas a instituições de crédito	0	0	0	0
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	34.854	23.542	11.312	26.756
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	103.968	110.794	-6.826	98.251
Valores a pagar a título de operações de resseguro	91.905	99.287	-7.382	78.713
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	64.467	64.467	0	111.469
Passivos subordinados	462.590	502.164	-39.574	515.360
Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço	189.936	130.100	59.836	142.367
<b>Total</b>	<b>1.727.022</b>	<b>1.416.928</b>	<b>310.094</b>	<b>1.809.357</b>

A principal diferença por classe de passivos, é a seguinte:

*Passivos por impostos diferidos*

A diferença resulta da aplicação da taxa de imposto aos ganhos com diferenças temporárias tributáveis implícitas no balanço para efeitos de solvência, ou seja, após os ajustamentos com impacto positivo nos fundos próprios.

Na comparação dos valores para efeitos de solvência, entre 2021 e 2022, as diferenças refletem a evolução da atividade da Companhia no período abrangido pelo presente relatório, não tendo ocorrido alterações nas bases, métodos e principais pressupostos usados na avaliação de outros passivos para efeitos de solvência.

GESTÃO DE CAPITAL

O quadro seguinte apresenta a comparação dos capitais próprios, tal como constam nas demonstrações financeiras da Companhia, e o excesso do ativo sobre o passivo calculado para efeitos de solvência.

Valores em milhares de euros

	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Ativos	15.199.642	15.554.451	-354.809	16.529.681
Provisões Técnicas	10.890.505	11.908.701	-1.018.196	11.807.534
Outras responsabilidades	1.727.022	1.416.928	310.094	1.809.357
<b>Excedente do ativo sobre o passivo</b>	<b>2.582.115</b>	<b>2.228.822</b>	<b>353.293</b>	<b>2.912.790</b>

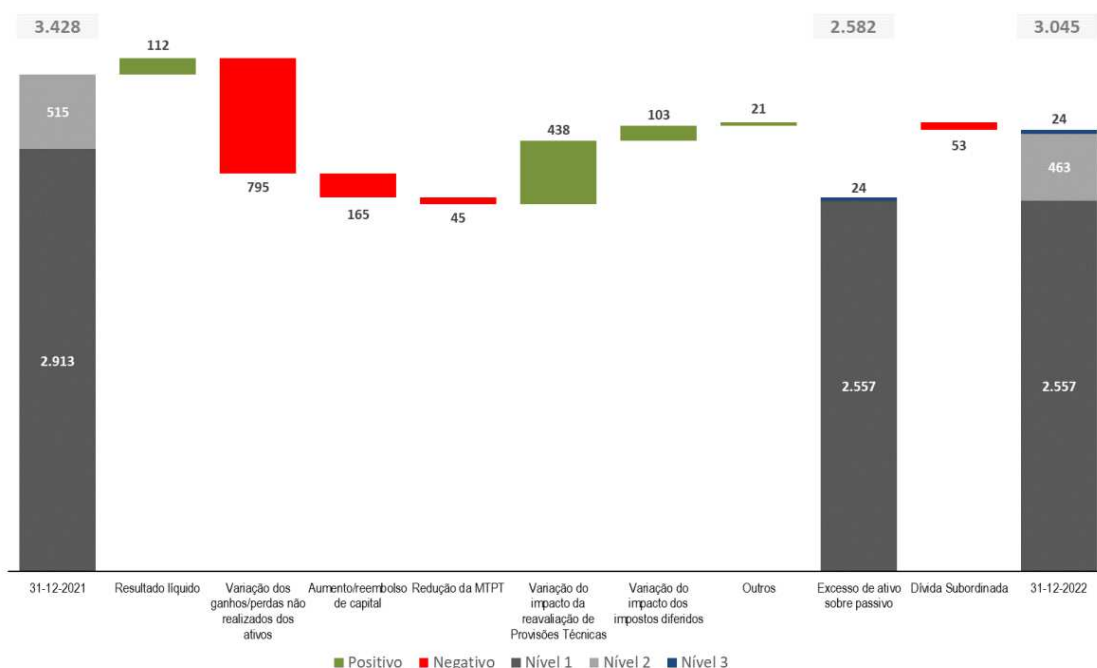
Em relação à estrutura, montante e qualidade dos fundos próprios de base, verifica-se que a Companhia possui fundos próprios complementares, Nível 3, no valor de 24,5 milhões de euros, encontrando-se a maioria dos fundos próprios base está classificada em Nível 1, existindo também fundos próprios base de Nível 2 referentes a passivos subordinados.

Os montantes disponíveis e elegíveis dos fundos próprios para satisfazer o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito mínimo de capital (MCR), classificados por níveis, relativos a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, encontram-se no quadro seguinte.

Valores em milhares de euros

	Fundos próprios disponíveis para satisfazer				Fundos próprios elegíveis para satisfazer			
	SCR	SCR ano anterior	MCR	MCR ano anterior	SCR	SCR ano anterior	MCR	MCR ano anterior
Nível 1	2.557.467	2.912.641	2.557.467	2.912.641	2.557.467	2.912.641	2.557.467	2.912.641
Nível 2	462.590	515.360	462.590	515.360	462.590	515.360	77.952	83.557
Nível 3	24.499	0	0	0	24.499	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3.044.556</b>	<b>3.428.001</b>	<b>3.020.057</b>	<b>3.428.001</b>	<b>3.044.556</b>	<b>3.428.001</b>	<b>2.635.419</b>	<b>2.996.198</b>

O gráfico seguinte apresenta as principais alterações nos fundos próprios disponíveis da Companhia durante o período abrangido pelo presente relatório.



Em relação ao cálculo do requisito de capital de solvência (SCR), a Companhia aplica a fórmula-padrão, não aplicando qualquer modelo interno.

O cálculo dos requisitos de capital do submódulo de risco cambial incorpora o efeito da cobertura da exposição cambial dos ativos em carteira denominados em dólar americano (USD), dólar de Hong Kong (HKD) e libra esterlina (GBP), através do recurso a contratos de futuros, *forward* cambiais e *swaps* cambiais e dos ativos denominados em iene (JPY) e francos suíços (CHF) através de contratos *forward* cambiais.

A exposição às contrapartes com as quais a cobertura referida acima é efetuada também é tida em conta no módulo de risco de incumprimento pela contraparte.

Para o cálculo do requisito de capital de solvência, a Companhia aplica a fórmula-padrão prevista nos artigos 119.º a 129.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, não utilizando cálculos simplificados nem parâmetros específicos da empresa.

O cálculo do requisito de capital mínimo foi efetuado de acordo com o previsto no artigo 147.º daquele Regime.

O requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR), bem como o respetivo rácio de cobertura, relativos a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes.

Valores em milhares de euros

	Requisitos de Capital	Requisitos de Capital ano anterior	Rácio de Cobertura	Rácio de Cobertura ano anterior
SCR	1.442.830	1.620.470	211,01%	211,54%
MCR	389.758	417.785	676,17%	717,16%

O rácio de cobertura do SCR teve um decréscimo resultante da redução verificada nos requisitos de capital ter sido proporcionalmente inferior à redução dos fundos próprios disponíveis para satisfazer o SCR.

Uma nota final para indicar que, caso a Companhia não aplicasse a dedução transitória aplicável às provisões técnicas, os rácios de cobertura do requisito de capital de solvência (SCR) e do requisito de capital mínimo (MCR) seriam 188,79% e 551,9%, respetivamente.

A Companhia continua a monitorizar o conflito na Ucrânia, e reagirá ativamente a possíveis impactos no seu rácio de solvência.

# A. Atividades e Desempenho

Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram atividades ou outros eventos significativos, com impacto material na Companhia.

Não obstante, ao longo do presente capítulo são apresentadas comparações com as informações incluídas no relatório relativo ao exercício de 2021.

---

## A.1. Atividades

### A.1.1. Denominação e forma jurídica da Companhia

A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. ("Fidelidade", "Companhia" ou "Sociedade"), com sede em Lisboa, Portugal, no Largo do Calhariz nº 30, é uma sociedade anónima resultante da fusão por incorporação da Império Bonança - Companhia de Seguros, S.A. na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A., conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. A operação foi autorizada pelo órgão regulador de seguros Português (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões ou "ASF") através de uma resolução do seu Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2012. Desde 15 de maio de 2014 que, com a aquisição inicial do capital social da Fidelidade, a Companhia via Longrun Portugal, SGPS, S.A., ("Longrun") passou a integrar a Fosun International Holdings Ltd.

A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro e resseguro em todos os ramos técnicos. Tradicionalmente, o ramo técnico vida, incluindo contratos de investimento, é o mais importante em termos dos passivos técnicos sob gestão. Relativamente aos ramos técnicos não vida, os que têm maior expressão em volume de prémios são o automóvel, incêndio e outros danos, doença e acidentes de trabalho, representando aproximadamente 86,2% e 87,5% dos prémios totais não vida emitidos durante os exercícios de 2021 e 2020, respetivamente.

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, a Companhia está presente em Espanha, França, Luxemburgo e China.

### A.1.2. Autoridade de supervisão responsável pela supervisão financeira da Companhia

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), com sede na Av. da República, 76, 1600-205 Lisboa, é a autoridade nacional responsável pela regulação e supervisão, quer prudencial, quer comportamental, da atividade seguradora, resseguradora, dos fundos de pensões e respetivas entidades gestoras e da mediação de seguros.

Para efeitos de Supervisão de Grupos de Seguros, é também a ASF o supervisor do grupo a que a Companhia pertence.

### A.1.3. Revisor Oficial de Contas da Companhia

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, em 31 de dezembro de 2022, é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada por Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC n.º 1579, registada na CMVM sob o n.º 20161189.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas exerce funções desde 15 de maio de 2014, tendo sido reconduzida em 30 de junho de 2020 para exercer funções até ao final do triénio 2020/2022.

Para além dos trabalhos de revisão legal de contas e auditoria, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. presta recorrentemente os seguintes serviços exigidos por lei:

- Certificação do Relatório Anual sobre a Solvência e Situação Financeira no âmbito da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março;

- Parecer sobre os Sistemas de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, quanto aos mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude de seguros, nos termos do n.º 4º do art.º 36 da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF; e
- Parecer sobre a adequação da política de remuneração, nos termos do n.º 4 do art.º 90 da Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril, da ASF.

Para além dos trabalhos acima referidos, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. não presta, de forma recorrente, outro tipo de serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio.

Contudo, quando haja lugar à prestação de outros serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, tal ocorrerá em estrita conformidade com os procedimentos legalmente definidos.

#### A.1.4. Titulares de participações qualificadas

No contexto de um mercado em permanente evolução, em que as exigências legais e regulatórias são, cada vez mais, desafiantes, a definição de uma estrutura sólida de *governance*, coadjuvada por mecanismos éticos, mas também de *compliance* e gestão do risco, é fundamental para assegurar um desenvolvimento sustentado, criando valor para todos os *stakeholders*.

A Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. é a sociedade que encabeça o Grupo Fidelidade.

É detida em **84,99%** pelo **Grupo Fosun**, através da Longrun Portugal, SGPS, S.A., e em **15,00%** pela **Caixa Geral de Depósitos, S.A.**



**FOSUN**

O Grupo Fosun é um dos maiores conglomerados privados chineses com presença internacional e cotado (Fosun International Limited) na bolsa de Hong Kong (código da bolsa: 00656.HK). Possui participações em diversos setores como seguros, banca, indústria farmacêutica e turismo.

A CGD é um banco detido pelo Estado português. Constituído em 1876, é atualmente uma das maiores instituições financeiras em Portugal, contando com cerca de 4 milhões de clientes.

Estes dois acionistas de referência, pela sua complementaridade e ambição, são garante de estabilidade e dinamização das operações do Grupo Fidelidade.

As participações qualificadas no capital social da Fidelidade, a 31 de dezembro de 2022, encontram-se espelhadas no quadro seguinte:

Acionista	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	137.402.839	84,9892%	84,9892%
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	24.250.644	15%	15%
<b>Total</b>	<b>161.653.483</b>	<b>99,9892%</b>	<b>99,9892%</b>

Em 31 de dezembro de 2022, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham ações da Sociedade.

#### A.1.5. Posição da Companhia na estrutura do grupo segurador a que pertence

O Grupo Fidelidade tem hoje uma posição de liderança no mercado segurador português, complementada por uma presença internacional com elevado potencial.

Opera no mercado nacional de seguros através de cinco companhias: Fidelidade, Multicare, Fidelidade Assistência, Via Directa e Companhia Portuguesa de Resseguros.

No mercado internacional atua através de sucursais e subsidiárias em diversos países, nomeadamente Angola, Cabo Verde, Macau, Perú, Bolívia, Paraguai, Chile, Moçambique e Liechtenstein.

No que diz respeito à Área Seguradora:



**30,1%**

DO NEGÓCIO DA FIDELIDADE ESTÁ FORA DE PORTUGAL



**13**

PAÍSES, INCLUINDO PORTUGAL



**8.003<sup>5</sup>**

COLABORADORES

#### LATAM

Perú  
Bolívia  
Paraguai  
Chile



Vida



Não Vida

#### EUROPA

Portugal  
Espanha  
França  
Liechtenstein



Subsidiária



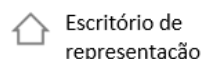
Sucursal

#### ÁFRICA

Angola  
Moçambique  
Cabo Verde

#### ÁSIA

Macau  
China

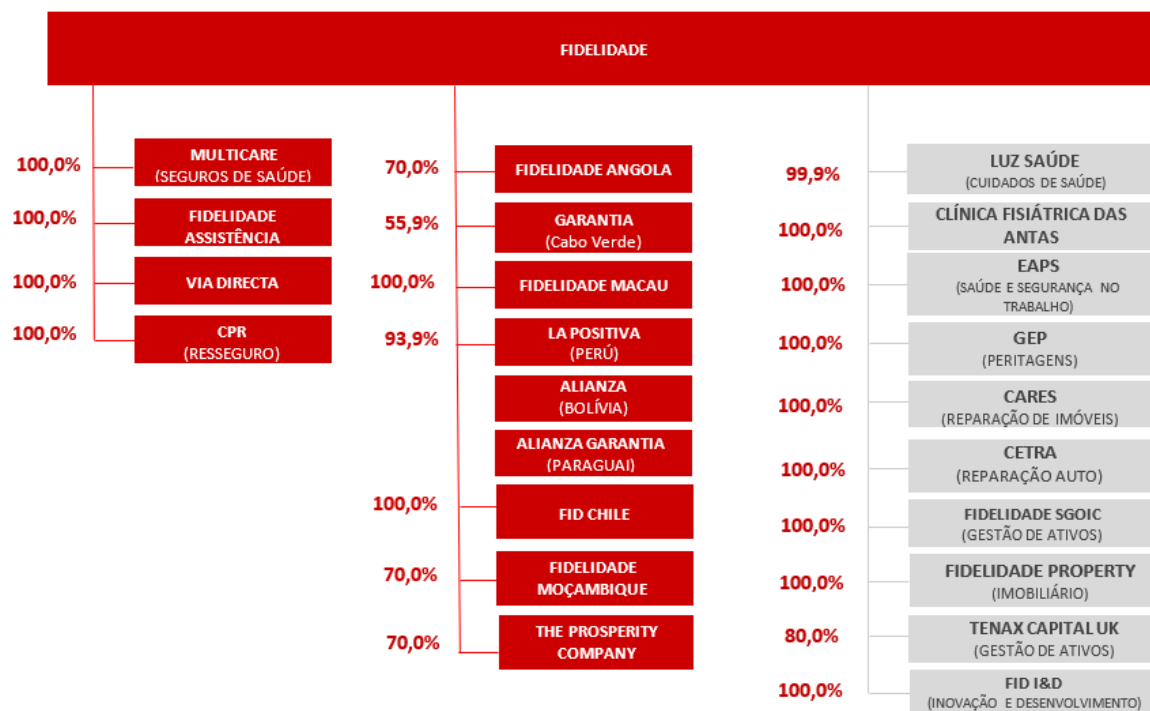


Escritório de representação

Por outro lado, o Grupo Fidelidade detém subsidiárias e participações estratégicas em empresas de prestação de serviços complementares aos seguros (e.g.: Grupo Luz Saúde, CETRA, EAPS, Fidelidade Property, Tenax, etc.), que se enquadram na estratégia de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor, permitindo posicionar o Grupo Fidelidade como um grupo de prestação de serviços globais associados à proteção das pessoas.

As principais empresas que constituem o Grupo Fidelidade são as seguintes:





## A.1.6. Atividade da Companhia

### MARCAS SEGURADORAS

O Grupo Fidelidade concentra nas suas marcas seguradoras valores como a transparência, a lealdade ao cliente, a agilidade e a eficácia, evidenciados de forma transversal. O Grupo comercializa produtos de todos os ramos de seguros no mercado nacional, tendo por base uma rede multimarca e um leque de canais de distribuição diversificado. A oferta encontra-se segmentada em três marcas distintas - Fidelidade, Multicare e OK! teleseguros - que assumem a liderança nacional nas suas áreas de atuação. Uma diversidade que permite intervir em diferentes áreas, promovendo mudanças de comportamento em pessoas e empresas e facilitando o acesso a melhores opções de poupança, saúde, empreendedorismo e serviços digitais.



## PRODUTOS E SERVIÇOS

Assumindo o compromisso de integrar os fatores ESG no core do negócio, o Grupo Fidelidade privilegia produtos e serviços que acompanham as pessoas nas várias fases da sua vida, posicionando-se, cada vez mais, como um promotor de comportamentos responsáveis e um parceiro dos clientes na prestação de serviços de proteção e assistência. Privilegia, também, uma oferta que, nas diferentes áreas de atuação, contribui para a transição energética e ecológica da sociedade, caminhando sempre com vista à oferta mais sustentável do mercado.

Ao nível ambiental, exemplos desse compromisso passam pela aposta em produtos que fomentam uma mobilidade mais ecológica e em benefícios na subscrição dos nossos produtos por parte de indivíduos e empresas que adotem comportamentos mais sustentáveis, por exemplo, promovendo a prevenção na saúde, hábitos de condução responsáveis ou medidas mitigadoras de risco nas empresas. A atualização recorrente e diferenciadora da subscrição, condições e coberturas dos produtos e a disponibilização de produtos financeiros alinhados com critérios ESG também potenciam, de forma decisiva, a transição para ativos e práticas ambiental e socialmente responsáveis.

O Grupo Fidelidade assume, ainda, o foco em produtos e serviços que colmatam desafios sociais relevantes nas diferentes áreas de atuação. De forma a reforçar o acesso a melhores condições de saúde, acompanhando o ODS 3, disponibiliza produtos que contemplam a prevenção da doença (com *check-ups* regulares incluídos em todos os seguros de saúde), coberturas com resposta a preocupações emergentes, como o cancro e a saúde mental, diagnósticos mais rápidos e cómodos em telemedicina e, ainda, programas que recompensam hábitos de vida saudáveis, prevenindo o desenvolvimento de situações clínicas mais alarmantes.

A incorporação dos critérios ESG no portefólio de produtos e serviços resulta, entre outros benefícios, no contributo para um dos pontos primordiais da sociedade: a longevidade digna e sustentada da população. A aposta em serviços que promovam a segurança e a saúde no âmbito pessoal e profissional, desde soluções telemáticas que minimizam hábitos de condução perigosos e acidentes na estrada, à consciencialização e prevenção de acidentes na atividade laboral, é uma parte significativa da nossa resposta a este desafio. Destaca-se, também, a adequação dos produtos e serviços à população mais vulnerável, nomeadamente a população sénior e as camadas com baixo poder de compra, que carece de respostas adaptadas às suas necessidades específicas. O ajuste das coberturas e dos capitais a um preço comportável para as famílias mais desfavorecidas, a concretização de parcerias e atividades de fomento da literacia financeira e a disponibilização de produtos e serviços que permitam o alcance de objetivos de poupança ajudam a preparar vidas familiares mais estáveis, reformas mais sustentáveis e, sobretudo, condições mais dignas para a vida em sociedade.

O Grupo destaca e aposta na cada vez mais significativa oferta de produtos sustentáveis, assentes numa abordagem de *marketing* responsável e transparente.



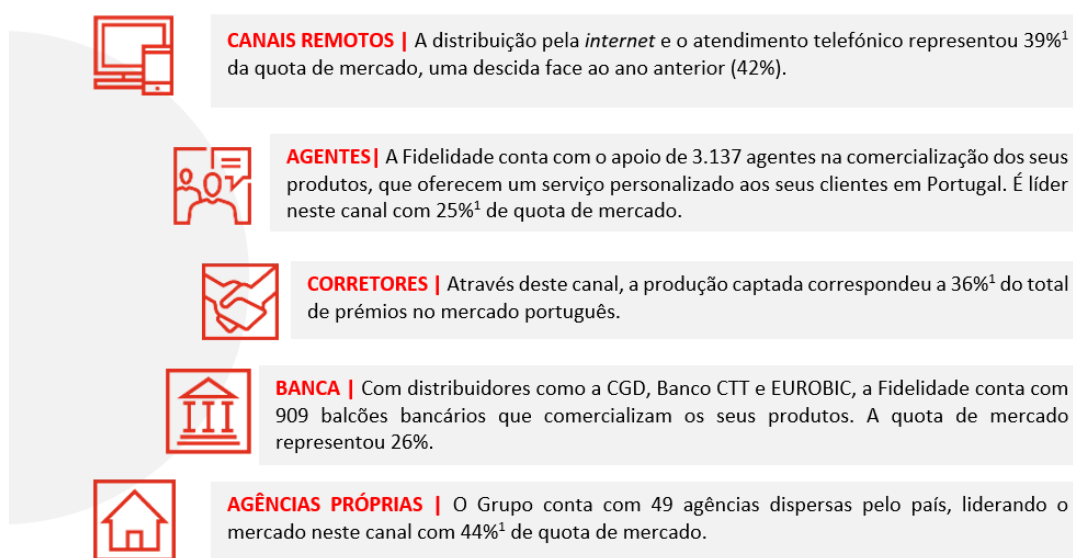
Em 2022, o Grupo Fidelidade continuou a focar-se na diversificação e inovação da oferta, aliadas aos fatores de desenvolvimento sustentável, à digitalização dos processos e à qualidade da experiência do cliente.

A inovação no portefólio de produtos e serviços passa, não só, pelo esforço de desenvolvimento de novas propostas de valor para os clientes, dentro de várias áreas emergentes, como pela automatização e digitalização de processos já existentes, beneficiando a gestão do próprio produto e uma forma mais facilitada de utilização dos nossos serviços.

## CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

### Abordagem *Omnicanal* em Portugal

Adotando uma abordagem omnicanal, o Grupo Fidelidade assegura uma rede de distribuição de alta qualidade.



<sup>1</sup>Quotas de 2021

Em 2022, verificaram-se algumas melhorias ao nível dos canais de distribuição. A Plataforma Comercial, utilizada para a atividade dos distribuidores, registou uma taxa de utilização da mediação de 91% e nos corretores de 66%. O *contact center* registou o total de 87.262 chamadas atendidas, o que representa um decréscimo de 12,9% face ao ano transato, refletindo uma melhoria na resposta ao cliente e na gestão e otimização de processos.

Durante o ano, e com o objetivo de prestar um melhor serviço ao cliente e responder em conformidade, o Grupo decidiu substituir todas as linhas telefónicas de valor acrescentado para o cliente por linhas de custo de chamada local. No caso das linhas de sinistros, dada a especificidade dos serviços, mantiveram-se em paralelo as duas linhas, garantindo a monitorização do volume de chamadas que irão cair num e noutra número, permitindo, assim, mitigar eventuais riscos.

### Distribuição internacional

#### EUROPA

##### Espanha

Em Espanha, é o canal de Agentes e Corretores que detém a maior representatividade nesta operação: 82% (quase um quarto é negócio bilateral). A Fidelidade Espanha conta, ainda, com dois canais com alguma representatividade, tendo o

*Bancassurance* 10% das vendas e o Canal Direto 7%. Nos vários canais, foram estabelecidos cinco novos acordos de distribuição, direcionados, sobretudo, para a venda de seguros para *Pets* e Empresas.

Em 2022, Espanha apostou no canal digital, estreando-se com o Fidelidade *Pets*, o primeiro produto com subscrição 100% digital. Esta estratégia de entrada no canal digital está alinhada com o objetivo de impulsionar a inovação e a omnicanalidade que a Fidelidade Espanha tem demonstrado ao longo de 2022, para além de que constitui uma chave importante para despoletar novas parcerias com soluções inovadoras, principalmente no canal bancário, e potenciar as vendas. Também foi assinado um acordo com a MGA *Orizon* para o crescimento do negócio de empresas em Vida e Acidentes Coletivos e, também, em responsabilidade civil.

## **França**

Os canais de distribuição em França assentam em Corretores (65%) e no canal *Bancassurance* (35%).

## **Liechtenstein**

Na the prosperity company, o canal de Agentes e *Brokers* é o único canal de distribuição, tendo vindo a crescer desde 2017 graças a uma melhoria na ativação deste canal através da plataforma existente para os *Brokers*, medidas de otimização e agilização no CRM interno, bem como a realização de campanhas com foco na angariação de novos *brokers*. Como complemento, a the prosperity company tem vindo a trabalhar nas suas plataformas digitais por forma a captar e a reter esta rede através, também, da inovação e da acessibilidade.

## **ÁFRICA**

### **Angola**

Na Fidelidade Angola, os principais canais de distribuição incluem os Corretores, as Agências, com 28 agências próprias e uma equipa de vendedores especializados que ultrapassa já os 700 elementos, e *Bancassurance*, com parcerias comerciais com sete bancos locais: Caixa Angola, Banco Fomento Angola, *Standard Bank*, Banco Investimento Rural, Banco Valor, Banco Comercial do Huambo e Banco Comercial Angolano.

### **Moçambique**

No ano de 2022, os canais de distribuição, em Moçambique, foram reforçados com a aquisição da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., que opera sob a marca Ímpar. A companhia que, entretanto, alterou a sua denominação social para Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A. que opera sob a marca Fidelidade Ímpar, contando com o canal de Mediação (40%), composto por *Brokers*, Agentes Exclusivos e Multimarca e Promotores, o canal bancário (34%), onde entram parcerias como Millennium BIM, Nedbank, Mozabank, e o Canal Direto (26%), de que fazem parte as oito agências próprias. A Fidelidade Ímpar apostou na comunicação mais próxima do mercado, através do *Whatsapp Business* e do alargamento da disponibilidade do seu *Call Center* para 24/7, 365 dias do ano.

### **Cabo Verde**

Na Garantia, as Agências são o canal de distribuição mais relevante com 70% dos prémios brutos emitidos. De referir que a Garantia tem apostado na formação contínua dos recursos humanos e na transformação digital, de forma a inovar nos serviços prestados pelas agências. Também o canal bancário (15%) tem sido uma forte aposta de Cabo Verde, na consolidação das parcerias comerciais com os atuais bancos BCA, BI, BAI, IIB e Ecobank.

## **ÁSIA**

### **Macau**

Em Macau, os canais de distribuição diferem consoante os negócios. Em Vida, incluem maioritariamente *Bancassurance*, com 94% dos prémios emitidos brutos, tendo o canal direto um papel menos representativo com 6%. Em Não Vida, os canais de distribuição incluem: Corretores (32%), *Bancassurance* (29%), Canal Direto (28%) e Agentes (11%).

## AMÉRICA LATINA

### Chile

No Chile destacam-se como canais o Comerciais Santiago (29,56%), as Sucursais (29,81%), *Corporate* (29,17%) e *Affinities* (11,46%). O modelo de negócio da FID Seguros assenta numa plataforma tecnológica escalável, que permite uma ágil interface com os diferentes parceiros de distribuição.

### Perú

A distribuição comercial da La Positiva assenta em vários canais que lhe permitem estar próxima dos clientes e proporcionar-lhes qualidade no serviço. Os canais de distribuição no Perú incluem: Corretores (com um peso de 43% na carteira), Canais Não Tradicionais (19%), Distribuição Própria (12%), Canal Direto (7%), Concurso Público (15%), Força de Vendas Digital (3%) e *e-commerce* (1%).

Os canais não tradicionais passam pelo estabelecimento de parcerias bancárias, retalhistas e com outras entidades. A distribuição própria é dividida entre a força de vendas (organizada em quatro equipas, nomeadamente Anuidades, Proteção Família, Vida Tradicional e Não Vida), o *call center* e o *e-commerce*.





De destacar o potencial oferecido pelo canal *e-commerce*, que dispõe de *websites* que possibilitam a compra direta de seguros *online*. O canal direto é composto, maioritariamente, por agências e retalho em centros comerciais, localizados essencialmente em Lima, uma oportunidade que permite à La Positiva alcançar novos clientes.

### Bolívia

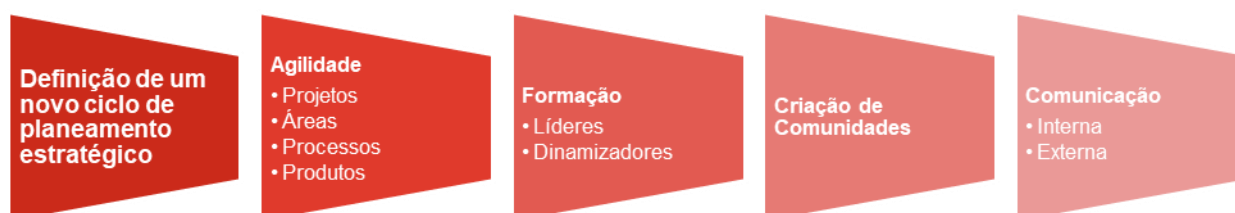
Os Canais de distribuição na Bolívia incluem a *Bancassurance* (40%), os Corretores (35% dos prémios brutos emitidos), Canal Direto (13%), e Força de Vendas (12%). O canal de corretores oferece um atendimento comercial personalizado por ramo de atividade. No canal *Bancassurance*, destacam-se as parcerias comerciais com três dos maiores bancos retalhistas da Bolívia: BMSC, FASSIL e FIE.

## INOVAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO

Tornar-se numa empresa mais ágil é uma prioridade atual da Fidelidade, assente em quatro valores fundamentais:

-  **Foco no cliente para que seja possível responder às suas necessidade**, devolvendo ao mercado soluções com aplicabilidade real.
-  **Foco no output** para permitir testar produtos e conceitos e perceber a receptividade às ideias concebidas.
-  **Adaptabilidade** ao contexto para que seja possível incorporar o *feedback* que vai sendo recebido.
-  **Empoderamento de pessoas e equipas** para que sejam capazes de responder aos desafios.

Acreditamos que somos mais eficazes na resposta aos nossos clientes, ao mercado e aos desafios por imprimir estes valores no nosso ADN. Em 2022, focados nestes quatro princípios, trabalhamos em diversas frentes.



## O novo ciclo de planeamento estratégico

Em 2021, o Grupo Fidelidade começou a desenhar um novo ciclo de planeamento estratégico com o objetivo de garantir que as equipas no terreno seriam mais capazes de perceber claramente as prioridades, trabalhar com objetivos bem definidos e de forma mais autónoma.

Deste projeto resultou:

- O **Annual Business Planning (ABP)**, um plano anual que liga o plano estratégico às iniciativas-chave a realizar durante o ano. Assim, ao empoderar as equipas, as prioridades estratégicas e os objetivos ficam claros para toda a organização.
- O **Activity and Business Review (ABR)**, três momentos anuais em que são revistas as prioridades para o quadrimestre seguinte, alocando pessoas e recursos e atualizando prioridades.
- O **alinhamento do orçamento e do scorecard** de cada área aos objetivos definidos pelo ABP e o ABR, garantindo o alinhamento dos incentivos por toda a organização.

Desenvolver a agilidade nos projetos implica um trabalho conjunto de múltiplas áreas e competências distintas, um esforço no qual o Grupo Fidelidade apostou durante o ano de 2022. Acreditamos que estas equipas se tornam autónomas, e mais focadas no cliente, ao mesmo tempo que garantem níveis mais elevados de eficiência e eficácia. Para tal, foram definidas novas ferramentas de trabalho, assegurado *coaching-on-the-job*, concebido um programa de formação em agilidade, nas vertentes *Executive* e *Colaborador*, criadas comunidades informais para partilha e evolução de determinadas funções no seio do Grupo e desenvolvido um trabalho de comunicação interna e externa para partilhar este processo de transformação organizacional.

## Investigação & Desenvolvimento e Inovação

A atividade de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D) é um dos principais motores de crescimento e competitividade das empresas, permitindo consolidar a base de conhecimento atual e aprofundar a aprendizagem de novas oportunidades, ao mesmo tempo que estimula a produtividade, cria emprego mais qualificado e eleva os padrões de qualidade. Desta forma, a inovação é intrínseca e essencial à sustentabilidade das empresas, a longo prazo, e à criação de um impacto positivo na sociedade e no ambiente. O Grupo Fidelidade preocupa-se em desenvolver e reforçar o seu posicionamento neste domínio, através da criação de novas propostas de valor disruptivas, seja na esfera dos seguros ou enquanto parceiro dos clientes na prestação de serviços de prevenção, proteção e assistência (vertente *beyond insurance*), diferenciando-se dentro do setor.

### Nível externo

De acordo com estatísticas sobre I&D em Portugal para 2020, produzidas pela Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência ("DGEEC"), o setor dos seguros, resseguros e fundos de pensões (exceto segurança social obrigatória) investiu cerca de 18.4 M€ em atividades de I&D. **O Grupo Fidelidade investiu cerca de 9.5 M€, contribuindo com mais de 51.5% em I&D no seu setor e ocupando a 28.ª posição da lista geral de empresas/grupos com maior investimento em atividades de I&D nesse ano.**

### Nível interno

O Grupo assenta a I&D em 3 grandes pilares transversais a toda a sua estrutura:





## Melhoria dos Processos Internos

### ▪ Digitalização e automatização de processos:

- Desde 2019 que a Fidelidade tem vindo a inovar nos processos de sinistro automóvel. Agora, os clientes podem marcar a peritação automaticamente, após a abertura automática do processo, e recebem uma mensagem com informação da data e da oficina. Os processos de sinistro reconhecem o preenchimento da Declaração Amigável de Acidente Automóvel (DAAA), através de mecanismos de Reconhecimento Ótico de Caracteres (OCR) e Reconhecimento Inteligente de Caracteres (ICR). Este projeto melhora de forma determinante o serviço ao cliente e aos parceiros de negócio, tendo recebido recentemente o prémio de *Best Insurance Project* nos IDC Portugal *Digital Awards*;
- **B2B** - projetos **Web Services B2B** permite a integração automática de dados e documentos entre os sistemas da Fidelidade e dos seus parceiros de negócio, com vista a libertar a carga administrativa, reduzir custos administrativos e aumentar a autonomia dos mesmos. Ainda com vista a aumentar a autonomia no ponto de venda e a diminuir a dependência dos serviços centrais, a Fidelidade desenvolveu **ferramentas e mecanismos que permitem aos seus distribuidores ter uma maior autonomia no ajustamento do *pricing* final**, de modo a dar resposta imediata aos seus clientes. Através desta metodologia reduziu-se o nível de dependência dos serviços centrais. Este modelo, implementado inicialmente no ramo automóvel particulares e será agora replicado em diferentes produtos de *mass market*;
- **Liber 3G Multiplanos** - A Fidelidade desenvolveu o projeto Liber 3G Multiplanos, um novo simulador automóvel com um conjunto de novas funcionalidades e características inovadoras que conferem mais autonomia aos parceiros da distribuição;
- **Novos meios de pagamento e soluções de faturação** - A Fidelidade está empenhada na construção de uma jornada transversal para o cliente, tanto através da facilitação de pagamentos através de meios alternativos, tanto remotamente, como no atendimento presencial, como através de soluções integradas de faturação eletrónica;
- **Vendas Assistidas** - A partir de novembro de 2022, tornámos possível a venda de seguros à distância, através da utilização das plataformas de seguros existentes na Caixa Geral de Depósitos, com integração de assinatura no *homebanking*. Neste momento, estão incluídos os produtos Multicare, Vida Essencial, AT Empregada Doméstica e Pack Recheio.
- **PPR Evoluir no Homebanking Caixa Geral de Depósitos** - Em novembro de 2022, disponibilizámos o PPR Evoluir no *homebanking* da Caixa Geral de Depósitos, com funcionalidade de assinatura digital.
- **Homebanking Saúde** - Este projeto, iniciado no final de 2022, oferece uma maior agilidade na venda dos produtos de saúde para o segmento individual, através do *website* Caixa Geral de Depósitos, Caixa Direta *Online* e Aplicação Caixa Directa.

### ▪ Automatização dos processos de gestão:

- **Modelos Customer Analytics** - Foram desenvolvidos modelos de propensão à utilização, consumo e análises, como, por exemplo, a Propensão ao Uso de Medicina *Online*, Propensão à Adesão e Uso de *Vitality* e a Propensão à Adesão ao Fidelidade *Drive*;
- **Solução geográfica *Location Intelligence @ Cares e Multicare*** - Iniciativa de suporte mais eficiente para a gestão da rede de prestadores de serviços, que pretende expandir as capacidades de consulta e visualização de informação geográfica dos negócios Cares e Multicare.

○ **Robotização**

Processos	Frotas	Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Fidelidade utilizou tecnologia de <b>Robotic Process Automation (RPA)</b>, em várias áreas, nomeadamente na otimização dos processos do carregamento de dados de FSCD (sistema financeiro), que compõem o processo de cobrança de recibos de cosseguro não líder.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O processo de <b>robotização das frotas</b> valida e processa automaticamente as alterações das Unidades de Risco nas apólices. Até agosto de 2022, este processo evitou a criação de 7.000 processos SIP na presente anuidade, reduzindo substancialmente o tempo despendido pelas equipas nesta matéria.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A partir de janeiro de 2023, as atualizações de Pessoas Seguras passarão a ser realizadas através de uma <b>integração automática no sistema</b>. A Fidelidade Angola estima que esta automatização elimine 14.924 ações de criação de SIP, o que corresponde a 75% das ações para os ramos de Acidentes de Trabalho e Acidentes Pessoais, libertando as equipas para trabalhos mais críticos.</li> </ul>

- **Chatbot Trusty** - A Fidelidade dispõe de um chatbot que, através de Inteligência Artificial, torna o atendimento ao cliente mais personalizado e automático, através de mensagens pelos websites da Fidelidade e da Multicare. Um projeto lançado em parceria com a Visor.ai, empresa vencedora do Protechting 2017.
- **PAX** - O chatbot PAX (Personal Assistant Xperience), que apoia as pessoas do Grupo Fidelidade nas questões do dia-a-dia, tornou-se indispensável na partilha, colaboração e comunicação dos nossos colaboradores.
- **Outros projetos de melhoria de processos**
- **Workshops e sessões remotas de ideação e criatividade** - Realizamos *workshops* e sessões remotas de ideação e criatividade com recurso a ferramentas digitais para diminuir as deslocações entre edifícios dos nossos colaboradores.
- **Plataformas BCTT e CTT** - Em 2022, implementámos duas plataformas comerciais de parceiros para os canais BCTT e CTT, com a comercialização das linhas de negócio Saúde e Vida Financeira.

*Propostas de Valor Inovadoras*

O pilar das Propostas de Valor Inovadoras tem como objetivo melhorar a qualidade da oferta de produtos e serviços do Grupo Fidelidade, colocando sempre as necessidades dos clientes em primeiro lugar. Por isso mesmo, o Grupo trabalha diariamente para estar um passo à frente das tendências e responder aos desafios de um mercado em constante mudança.

- **Protechting 5.0** - O Grupo Fidelidade encara o empreendedorismo como uma fonte de inovação e, por isso, trabalha continuamente para impulsionar e agilizar o acesso a recursos, criando oportunidades de colaboração em projetos-piloto. Em março de 2022, a Fidelidade, a Fosun e o Hospital da Luz Learning Health, com o apoio da consultora de inovação Beta-i, lançaram a 5ª edição do *Protechting*. Este programa internacional de inovação pretende reforçar a ligação entre as *startups* selecionadas, nas áreas de *Insurtech* (seguros) e *Healthtech* (saúde), com as empresas do Grupo em Portugal e no estrangeiro, nomeadamente com a Fidelidade Angola, a Alianza na Bolívia, a Garantia em Cabo Verde, a FID Seguros no Chile, a Fidelidade France, a Fidelidade Macau, a Fidelidade Ímpar em Moçambique, a Alianza Garantia no Paraguai, a La Positiva no Perú e, ainda, a Fidelidade Espanha. Em 2022, foram recebidas 99 candidaturas que culminaram na distinção de de 3 *startups*, que receberam bilhetes e direito a uma *booth* no evento *Web Summit 2022*. O *Protechting* já contribuiu para o desenvolvimento de mais de 50 projetos-piloto e 5 acordos comerciais. Agora, definimos a Sustentabilidade como pilar transversal, onde um dos critérios de avaliação das candidaturas é o nível do Contributo para a Estratégia de Sustentabilidade.



### Facilitadores Transformacionais

Os Facilitadores Transformacionais promovem a inovação no seio do Grupo Fidelidade ao criar sinergias e desenvolver soluções inovadoras, disruptivas e acessíveis.

- Center for Transformation e Center for Advanced Analytics – Novos centros focados em I&D concebidos para acompanhar o desenvolvimento de projetos inovadores e reforçar as capacidades de *analytics*. Em 2022, foram testadas mais de 15 soluções inovadoras no âmbito dos projetos da equipa de inovação do Center for Transformation.
- Office for Business Agility – Área recentemente criada na Fidelidade que aplica metodologias Agile para facilitar o dia-a-dia da organização e planear e desenvolver projetos disruptivos com impacto positivo nos processos do Grupo Fidelidade, numa lógica de *hub & spoke*.
- Parcerias estratégicas – Visam criar ou solidificar propostas de valor acrescentado numa abordagem de ecossistema.
- Programa *Protecting* – Programa internacional de inovação, desenvolvido para acelerar startups e criar sinergias com empresas globais.

#### A.1.7. Síntese de acontecimentos 2022

### Temas corporativos

---

#### Aquisições

##### the prosperity company

Aquisição da seguradora the prosperity company (“TPC”) – A Fidelidade concluiu a aquisição de 70% do capital da *holding* do Grupo TPC, que tem como principal atividade o desenvolvimento de produtos de poupança de longo prazo, assentes em soluções tecnológicas inovadoras. A TPC está presente em vários países, tais como Alemanha, Suíça e Itália.

##### La Positiva Generales

Reforço da participação na La Positiva - A Fidelidade concluiu com sucesso uma Oferta Pública de Aquisição (“OPA”) sobre as ações da seguradora peruana La Positiva Seguros y Reaseguros, S.A. (“La Positiva”) que lhe permitiu adquirir mais 42,9% do seu capital, fazendo um investimento de 396,3 milhões de Soles, cerca de 101,2 milhões de Euros. A Fidelidade, que era já detentora de 51% do capital da La Positiva passa, assim, a controlar 93,9% da seguradora. Esta transação, já prevista no acordo inicial de 2018, permite reforçar a posição de controlo da Fidelidade na La Positiva, considerada um ativo estratégico na expansão internacional do Grupo.

##### Luz Saúde

Reforço da participação na Luz Saúde - A Fidelidade, dando concretização ao plano traçado em 2017, concluiu a aquisição de mais 49% do capital da Luz Saúde, passando assim a deter diretamente 99,9% do capital. Esta transação inscreve-se na estratégia de reforço da posição do Grupo na área da saúde, em particular no que se refere à prestação de cuidados de saúde hospitalares de elevada qualidade e diferenciação, domínio em que o Grupo Luz Saúde detém uma posição destacada e prossegue numa trajetória de continuada afirmação.

##### Tenax Capital Limited

Reforço da participação adicional de 5% do capital da Tenax Capital Limited, por via do exercício da *call option* que estava contratualmente acordada, passando assim a deter 80% do capital social.

## Ratings

### EM PORTUGAL

#### Fidelidade

A agência de notação financeira *Fitch* reafirmou, este ano, a atribuição à Fidelidade o *Rating A- stable* (IDR) e *A stable* (IFS), notação das mais elevadas no panorama empresarial nacional, que expressa a forte capacidade da Fidelidade para honrar os seus compromissos financeiros.

A Fidelidade obteve o *Rating ESG* da *Sustainalytics*, revelador dos esforços feitos pela Fidelidade ao longo dos anos no sentido de ter uma atuação cada vez mais responsável social, ambiental e economicamente. Em particular, destaca-se a gestão do risco de *Data Privacy and Security* que foi avaliada como "Forte".

### ATIVIDADE INTERNACIONAL

#### Fidelidade Macau - *Fitch*

A agência de notação financeira *Fitch* atribui à Fidelidade Macau, pela primeira vez, o *Rating A- stable* (IFS), notações das mais elevadas na Região Administrativa Especial de Macau.

#### FID Chile – *Feller Rate*

É atribuído pela *Feller Rate* o *Rating A+* com perspectiva estável, contribuindo para o processo de consolidação da FID Seguros no mercado chileno.

#### La Positiva – *Moody's e Pacific Credit Rating*

É atribuído o *Rating A* com perspectiva estável à La Positiva Generales e à La Positiva Vida pela *Moody's* e pela *Pacific Credit Rating*.

## Oferta

### Fundo Florestal

Em 2022, foi proposta a constituição de um fundo florestal que, visando a valorização do capital investido através da gestão dos recursos florestais e agrícolas, pretende ser um instrumento relevante na promoção de uma política florestal mais sustentável em Portugal. Através do investimento no setor florestal com o cumprimento de critérios e gestão dos riscos ambientais, sociais e de melhores práticas de governação (ESG - *Environmental, Social and Governance*), este fundo deverá assegurar uma gestão dos ativos vivos que integram os recursos florestais e a gestão do património imobiliário envolvente, procurando também salvaguardar critérios de rentabilidade, risco e liquidez, acautelando e valorizando os interesses dos seus Participantes e do capital investido.

## Saúde

### EM PORTUGAL

#### Check-Ups

A realização de rastreios regulares é das ferramentas mais importantes para a prevenção da doença e diagnóstico precoce. Em 2022, foi feita a mais recente atualização do *Check-up* Oncológico. Foi, também, dada continuidade ao *check-up* gratuito pós-COVID-19 em 2022. O foco nas consequências pós-COVID-19 continua a ter muito debate e investigação científica, por isso é importante continuarmos a apoiar os clientes.

### ATIVIDADE INTERNACIONAL

#### Fidelidade Macau - Seguro de Vacina

A Fidelidade Macau desenvolveu, em 2022, um novo produto de seguro para vacinas, em colaboração com o Governo de Macau, com o objetivo de proteger a população local.

#### Fidelidade Ímpar - Seguro de Saúde

## Medicina Online

Foi dada continuidade à plataforma de telemedicina que, em 2022, fez mais de 175.000 consultas médicas, um crescimento de mais de 20% face a 2021. Em 2022, foram lançadas três novas especialidades (Cardiologia, Gastroenterologia e Oftalmologia), foi reforçada a comunicação no Médico Assistente *Online* e lançado o programa “Põe-te em Forma” com aconselhamento de *Personal Trainers*.

## Vitality

Em 2022, foi mantida a dinamização deste programa, que continua a ser um *case study* em Portugal em termos de prevenção em saúde, tendo ocorrido a 2ª edição da Corrida Multicare *Vitality*. Foi lançada uma versão para clientes *tailor made (Corporate)*, que teve adesão positiva.

A Fidelidade Ímpar implementou, em 2022, novos planos e coberturas de seguro de saúde, no âmbito do desenvolvimento de melhorias e novas ofertas que decorreram ao longo do ano.

## Alianza Garantia - Salud Gold

Em 2022, a Alianza Garantia lançou o seu primeiro produto de seguro de saúde, *Salud Gold*, convertendo-se, assim, na primeira seguradora do mercado com este tipo de produto.

## Operação

### EM PORTUGAL

#### Proposta Integrada de Seguro

Em 2022, foi desenvolvido um documento-chave para sintetizar, agregar e sistematizar a oferta de soluções de proteção, que visam satisfazer as necessidades do cliente identificadas na fase inicial do processo de venda.

#### Homebanking

Já desenvolvido, o *homebanking* é um serviço simples para famílias e negócios, a pensar na sua mobilidade e conveniência, e com funcionalidades inovadoras. Sendo a CGD um dos nossos principais parceiros e dispondo deste serviço. Em 2022, foi disponibilizada a oferta de alguns produtos financeiros no Serviço Caixadirecta (nomeadamente nos canais *online*, aplicação e telefone). Assim, foram disponibilizadas as seguintes funções para o produto PPR Evoluir: consulta, subscrição, reforço, resgate, recomposição e alteração das entregas programadas.

#### Plataforma CTT

Em 2022, foi desenvolvida uma plataforma comercial de parceiros para o canal CTT, com duas linhas de negócio comercializadas, Saúde e Vida Financeiro. Esta plataforma foi disponibilizada em julho de 2022.

### ATIVIDADE INTERNACIONAL

#### China - Parceria de referência

No ano de 2022, a Fidelidade manteve o compromisso de ser a seguradora parceira de referência para as empresas chinesas com presença internacional, trabalhando com diversas indústrias do Top 100 das maiores empresas chinesas, atingindo-se cerca de 16,4 M€ de prémios brutos emitidos nas várias geografias. Já ao nível do negócio bilateral, este foi também um ano de reforço do compromisso com as empresas portuguesas, providenciando soluções cada vez mais globais para as necessidades dos seus clientes, de onde se destaca o negócio de clientes portugueses em Espanha que atingiu 13,1 M€ em prémios brutos emitidos.

#### Garantia - Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo

A Garantia iniciou a implementação da primeira fase dos procedimentos para a Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, no âmbito do projeto corporativo da Direção de *Compliance* da Fidelidade.

#### FID Chile - Teleton

Pelo segundo ano consecutivo, a FID Chile continuou o seu trabalho de promoção com a *Teleton* (instituto de reabilitação infantil), através de um plano interno de sensibilização para melhorar a participação e donativos para a entidade.

## A.2. Desempenho da subscrição

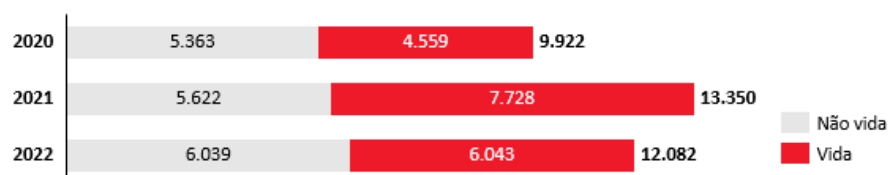
### A.2.1. Enquadramento do setor segurador

#### Evolução do mercado segurador português

Em 2022, o setor segurador registou um decréscimo face ao ano anterior, com a produção total a ser afetada pelo contexto económico de inflação e taxas de juro elevadas. O mercado segurador encerrou o ano de 2022 com valor total de prémios brutos de 12,1 biliões de euros, um decréscimo de 9,5% face a 2021 refletindo a evolução do segmento Vida (-21,8% para 6,0 biliões de euros). Por outro lado, o segmento Não Vida continuou a sua trajetória de crescimento, com um montante de prémios de 6,0 biliões de euros, mais 7,4% que em 2021.

Neste contexto de recuperação económica, o setor segurador registou um forte crescimento, com a produção total a ultrapassar os valores pré-pandemia. Com uma evolução de 34,5% face a 2020, o mercado segurador encerrou o ano de 2021 com valor total de prémios brutos de 13,3 biliões de euros. O segmento Vida foi o principal impulsionador deste aumento, registando um crescimento de 69,5%, acompanhado pelo segmento Não-Vida, que também continuou a sua trajetória de crescimento – mais 4,8% que em 2020.

#### **Mercado Segurador Português**



Unidade: milhões de euros

Fonte: ASF

A diminuição da produção no segmento Vida deveu-se, sobretudo, à componente de Vida Financeiro, em particular ao nível dos produtos *Unit Linked*. Apesar do contexto económico de aumento de taxas de juro, que se começou a fazer sentir no segundo semestre de 2022, a perda de rendimento provocada pela inflação e a instabilidade nos mercados financeiros impactou negativamente esta tipologia de produtos financeiros. Esta evolução contrasta com o aumento de prémios verificado em 2021, que beneficiou de níveis elevados da taxa de poupança das famílias face aos anos pré-pandemia, refletindo a incerteza face à evolução da situação económica ainda em contexto de pandemia.

Por sua vez, a produção do segmento Não Vida manteve a tendência de crescimento, voltando a ganhar maior tração quando comparado com o crescimento verificado no ano anterior, maioritariamente fruto da recuperação da atividade económica.

Neste segmento, importa destacar, a evolução positiva registada no ramo Saúde (+11,8%), numa altura que a população está cada vez mais sensibilizada para a necessidade de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde. Este crescimento permitiu que o ramo Saúde consolidasse o seu posicionamento como segundo maior ramo do segmento Não Vida, com a produção de seguro direto a ascender a 1.156 milhões de euros.

### Não-Vida: Prémios Brutos

	Prémios Brutos		
	2021	2022	Var
<b>Não-Vida</b>	<b>5.621</b>	<b>6.039</b>	<b>7,4%</b>
Automóvel	1.894	1.966	3,8%
Saúde	1.034	1.156	11,8%
Acidentes de Trabalho	965	1.027	6,4%
Incêndio e Outros Danos	1.000	1.074	7,4%
Outros	728	816	12,0%

Unidade: milhões de euros; Fonte: ASF

### Evolução do mercado segurador na América Latina

Nos mercados da América Latina, onde o Grupo Fidelidade está presente – em especial no Perú, Bolívia e Chile – o segmento Não Vida manteve a tendência de crescimento da produção, verificando-se, uma aceleração no crescimento em 2022, nos mercados do Chile e da Bolívia.

### Não-Vida: Prémios Brutos

País	Prémios Brutos	
	2021	2022
Perú	9,8%	0,3%
Chile	2,6%	4,2%
Bolívia	0,5%	9,8%

Unidade: % taxa de variação

Fonte: Entidades Reguladoras Locais com informação atualizada a outubro e agosto de 2022 (Perú e Bolívia); Chile com valores projetados por AACH (Asociacion de Aseguradores de Chile A.G.)

Em 2022, a produção do segmento Vida manteve um nível de crescimento muito elevado refletindo a forte dinâmica comercial dos produtos de anuidades (sobrevivência e velhice).

### Vida: Prémios Brutos

País	Prémios Brutos	
	2021	2022
Perú	37,1%	5,1%
Chile	3,2%	26,3%
Bolívia	2,9%	14,0%

Unidade: % taxa de variação

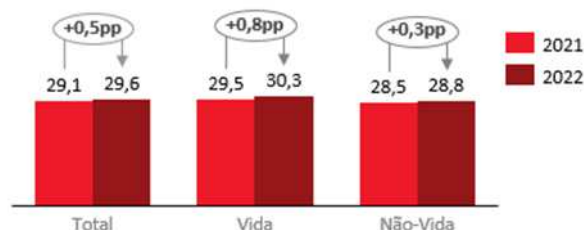
Fonte: Entidades Reguladoras Locais com informação atualizada a outubro e agosto de 2022 (Perú e Bolívia); Chile com valores projetados por AACH

## A.2.2. Desempenho da Fidelidade

### POSICIONAMENTO NO MERCADO PORTUGUÊS

Em 2022, o Grupo Fidelidade manteve a sua posição de líder no mercado português, registando uma quota de mercado global de 29,6%, que correspondeu a um aumento de +0,5 p.p. face ao ano anterior refletindo a performance em ambos os segmentos Vida e Não Vida.

#### **Quota de Mercado Total, Vida e Não-Vida** (Unidade: %; Fonte: ASF)

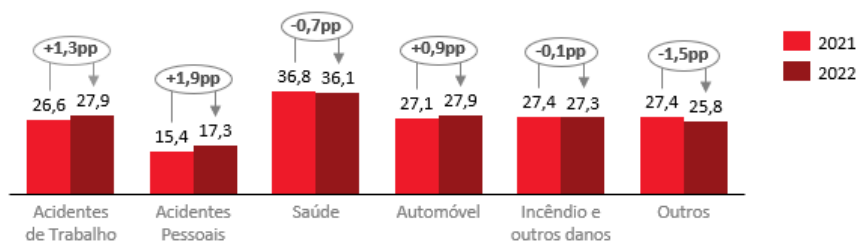


No segmento Vida, o Grupo Fidelidade, apesar do decréscimo no montante de prémios, reforçou a sua quota de mercado em +0,8 p.p. face a 2021, refletindo a performance comercial ao nível dos Produtos Financeiros, em especial na componente de produtos *Unit Linked* onde a quota de mercado aumentou de 27,3% em 2021 para 35,1% em 2022.

Também no segmento Não Vida a Fidelidade aumentou a sua quota de mercado face a 2021, refletindo o contributo positivo da maioria das linhas de negócio:

- No ramo Acidentes de Trabalho registou-se um aumento de quota de Mercado em 1,3 p.p. que possibilitou regressar à liderança desta linha de negócio;
- Também nos ramos Automóvel e Acidentes Pessoais verificou-se um reforço do posicionamento traduzido no aumento das quotas de mercado em 0,9 p.p. e 1,9 p.p. respetivamente, refletindo uma forte dinâmica comercial;
- Os ramos Saúde e Incêndio e outros danos apresentam um decréscimo de quota de mercado face a 2021, refletindo, essencialmente, o reforço da política criteriosa de subscrição de riscos.

#### **Quota de Mercado Segmentos Ramo Não-Vida** (Unidade: %; Fonte: ASF)



## POSICIONAMENTO NO MERCADO INTERNACIONAL

AMÉRICA LATINA – Em relação ao posicionamento no mercado segurador da América Latina, o Grupo Fidelidade consolidou em 2022 a sua posição<sup>2</sup>:

- Perú: 3.<sup>a</sup> posição, tendo o Grupo La Positiva alcançado uma quota de mercado de 12,7%<sup>3</sup>, semelhante ao ano anterior. Ao nível dos ramos Não Vida, a La Positiva Seguros detém a 3.<sup>a</sup> posição com uma quota de mercado de 15,4%, enquanto no mercado Vida a La Positiva Vida alcançou a 5.<sup>a</sup> posição, com uma quota de mercado de 10,6%.
- Bolívia: 1.<sup>a</sup> posição, com uma quota de mercado de 21,4% no negócio Não Vida e de 24,2% no negócio Vida, reforçando a posição de liderança no conjunto das seguradoras de capitais privados;
- Chile: 17.<sup>a</sup> posição (operação iniciou atividade apenas em 2020);
- Paraguai: 10.<sup>a</sup> posição com uma quota de mercado de 3,27%.

OUTRAS GEOGRAFIAS – O Grupo Fidelidade consolidou também a sua a posição em África. Em Moçambique, a aquisição da Seguradora Internacional de Moçambique, S.A., que opera sob a marca Ímpar, permitiu alcançar a 3.<sup>a</sup> posição no mercado segurador com uma quota de mercado de 12,3%<sup>4</sup>. Em Angola, atingiu-se uma quota de mercado de 12,5%, o que conferiu à operação a 3.<sup>a</sup> posição no *ranking*<sup>5</sup>.

## DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

### SUMÁRIO EXECUTIVO

Unidades: mil€	2022	2021	Var. 22/21
<b>Resumo D. RESULTADOS</b>			
Prémios emitidos	5.118.141	4.911.602	4,2%
Vida	2.491.991	2.628.513	-5,2%
Não-Vida	2.626.149	2.283.089	15,0%
Rácio combinado (%) <sup>1</sup>	97,4%	93,4%	4,0 p.p.
Resultado Técnico	71.274	45.311	57,3%
Resultado Não Técnico	108.838	31.270	248,1%
Yield de investimento (%) <sup>2</sup>	2,0%	3,6%	-1,6 p.p.
Resultado de Investimento <sup>3</sup>	158.096	330.410	-52,2%
Resultado Líquido <sup>4</sup>	220.475	270.242	-18,4%
<b>Resumo BALANÇO</b>			
Ativos sob Gestão <sup>5</sup>	17.041.678	18.099.943	-5,8%
Ativo Total	20.249.171	20.350.385	-0,5%
Provisões Técnicas	14.472.260	14.054.213	3,0%
Capital Próprio <sup>6</sup>	2.553.597	3.054.714	-16,4%
ROE	7,9%	8,8%	-0,9 p.p.

1. Rácio combinado Não Vida ajustado aos custos técnicos da atividade seguradora; 2. Exclui produtos Unit Linked e imóveis de uso próprio; 3. Proveitos financeiros deduzidos da atribuição a clientes/juro técnico e despesas relativas à gestão de investimentos; 4. Após interesses minoritários; 5. Inclui imóveis de uso próprio; 6. Exclui interesses minoritários

<sup>2</sup> Fonte: Perú: SBS dezembro 2021 e outubro 2022, Bolívia: APS agosto 2022, Chile: CMF setembro 2022, Paraguai: BCP, Banco Central do Paraguai outubro 2022.

<sup>3</sup> Incluiu La Positiva Seguros e La Positiva Vida.

<sup>4</sup> Fonte: Relatório Principais Indicadores Trimestrais (III Trimestre 2022) - ISSM (Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique).

<sup>5</sup> Fonte: Associação de Seguradoras de Angola, novembro de 2022.

Em 2022, o Grupo Fidelidade alcançou um volume consolidado de prémios emitidos no valor total de 5.118,1 milhões de euros, tendo registado um aumento global de 4,2% face ao ano anterior, suportado pelo forte crescimento do negócio Não Vida.

O rácio combinado Não Vida registou um aumento face ao período homólogo, motivado pela retoma da normalidade na atividade económica, com reflexo na frequência de sinistralidade e pelo efeito da inflação.

O resultado técnico evoluiu favoravelmente para 71,3 milhões de euros, refletindo a melhoria da rentabilidade dos ramos Vida Risco num contexto pós-pandemia.

O resultado de investimento registou uma diminuição de 52,2% atingindo 158,1 milhões de euros, influenciado pelo efeito da desvalorização dos ativos de investimento ao longo de 2022, refletindo quer a instabilidade sentida nos mercados financeiros, quer o efeito do aumento da inflação e taxas de juro.

A evolução positiva do resultado não técnico para 108,8 milhões de euros, para o qual contribuiu a melhoria do resultado da atividade não seguradora do Grupo Fidelidade, não foi suficiente para compensar a redução no resultado de investimento, levando a que o resultado líquido tenha registado uma diminuição de 49,8 milhões de euros face a 2021, para 220,5 milhões de euros.

De referir, ainda, que no final de 2022 o Grupo Fidelidade contava com 17,0 mil milhões de euros em ativos sob gestão, representando um decréscimo de 5,8% face a 2021, que reflete, sobretudo, o efeito da desvalorização dos ativos financeiros. Por outro lado, as provisões técnicas registaram um aumento de 3,0% face a 2021.

O capital próprio ascendeu a 2.553,6 milhões de euros, tendo o retorno médio sobre o capital acionista ("ROE") sido de 7,9%.

## PRÉMIOS EMITIDOS

### Prémios consolidados

Unidades: mil€	2022	% Mix	2021	% Mix	Var. 22/21
<b>Prémios Emitidos</b>					
<b>Vida<sup>1</sup></b>	<b>2.491.991</b>	<b>48,7%</b>	<b>2.628.513</b>	<b>53,5%</b>	<b>-5,2%</b>
<i>Risco e Anuidades</i>	522.849	21,0%	443.081	16,9%	18,0%
<i>Vida Financeiro</i>	1.969.142	79,0%	2.185.433	83,1%	-9,9%
<b>Não-Vida</b>	<b>2.626.149</b>	<b>51,3%</b>	<b>2.283.089</b>	<b>46,5%</b>	<b>15,0%</b>
<i>Automóvel</i>	747.747	28,5%	668.183	29,3%	11,9%
<i>Saúde</i>	541.694	20,6%	466.993	20,5%	16,0%
<i>Incêndio e Outros Danos</i>	560.233	21,3%	477.570	20,9%	17,3%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	375.454	14,3%	312.145	13,7%	20,3%
<i>Outros Não-Vida</i>	401.021	15,3%	358.198	15,7%	12,0%
<b>TOTAL</b>	<b>5.118.141</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.911.602</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,2%</b>

### Breakdown Geográfico

<b>Vida<sup>1</sup></b>	<b>2.491.991</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.628.513</b>	<b>100,0%</b>	<b>-5,2%</b>
Portugal	1.831.491	73,5%	2.277.607	86,7%	-19,6%
Internacional	660.500	26,5%	350.906	13,3%	88,2%
<b>Não-Vida</b>	<b>2.626.149</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.283.089</b>	<b>100,0%</b>	<b>15,0%</b>
Portugal	1.746.405	66,5%	1.604.564	70,3%	8,8%
Internacional	879.745	33,5%	678.524	29,7%	29,7%
<b>TOTAL</b>	<b>5.118.141</b>	<b>100,0%</b>	<b>4.911.602</b>	<b>100,0%</b>	<b>4,2%</b>
Portugal	3.577.896	69,9%	3.882.172	79,0%	-7,8%
Internacional	1.540.245	30,1%	1.029.430	21,0%	49,6%

1. Inclui contratos de investimento



Devido ao contexto macroeconómico de grande incerteza que caracterizou o ano de 2022, o negócio Vida registou uma diminuição de 5,2% face ao ano anterior, para 2.492 milhões de euros, refletindo o comportamento dos prémios Vida Financeiro em Portugal. Em oposição, o negócio Vida a nível internacional registou um crescimento de 88,2% face ao ano anterior, beneficiando tanto da *performance* das operações internacionais como da integração, no início de 2022, do grupo the prosperity company, que desenvolve a sua atividade em diversos mercados europeus.

No segmento Não Vida o Grupo Fidelidade cresceu 15,0%, em 2022 para 2.626 milhões de euros, com desempenho positivo em todas as linhas de negócio e em todas as geografias. Em 2022, o negócio internacional representou cerca de um terço (33,5%) do volume total de prémios emitidos Não Vida.

As linhas de negócio que evidenciaram maior crescimento em 2022 foram Acidentes de Trabalho, Incêndio e Outros Danos e Saúde com aumentos de 20,3%, 17,3% e 16,0%, respetivamente.

#### Prémios em Portugal

Unidades: mil€	2022	% Mix	2021	% Mix	Var. 22/21
<b>Prémios Portugal</b>					
<b>Vida</b>	<b>1.831.491</b>	<b>51,2%</b>	<b>2.277.607</b>	<b>58,7%</b>	<b>-19,6%</b>
<i>Risco e Anuidades</i>	197.630	10,8%	191.050	8,4%	3,4%
<i>Vida Financeiro</i>	1.633.861	89,2%	2.086.557	91,6%	-21,7%
<b>Não-Vida</b>	<b>1.746.405</b>	<b>48,8%</b>	<b>1.604.564</b>	<b>41,3%</b>	<b>8,8%</b>
<i>Automóvel</i>	549.147	31,4%	512.610	31,9%	7,1%
<i>Saúde</i>	417.944	23,9%	380.478	23,7%	9,8%
<i>Incêndio e Outros Danos</i>	298.086	17,1%	276.100	17,2%	8,0%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	286.623	16,4%	256.387	16,0%	11,8%
<i>Outros Não-Vida</i>	194.604	11,1%	178.990	11,2%	8,7%
<b>TOTAL</b>	<b>3.577.896</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.882.172</b>	<b>100,0%</b>	<b>-7,8%</b>

Em Portugal, o Grupo Fidelidade registou um desempenho favorável na produção do ramo Não Vida, crescendo 8,8% face ao ano anterior e acima da média do mercado (7,4%), crescimento este para o qual contribuíram a generalidade das linhas de negócio. Esta evolução possibilitou o aumento da quota de mercado Não Vida em 0,3 p.p. para 28,8%.

Ao nível da atividade Não Vida, os ramos Acidentes de Trabalho e Saúde foram os que registaram o maior crescimento, tendo a produção total chegado a 286,6 e 417,9 milhões de euros, respetivamente. Também a salientar que a quota de mercado da Fidelidade em Portugal para o ramo Acidentes de Trabalho aumentou para 27,9% (*versus* 26,6% em 2021).

No negócio Vida em Portugal, a Fidelidade registou uma diminuição de 19,6%, face ao ano anterior, influenciada pela evolução desfavorável dos produtos Vida Financeiro. No entanto, uma vez que o mercado registou uma diminuição de 21,8% face ao ano anterior, isto possibilitou o reforço de quota de mercado por parte do Grupo Fidelidade.

Prémios do negócio Internacional

Unidades: mil€	2022	% Mix	2021	% Mix	Var. 22/21
<b>Prémios Internacional</b>					
<b>Prémios Vida</b>	<b>660.500</b>	<b>42,9%</b>	<b>350.906</b>	<b>34,1%</b>	<b>88,2%</b>
Risco e Anuidades	325.219	49,2%	252.031	71,8%	29,0%
Vida Financeiro	335.281	50,8%	98.875	28,2%	239,1%
<b>Não-Vida</b>	<b>879.745</b>	<b>57,1%</b>	<b>678.524</b>	<b>65,9%</b>	<b>29,7%</b>
Automóvel	198.600	22,6%	155.573	22,9%	27,7%
Saúde	123.750	14,1%	86.515	12,8%	43,0%
Incêndio e Outros Danos	262.146	29,8%	201.470	29,7%	30,1%
Acidentes de Trabalho	88.831	10,1%	55.758	8,2%	59,3%
Outros	206.417	23,5%	179.209	26,4%	15,2%
<b>TOTAL</b>	<b>1.540.245</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.029.430</b>	<b>100,0%</b>	<b>49,6%</b>

O montante de prémios com origem no negócio internacional atingiu 1.540,2 milhões de euros em 2022, tendo registado um crescimento de 49,6% face ao ano anterior refletindo os segmentos Vida e Não Vida.

A atividade Não Vida cresceu 29,7%, tendo Perú, Chile e Angola, sido as geografias que mais contribuíram para o aumento de 201,2 milhões de euros dos prémios internacionais Não Vida.

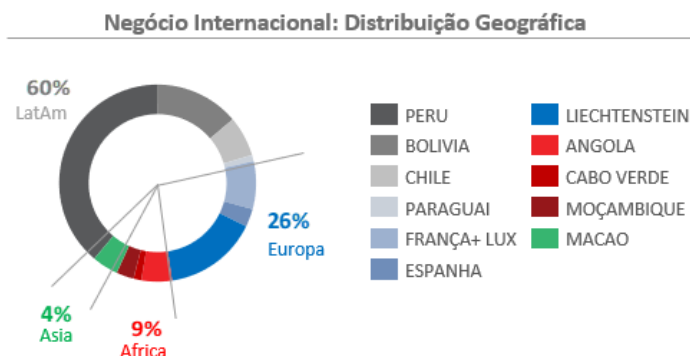
O ramo de Acidentes de Trabalho teve um crescimento muito positivo (59,3%), impulsionado pelo negócio do Grupo Fidelidade em Moçambique e em Angola. Por seu lado, o ramo Saúde registou um crescimento de 43,0%, influenciado pelo aumento da procura na subscrição de seguros de saúde, igualmente, em Moçambique e Angola.

O ramo Vida Risco e Anuidades, que tem um peso importante no negócio da América Latina, registou um crescimento significativo de 29,0% refletindo essencialmente aumento da procura nas apólices de vida nas operações da Bolívia e Perú, bem como o efeito de valorização da moeda local face ao Euro.

Por fim, a referir que, na atividade internacional, o ramo Vida Financeiro registou um crescimento de 239%, refletindo a integração do grupo the prosperity company.

Unidades: mil€	2022			2021			Var. 22/21
Prémios Internacional	%Vida	%NV	Total	%Vida	%NV	Total	%
PERÚ	34%	66%	597.556	36%	64%	520.098	14,9%
LIECHTENSTEIN	100%	0%	237.562	-	-	-	-
BOLIVIA	49%	51%	214.141	44%	56%	172.100	24,4%
FRANÇA+ LUX	39%	61%	120.989	31%	69%	98.864	22,4%
CHILE	0%	100%	101.578	0%	100%	61.624	64,8%
ANGOLA	6%	94%	77.199	4%	96%	42.350	82,3%
MACAU	73%	27%	66.106	76%	24%	65.118	1,5%
ESPAÑA	7%	93%	45.494	12%	88%	27.894	63,1%
MOÇAMBIQUE	12%	88%	44.334	1%	99%	10.109	338,6%
CABO VERDE	15%	85%	19.763	15%	85%	16.750	18,0%
PARAGUAI	4%	96%	15.522	4%	96%	14.524	6,9%
<b>TOTAL</b>	<b>43%</b>	<b>57%</b>	<b>1.540.245</b>	<b>34%</b>	<b>66%</b>	<b>1.029.430</b>	<b>49,6%</b>

Assim, no que se refere à distribuição geográfica, em 2022, o negócio da América Latina representou 60% do negócio internacional do Grupo Fidelidade, Europa 26%, África 9% e Ásia 4%.



## RENTABILIDADE

### Rácio combinado

(%)	2022	2021	Var. 22/21
<b>Rácio Combinado</b>			
<b>CoR Consolidado</b>	<b>97,4%</b>	<b>93,4%</b>	<b>4,0 p.p.</b>
<i>Loss Ratio</i>	68,1%	64,9%	3,2 p.p.
<i>Expense Ratio</i>	29,3%	28,5%	0,8 p.p.
<b>CoR Portugal</b>	<b>95,3%</b>	<b>93,0%</b>	<b>2,4 p.p.</b>
<b>CoR Internacional</b>	<b>105,4%</b>	<b>96,6%</b>	<b>8,7 p.p.</b>

O rácio combinado consolidado do Grupo Fidelidade situou-se em 97,4%, tendo aumentado 4,0 p.p. face ao ano anterior, refletindo, sobretudo, a normalização das frequências de sinistralidade na generalidade das linhas de negócio e o aumento dos custos, por via da inflação.

Este acréscimo do rácio combinado verificou-se quer na atividade em Portugal (+2,4 p.p. face a 2021, para 95,3%), quer no negócio internacional (+8,7 p.p. face a 2021, para 105,4%), tendo este último sido influenciado por impactos não recorrentes.

### Resultado Líquido

Unidades: mil€	2022	2021	Var. 22/21
<b>Resultados</b>			
Resultado Técnico	71.274	45.311	57,3%
Resultado de Investimento	158.096	330.410	-52,2%
Resultado Não Técnico	108.838	31.270	248,1%
<b>Resultado antes de Impostos</b>	<b>338.208</b>	<b>406.991</b>	<b>-16,9%</b>
Impostos e Interesses Minoritários	-117.734	-136.750	13,9%
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>220.475</b>	<b>270.242</b>	<b>-18,4%</b>

O resultado líquido registou um decréscimo em 2022, explicado pelo menor contributo do resultado de investimento, refletindo o reconhecimento contabilístico de imparidades associadas a ativos de investimento.

## INDICADORES DE BALANÇO

### Ativos sob Gestão

Unidades: mil€	2022	Mix (%)	2021	Mix (%)	Var. 22/21
<b>Ativos sob Gestão</b>					
Não ligados a Unit Linked <sup>1</sup>	13.881.758	81%	16.339.673	90%	-15,0%
Unit Linked	3.159.920	19%	1.760.270	10%	79,5%
<b>Total Ativos sob Gestão</b>	<b>17.041.678</b>	<b>100%</b>	<b>18.099.943</b>	<b>100%</b>	<b>-5,8%</b>
yield <sup>2</sup> (%)	2,0%	-	3,6%	-	-1,6 p.p.
RoTE (%)	10,5%	-	10,9%	-	-0,4 p.p.

1. Inclui imóveis de uso próprio; 2. Exclui Unit Linked e imóveis de uso próprio.

No final de 2022 a Fidelidade detinha ativos sob gestão no montante de 17,0 mil milhões de euros, sendo 19% desse montante relativo a contratos *Unit Linked*.

A carteira de investimentos não ligada a produtos *Unit Linked* ascendeu a 13,9 mil milhões de euros, tendo atingido uma rentabilidade média anual de 2,0%.

De referir ainda, que, em 2022, deu-se continuidade à política de diversificação por classe de ativos e geografias, como forma de maximizar a rentabilidade com um adequado nível de risco face ao ambiente de subida de taxas de juro, tendo em consideração a otimização da estrutura de capital no âmbito do regime Solvência II.

### Provisões Técnicas

Unidades: mil€	2022	Mix (%)	2021	Mix (%)	Var. 22/21
<b>Provisões Técnicas</b>					
Vida	11.469.049	79%	11.227.249	80%	2,2%
Não-Vida	3.003.211	21%	2.826.964	20%	6,2%
<b>Total</b>	<b>14.472.260</b>	<b>100%</b>	<b>14.054.213</b>	<b>100%</b>	<b>3,0%</b>

As provisões técnicas em 2022, ascenderam a 14,5 mil milhões de euros, tendo evidenciado um aumento de 3,0% face a 2021, refletindo a evolução do ramo Vida e Não Vida.

### Capital Próprio

Unidades: mil€	2022	2021	Var. 22/21
<b>Capital Próprio</b>			
Capital Próprio e Interesses Minoritários	2.856.100	3.618.980	-21,1%
Interesses Minoritários	302.502	564.267	-46,4%
<b>Capital Próprio sem Interesses Minoritários</b>	<b>2.553.597</b>	<b>3.054.714</b>	<b>-16,4%</b>
ROE (%)	7,9%	8,8%	-0,9 p.p.

No final de 2022 o capital próprio, excluindo Interesses Minoritários, situou-se em 2.553,6 milhões de euros, um valor inferior ao ano anterior refletindo maioritariamente o efeito da desvalorização de ativos financeiros na Reserva de Reavaliação e o reembolso de prestações suplementares. O retorno médio sobre o capital acionista (ROE) foi de 7,9%.

## Dívida

Unidades: mil€	2022	2021	Var. 22/21
<b>Dívida</b>			
Dívida subordinada	502.165	501.054	0,2%
Rácio dívida (%)	2,5%	2,5%	0,0 p.p.

Em 2021, a Fidelidade emitiu, pela primeira vez, dívida subordinada nos mercados financeiros, permitindo a otimização da sua estrutura de capital. No final de 2022, a dívida subordinada totalizava 502,2 milhões de euros e o rácio de dívida sobre o total de ativos era de 2,5%.

## DESEMPENHO FINANCEIRO INDIVIDUAL<sup>6</sup>

### SUMÁRIO DOS RESULTADOS

Unidades: mil€	2022	2021	Var. 22/21
<b>Resumo RESULTADOS</b>			
Prémios emitidos	3.682.092	3.959.112	-7,0%
<i>Vida</i>	1.882.092	2.311.992	-18,6%
<i>Não-Vida</i>	1.799.999	1.647.120	9,3%
Rácio combinado (%) <sup>1</sup>	96,3%	93,7%	2,5 p.p.
Resultado Líquido	112.443	212.283	-47,0%

1. Rácio combinado Não-Vida ajustado aos custos técnicos da atividade seguradora

Em termos individuais, a Fidelidade atingiu uma produção total de 3.682,1 milhões de euros em 2022, registando uma diminuição de 7,0% face ao ano anterior, com origem no segmento Vida.

Com efeito, o negócio Vida registou uma produção de 1.882,1 milhões de euros, tendo diminuído 18,6% face ao ano anterior, tendo, contudo, evidenciado um comportamento melhor que a média do mercado nacional.

No segmento Não Vida a Fidelidade individual cresceu 9,3% em 2022, refletindo o desempenho positivo de todas as linhas de negócio.

O rácio combinado da Fidelidade individual situou-se em 96,3%, tendo registado um aumento de 2,5 p.p. face ao ano anterior, decorrente da já referida retoma da frequência de sinistralidade para níveis semelhantes ao período pré-pandemia, bem como o efeito da inflação.

Em 2022, a Fidelidade registou um resultado líquido individual de 112,4 milhões de euros, uma diminuição de 47,0% face ao ano anterior, devido, sobretudo, à menor contribuição do resultado de investimento.

### SUMÁRIO DOS INDICADORES DE BALANÇO

Unidades: mil€	2022	2021	Var. 22/21
<b>Resumo BALANÇO</b>			
Ativo Total	15.453.475	16.694.316	-7,4%
Provisões Técnicas	11.751.537	12.264.215	-4,2%
Capital Próprio	2.228.674	2.812.082	-20,7%

<sup>6</sup> As contas individuais da Fidelidade incluem o negócio segurador da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. em Portugal e das suas sucursais em França, Luxemburgo, Espanha e Moçambique. As sucursais de Moçambique (Vida e Não Vida) encerraram a sua atividade no início de 2022, tendo a carteira de seguros sido integrada na Seguradora Internacional de Moçambique.

No final de 2022 a Fidelidade Individual contava com um Ativo Total no valor de 15,5 mil milhões de euros e Provisões técnicas de 11,8 mil milhões de euros, tendo estas últimas diminuído 4,2% em linha com a evolução verificada nos produtos Vida Financeiro.

O capital próprio ascendeu a 2,2 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 20,7% face ao ano anterior, refletindo, igualmente, o efeito negativo nas reservas de reavaliação decorrente, sobretudo, da redução de valor ao nível dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

### A.2.3. Prémios, sinistros e despesas por classe de negócio

Nos quadros seguintes decompõem-se os prémios, sinistros e despesas por classe de negócio.

Valores em milhares de euros

Classe de negócio Vida	Seguros com participação nos resultados	Seguros ligados a índices e unidades de participação	Outros seguros de vida	Resseguro do ramo vida	Total	Ano anterior
<b>Prémios emitidos</b>						
Valor bruto	59.046	1.075.232	747.421	394	1.882.093	2.311.992
Parte dos resseguradores	1.026	0	27.864	0	28.890	23.752
<b>Líquido</b>	<b>58.020</b>	<b>1.075.232</b>	<b>719.557</b>	<b>394</b>	<b>1.853.203</b>	<b>2.288.240</b>
<b>Prémios adquiridos</b>						
Valor bruto	59.074	1.075.232	747.140	394	1.881.840	2.311.575
Parte dos resseguradores	1.041	0	27.857	0	28.898	23.644
<b>Líquido</b>	<b>58.033</b>	<b>1.075.232</b>	<b>719.283</b>	<b>394</b>	<b>1.852.942</b>	<b>2.287.931</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>						
Valor bruto	258.653	117.745	1.661.045	46	2.037.489	2.716.302
Parte dos resseguradores	570	0	13.744	0	14.314	9.912
<b>Líquido</b>	<b>258.083</b>	<b>117.745</b>	<b>1.647.301</b>	<b>46</b>	<b>2.023.175</b>	<b>2.706.390</b>
<b>Alterações noutras provisões técnicas</b>						
Valor bruto	-197.188	0	1.385	0	-195.803	-183.395
Parte dos resseguradores	-66	0	2.659	0	2.593	5.469
<b>Líquido</b>	<b>-197.122</b>	<b>0</b>	<b>-1.274</b>	<b>0</b>	<b>-198.396</b>	<b>-188.864</b>
<b>Despesas efetuadas</b>						
<b>Despesas efetuadas</b>	<b>17.585</b>	<b>25.844</b>	<b>100.824</b>	<b>152</b>	<b>144.405</b>	<b>139.987</b>

Valores em milhares de euros

Classe de negócio Saúde – SLT	Seguros de acidentes e doença	Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com responsabilidades de seguro de acidentes e doença	Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	Resseguro de acidentes e doença	Total	Ano anterior
<b>Prémios emitidos</b>						
Valor bruto	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	0	0
<b>Líquido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Prémios adquiridos</b>						
Valor bruto	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	0	0
<b>Líquido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>						
Valor bruto	0	39.178	0	0	39.178	117.796
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	0	0
<b>Líquido</b>	<b>0</b>	<b>39.178</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>39.178</b>	<b>117.796</b>
<b>Alterações noutras provisões técnicas</b>						
Valor bruto	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	0	0
<b>Líquido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Despesas efetuadas</b>						
<b>Líquido</b>	<b>0</b>	<b>2.154</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.154</b>	<b>2.024</b>

Valores em milhares de euros

Classe de negócio Saúde – NSLT	Seguro despesas médicas	Seguro proteção de rendimentos	Seguro acidentes de trabalho	Total	Ano anterior
<b>Prémios emitidos</b>					
Valor bruto - Atividade direta	420.743	42.505	286.623	749.871	679.640
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	109	42	300	451	325
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	418.219	16.885	9.017	444.121	398.931
<b>Líquido</b>	<b>2.633</b>	<b>25.662</b>	<b>277.906</b>	<b>306.201</b>	<b>281.034</b>
<b>Prémios adquiridos</b>					
Valor bruto - Atividade direta	416.723	37.693	285.055	739.471	677.310
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	109	42	300	451	359
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	414.198	12.279	9.017	435.494	398.834
<b>Líquido</b>	<b>2.634</b>	<b>25.456</b>	<b>276.338</b>	<b>304.428</b>	<b>278.835</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>					
Valor bruto - Atividade direta	324.429	20.595	97.383	442.407	404.483
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	0	0	569	569	599
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	323.141	7.314	1.020	331.475	299.152
<b>Líquido</b>	<b>1.288</b>	<b>13.281</b>	<b>96.932</b>	<b>111.501</b>	<b>105.930</b>
<b>Alterações noutras provisões técnicas</b>					
Valor bruto - Atividade direta	445	-138	-299	8	8.621
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	0	0	0	0	0
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	0
<b>Líquido</b>	<b>445</b>	<b>-138</b>	<b>-299</b>	<b>8</b>	<b>8.621</b>
<b>Despesas efetuadas</b>					
<b>Líquido</b>	<b>23.130</b>	<b>12.691</b>	<b>73.640</b>	<b>109.461</b>	<b>78.421</b>



Classe de negócio Não Vida	Seguro RC automóvel	Outros seguros de veículos motorizados	Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	Seguro incêndio e outros danos	Seguro RC geral	Seguro crédito e caução	Seguro proteção jurídica	Assistência	Perdas pecuniárias diversas	Total	Ano anterior
<b>Prémios emitidos</b>											
Valor bruto - Atividade direta	294.442	204.535	29.082	337.159	76.248	320	6.549	48.314	42.452	1.039.101	960.001
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	850	448	101	8.239	870	0	0	0	70	10.578	7.155
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	2.479	57	16.996	161.058	41.210	206	5.033	37.612	19.005	283.656	245.860
<b>Líquido</b>	<b>292.813</b>	<b>204.926</b>	<b>12.187</b>	<b>184.340</b>	<b>35.908</b>	<b>114</b>	<b>1.516</b>	<b>10.702</b>	<b>23.517</b>	<b>766.023</b>	<b>721.296</b>
<b>Prémios adquiridos</b>											
Valor bruto - Atividade direta	288.382	195.548	29.004	325.709	65.572	334	6.296	46.724	42.836	1.000.405	922.303
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	850	448	118	6.173	980	0	0	1	96	8.666	7.306
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	2.479	59	17.083	153.300	30.057	222	5.033	37.612	19.054	264.899	224.421
<b>Líquido</b>	<b>286.753</b>	<b>195.937</b>	<b>12.039</b>	<b>178.582</b>	<b>36.495</b>	<b>112</b>	<b>1.263</b>	<b>9.113</b>	<b>23.878</b>	<b>744.172</b>	<b>705.188</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>											
Valor bruto - Atividade direta	174.724	119.541	6.474	154.175	15.421	-19	0	-4	15.554	485.866	495.957
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	161	-1	-54	6.018	801	0	0	0	0	6.925	4.205
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	-431	-133	1.637	59.696	8.743	0	0	-2	6.589	76.099	107.630
<b>Líquido</b>	<b>175.316</b>	<b>119.673</b>	<b>4.783</b>	<b>100.497</b>	<b>7.479</b>	<b>-19</b>	<b>0</b>	<b>-2</b>	<b>8.965</b>	<b>416.692</b>	<b>392.532</b>
<b>Alterações noutras provisões técnicas</b>											
Valor bruto - Atividade direta	-4.642	-190	-80	2.106	14.433	0	-170	25	67	11.549	24.184
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	0	0	0	545	15	0	0	0	0	560	-80
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	12.414	0	0	0	0	12.414	14.139
<b>Líquido</b>	<b>-4.642</b>	<b>-190</b>	<b>-80</b>	<b>2.651</b>	<b>2.034</b>	<b>0</b>	<b>-170</b>	<b>25</b>	<b>67</b>	<b>-305</b>	<b>9.965</b>
<b>Despesas efetuadas</b>											
<b>Líquido</b>	<b>107.009</b>	<b>59.411</b>	<b>3.542</b>	<b>74.297</b>	<b>24.194</b>	<b>64</b>	<b>2.081</b>	<b>13.968</b>	<b>13.295</b>	<b>297.861</b>	<b>284.107</b>

### A.3. Desempenho dos investimentos

#### A.3.1. Rendimentos e despesas decorrentes de investimentos

Em 31 de dezembro de 2022, a afetação dos investimentos e outros ativos, a contratos de seguro e outras operações classificadas como contratos de investimento, é a seguinte (valores para efeitos de solvência):

Valores em milhares de euros

Investimentos e outros ativos	Vida	Não Vida	Não afetos	Total	Ano anterior
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	0	25.517	45.387	70.904	79.735
Imóveis (que não para uso próprio)	0	20.630	11.273	31.903	59.787
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	1.172.694	954.526	870.589	2.997.809	2.610.195
Ações - cotadas em bolsa	28.516	346.336	0	374.852	496.794
Ações - não cotadas em bolsa	0	0	1.092	1.092	1.142
Obrigações de dívida pública	2.323.930	10.971	104.492	2.439.393	3.637.774
Obrigações de empresas	3.497.674	691.981	22.188	4.211.843	5.348.497
Títulos de dívida estruturados	166.272	0	0	166.272	197.774
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0	0
Organismos de investimento coletivo	290.464	436.687	73.820	800.971	1.047.671
Derivados	74.132	17.109	20.887	112.128	28.075
Depósitos que não equivalentes a numerário	24.357	10.653	105.336	140.346	115.564
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	2.467.147	0	0	2.467.147	1.759.925
Empréstimos e hipotecas	0	0	34.047	34.047	1.059
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	217.706	217.706	380.610
<b>Total</b>	<b>10.045.186</b>	<b>2.514.410</b>	<b>1.506.817</b>	<b>14.066.413</b>	<b>15.764.602</b>

Os investimentos constantes do quadro anterior incluem os investimentos afetos aos contratos unit-linked que apresentam a seguinte composição:

Valores em milhares de euros

<b>Investimentos afetos aos contratos <i>unit-linked</i></b>	<b>Total</b>	<b>Ano anterior</b>
Instrumento de dívida de empresas do grupo	24.301	24.203
Instrumento de dívida pública de emissores nacionais	40.288	13.611
De outros emissores públicos nacionais	3.905	5.405
De outros emissores públicos estrangeiros	775	0
De organismos financeiros internacionais	19.428	293
Instrumento de dívida pública de emissores estrangeiros	72.459	8.831
Instrumento de dívida de outros emissores nacionais	183.439	177.164
Instrumento de dívida de outros emissores estrangeiros	809.074	399.587
Instrumentos de capital de residentes	423	498
Instrumentos de capital de não residentes	124.576	134.790
Outros instrumentos financeiros - Unidades de participação de residentes	174.942	165.604
Outros instrumentos financeiros - Unidades de participação de não residentes	792.682	544.169
Outros instrumentos financeiros - Outros de residentes	6.262	23.545
Contas a receber	0	0
Transações a liquidar	-4.612	-2.312
Outros depósitos	872	240
Instrumentos derivados	113.398	122.126
Depósitos à ordem	105.058	142.516
Depósitos a prazo	0	0
<b>Total</b>	<b>2.467.270</b>	<b>1.760.271</b>

No exercício de 2022, os rendimentos decorrentes de investimentos foram os seguintes:

Valores em milhares de euros

Investimentos	Dividendos	Juros	Rendas	Total	Ano anterior
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida</b>					
Obrigações de dívida pública	0	89.485	0	89.485	106.730
Obrigações de empresas	0	128.184	0	128.184	129.277
Títulos de fundos próprios	16.202	0	0	16.202	21.338
Organismos de investimento coletivo	15.822	2.359	0	18.181	35.300
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	0	13	0	13	86
Empréstimos e hipotecas	0	21	0	21	32
Imóveis	0	0	0	0	0
Derivados	0	-13.333	0	-13.333	-13.193
Outros	0	162	0	162	225
<b>Subtotal</b>	<b>32.024</b>	<b>206.891</b>	<b>0</b>	<b>238.915</b>	<b>279.795</b>
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo não vida</b>					
Obrigações de dívida pública	0	996	0	996	870
Obrigações de empresas	0	32.260	0	32.260	17.617
Títulos de fundos próprios	26.359	0	0	26.359	16.080
Organismos de investimento coletivo	10.489	2.130	0	12.619	26.721
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	0	11	0	11	361
Empréstimos e hipotecas	0	2	0	2	1
Imóveis	0	0	4.381	4.381	5.107
Derivados	0	0	0	0	0
Outros	0	1	0	1	1
<b>Subtotal</b>	<b>36.848</b>	<b>35.400</b>	<b>4.381</b>	<b>76.629</b>	<b>66.758</b>
<b>Investimentos não afetos</b>					
Obrigações de dívida pública	0	4.581	0	4.581	1.984
Obrigações de empresas	0	580	0	580	1.144
Títulos de fundos próprios	5.679	0	0	5.679	1.478
Organismos de investimento coletivo	0	0	0	0	137
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	0	1.055	0	1.055	65
Empréstimos e hipotecas	0	2.073	0	2.073	0
Imóveis	0	0	2.450	2.450	2.677
Derivados	0	0	0	0	-1.096
Outros	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>5.679</b>	<b>8.289</b>	<b>2.450</b>	<b>16.418</b>	<b>6.389</b>
<b>Total</b>	<b>74.551</b>	<b>250.580</b>	<b>6.831</b>	<b>331.962</b>	<b>352.942</b>

No exercício de 2022, os gastos financeiros decorrentes de investimentos foram os seguintes:

Valores em milhares de euros

Gastos de investimentos	Vida	Não vida	Não afetos	Total	Ano anterior
Custos imputados	16.407	6.666	30.153	53.226	33.823
Outros gastos de investimentos	1.312	174	3.595	5.081	1.673
<b>Total</b>	<b>17.719</b>	<b>6.840</b>	<b>33.748</b>	<b>58.307</b>	<b>35.496</b>

Informações sobre ganhos e perdas reconhecidos diretamente em capitais próprios

No exercício de 2022, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros, apresentam o seguinte detalhe:

Valores em milhares de euros

Investimentos	Por contrapartida de		Total	Ano anterior
	Resultados	Capitais próprios		
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida</b>				
Obrigações de dívida pública	94.556	-5.994	88.562	112.489
Obrigações de empresas	124.424	-110.450	13.974	325.055
Títulos de fundos próprios	-46.985	102.167	55.182	124.437
Organismos de investimento coletivo	-36.093	-86.801	-122.894	85.280
Títulos de dívida estruturados	0	-20	-20	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	14	14	-14
Caixa e equivalentes de caixa	14	0	14	97
Empréstimos e hipotecas	21	0	21	32
Imóveis	0	0	0	0
Derivados	-37.068	-24.265	-61.333	-184.471
Outros	162	0	162	614
<b>Subtotal</b>	<b>99.031</b>	<b>-125.349</b>	<b>-26.318</b>	<b>463.519</b>
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo não vida</b>				
Obrigações de dívida pública	1.025	0	1.025	1.289
Obrigações de empresas	70.053	-3.047	67.006	39.040
Títulos de fundos próprios	7.090	140.434	147.524	-18.776
Organismos de investimento coletivo	22.352	5.766	28.118	79.841
Títulos de dívida estruturados	0	-8	-8	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	63	16	79	1.257
Empréstimos e hipotecas	0	0	0	-4
Imóveis	14.404	-62	14.342	6.034
Derivados	115	-76.201	-76.086	-31.210
Outros	0	0	0	1
<b>Subtotal</b>	<b>115.102</b>	<b>66.898</b>	<b>182.000</b>	<b>77.472</b>

Investimentos (cont.)	Por contrapartida de		Total	Ano anterior
	Resultados	Capitais próprios		
<b>Investimentos não afetos</b>				
Obrigações de dívida pública	4.647	0	4.647	1.966
Obrigações de empresas	547	0	547	1.316
Títulos de fundos próprios	7.047	-211.384	-204.337	36.919
Organismos de investimento coletivo	310	4.215	4.525	1.590
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	-3.890	0	-3.890	20
Empréstimos e hipotecas	2.103	0	2.103	279
Imóveis	2.526	-334	2.192	3.446
Derivados	-26.678	15.250	-11.428	-10.397
Outros	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>-13.388</b>	<b>-192.253</b>	<b>-205.641</b>	<b>35.139</b>
<b>Total</b>	<b>200.745</b>	<b>-250.704</b>	<b>-49.959</b>	<b>576.130</b>

#### A.3.2. Informações sobre investimentos em titularizações

Em 31 de dezembro de 2022, o valor dos investimentos em titularizações é imaterial, pelo que não é incluída qualquer informação neste capítulo.

---

#### A.4. Desempenho de outras atividades

Não existem outras atividades desempenhadas pela Companhia com relevância material para efeitos de divulgação no presente relatório.

---

#### A.5. Eventuais informações adicionais

Não existem outras informações materiais relativas à atividade e ao desempenho da Companhia.

# B. Sistema de Governança

Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram alterações materiais no sistema de governação da Companhia.

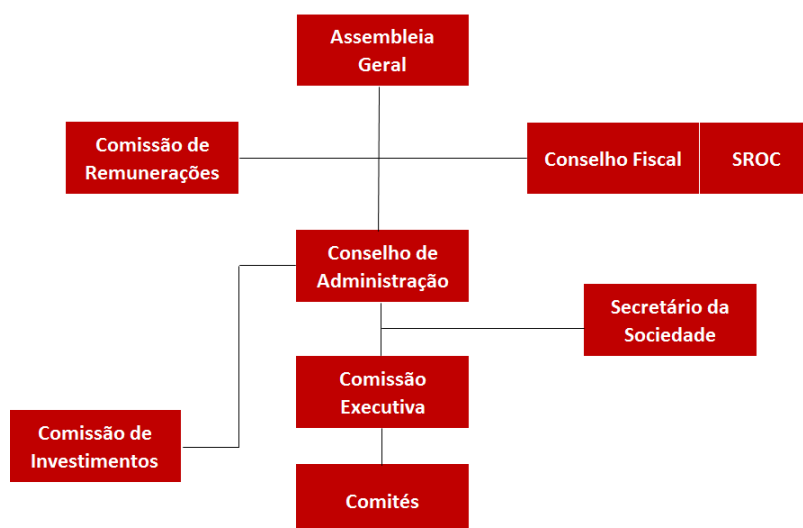
## B.1. Informações gerais sobre o sistema de governação

### B.1.1. Estrutura de governo societário

O governo das sociedades envolve um conjunto de relações entre a gestão da empresa, os seus acionistas e outras partes interessadas, através do qual são definidos os objetivos da empresa, bem como a forma de os alcançar e de os monitorizar.

A Companhia adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração que inclui uma Comissão Executiva e um órgão de fiscalização que integra um Conselho Fiscal e uma SROC.

O quadro seguinte representa a estrutura de governo societário da Companhia durante o exercício de 2022:



As principais competências dos órgãos que compõem a estrutura de governo societário são as seguintes:

#### ASSEMBLEIA GERAL

As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria de votos dos acionistas presentes ou representados na Assembleia Geral, sempre que a lei ou os Estatutos não exijam maior número (n.º 3 do artigo 11.º dos Estatutos).

As deliberações relativas a quaisquer alterações dos Estatutos da Sociedade, incluindo alteração do objeto social, aumento e redução do capital social, fusão, cisão, transformação e dissolução da Sociedade, à supressão ou redução do direito de preferência dos acionistas da Sociedade em aumentos do capital social, à amortização de ações representativas do capital social, à suspensão ou cessação do exercício de atividade principal compreendida no objeto social da Sociedade, à autorização de compra e venda de ações próprias quando não seja realizada numa base pro-rata, bem como a nomeação do órgão de fiscalização da Sociedade e do respetivo auditor externo quando não seja uma das quatro maiores sociedades internacionais de auditoria, só podem ser aprovadas desde que seja obtido o voto favorável de uma maioria correspondente a mais de 95% dos direitos de voto representativos da totalidade do capital social.



### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por um mínimo de cinco e um máximo de dezassete membros, eleitos para mandatos de três anos, renováveis.

O Conselho de Administração, enquanto órgão de governo da Companhia, tem os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade. Nos termos do n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos da Sociedade, ao Conselho de Administração compete, além das atribuições gerais que por lei lhe são conferidas:

- Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
- Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou, por outra forma, alienar ou onerar direitos e bens, móveis e imóveis;
- Constituir sociedades, subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade, as normas de funcionamento interno, designadamente sobre o pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários, com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer.

### COMISSÃO EXECUTIVA

Sem prejuízo da possibilidade de avocação de poderes sobre qualquer matéria delegada na Comissão Executiva, o Conselho de Administração delegou nesta a gestão corrente da Sociedade, compreendendo os seguintes poderes:

- Todas as operações de seguro e resseguro e operações conexas ou complementares das de seguro ou resseguro, nomeadamente no que respeita a atos e contratos relativos a salvados, à reedificação e reparação de imóveis, à reparação de veículos, e à aplicação de provisões, reservas e capitais;
- Representação da Sociedade perante as entidades supervisoras e associações setoriais;
- Aquisição de serviços;
- Admissões, definição dos níveis, categorias, condições remuneratórias e outras regalias dos colaboradores, bem como atribuição de cargos diretivos;
- Exercício do poder disciplinar e aplicação de quaisquer sanções;
- Representação da Sociedade perante as estruturas representativas dos trabalhadores;
- Abertura ou encerramento de sucursais ou agências;
- Designação de quem deverá representar a Sociedade nas assembleias gerais das sociedades em que detenha participações, fixando o sentido de voto aí expresso;
- Designação das pessoas que deverão exercer os cargos sociais para os quais a Sociedade venha a ser eleita, bem como das pessoas que a Sociedade deva indicar para exercerem cargos sociais em sociedades em que detenha uma participação;
- Emissão de instruções vinculantes às sociedades que estiverem com a Sociedade em relação de grupo constituído por domínio total;
- Representação da Sociedade em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, compreendendo a instauração e contestação de quaisquer procedimentos judiciais ou arbitrais, bem como a confissão, desistência ou transação em quaisquer ações e a assunção de compromissos arbitrais;
- Constituição de mandatários, com ou sem procuração, para a prática de determinados atos, ou categorias de atos, definindo a extensão dos respetivos mandatos.

A delegação de poderes na Comissão Executiva não abrange as matérias mantidas na exclusiva competência do Conselho de Administração.

#### COMISSÃO DE INVESTIMENTOS

Todas as decisões de investimento da Sociedade estão sujeitas à supervisão da Comissão de Investimento, devendo a Comissão Executiva reportar à Comissão de Investimento as operações realizadas.

#### COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Cabe à Comissão de Remunerações a fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais da Companhia.

Os membros da Comissão de Remunerações são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações.

A Comissão de Remunerações submeteu à Assembleia Geral de 31 de março de 2022, uma declaração sobre Política de Remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização que foi aprovada por unanimidade dos acionistas presentes ou representados.

#### CONSELHO FISCAL E REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do artigo 413.º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2020/2022.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

#### SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O Secretário da Sociedade é um Órgão Social, nomeado pelo Conselho de Administração, que, para além de assegurar as funções legais de Secretário da Sociedade nas empresas do grupo Fidelidade em que existe tal nomeação, coordena o Secretariado da Sociedade, Órgão de Estrutura que, reportando diretamente à Comissão Executiva, assegura a função corporativa societária em todas as empresas do grupo Fidelidade, em Portugal e no estrangeiro.

#### COMITÉS

Os comités específicos funcionam na base de competências delegadas pela Comissão Executiva, sem prejuízo da posterior ratificação das suas decisões pelo órgão de gestão.

Os comités específicos são, assim, estruturas dependentes da Comissão Executiva, que neles delega competências, constituindo-se como órgãos de decisão intermédia.

Neste sentido, os comités específicos são órgãos deliberativos vocacionados para apreciar e decidir sobre propostas em matérias diversas da gestão corrente.

Para além disto, a competência delegada em cada um dos comités específicos circunscreve-se exclusivamente aos atos de gestão corrente em matérias que sejam da competência dos órgãos de estrutura que integram cada um dos comités, enquanto membros permanentes.

#### B.1.2. Governação interna

A governação interna é da responsabilidade do órgão de administração executivo e tem como principais preocupações definir os objetivos de negócio da empresa e o seu apetite ao risco, a organização do negócio da empresa, a atribuição das responsabilidades e autoridade, as linhas de reporte e a informação que devem disponibilizar, bem como a organização do sistema de controlo interno.

A Companhia assegura uma adequada segregação de funções e delegação de responsabilidades, através da aprovação, para cada órgão de estrutura, da sua estrutura orgânica e funcional, definindo o seu âmbito e finalidades gerais, o respetivo organograma, principais funções e nomeando os seus responsáveis.

Encontram-se definidos os meios de comunicação interna destinados, quer à transmissão de decisões e deliberações da Comissão Executiva, quer à apresentação de propostas para tomada de decisão, quer ainda à comunicação entre órgãos de estrutura.

Para garantir uma adequada ligação entre o governo societário, personificado na Comissão Executiva, e a estrutura organizativa, que permita assegurar uma maior consistência e operacionalização da gestão executiva da Companhia, são atribuídos pelouros aos membros da Comissão Executiva, ficando assim, cada um deles, responsável pelo acompanhamento de um conjunto de órgãos de estrutura.

### B.1.3. Funções-chave

As funções-chave estabelecidas no âmbito daqueles sistemas encontram-se atribuídas aos seguintes órgãos:

<b>Direções</b>	Direção de Gestão de riscos	Direção de Auditoria	Direção de <i>Compliance</i>
<b>Funções-chave</b>	Função de Gestão de Riscos	Função de Auditoria	Função de <i>Compliance</i>
	Função Atuarial		

Relativamente a estes órgãos, encontram-se definidas as seguintes funções:

#### B.1.3.1. Função de Gestão de Riscos

- Assegurar o desenvolvimento e disponibilização de informação que suporte a tomada de decisões, quer ao nível da Comissão Executiva, quer ao nível dos outros órgãos de decisão;
- Assegurar o desenvolvimento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de risco que permita a identificação, avaliação e monitorização de todos os riscos materiais a que cada empresa de seguros e o grupo estão expostos;
- Avaliar e monitorizar a situação de solvência, corrente e prospetiva;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de mercado e de crédito de contraparte;
- Monitorizar o cumprimento do grau de liquidez e de cobertura dos pagamentos estimados pelos recebimentos estimados, face ao definido;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de natureza operacional incorridos no grupo segurador, identificando e caracterizando adicionalmente os dispositivos de controlo existentes;
- Diagnosticar e identificar melhorias nos sistemas de gestão de risco operacional e de controlo interno;
- Avaliar e monitorizar os instrumentos de mitigação de risco, nomeadamente o Resseguro;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de subscrição, bem como o risco de crédito dos instrumentos de mitigação desses riscos e preparar informação que suporte a tomada de decisões.
- Rever o Plano de Gestão de Capital de médio prazo e respetivos Planos de Contingência;
- Coordenar a realização do exercício ORSA anual;
- Assegurar que o relatório sobre os mecanismos e procedimentos a adotar especificamente no âmbito da Política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude nos seguros é elaborado de acordo com o previsto na respetiva política;
- Elaborar, propor e rever a Política de Gestão de Riscos;
- Elaborar, propor e rever ou colaborar na revisão de todas as políticas de gestão de risco específicas para cada categoria de risco material, entre elas:
  - Colaborar na revisão da Política de Subscrição;
  - Colaborar na revisão da Política de Resseguro;
  - Colaborar na revisão da Política de Provisionamento;
  - Colaborar na elaboração e revisão da Política de Investimentos;
  - Colaborar na elaboração e revisão da Política de Gestão de Risco de Ativo-Passivo e de Liquidez;
  - Elaborar, propor e rever a Política de Gestão do Risco Operacional;
  - Colaborar na proposta e revisão da Política de Gestão de Capital;
- Colaborar na revisão da Política de Dividendos;
- Elaborar, propor e rever a Política de Impostos Diferidos;
- Elaborar, propor e rever a Política de autoavaliação do risco e da solvência;
- Elaborar, propor e rever a *Framework* de Apetite ao Risco.

#### B.1.3.2. Função Atuarial

- Monitorizar as Provisões Técnicas registadas contabilisticamente, avaliando o seu grau de prudência;
- Efetuar a avaliação atuarial das carteiras, incluindo o cálculo do justo valor das responsabilidades de natureza técnica;

- Assegurar a consultoria e a assistência técnico-atuarial às entidades e instituições que o solicitem, no âmbito de contratos estabelecidos de prestações de serviços de natureza atuarial, nomeadamente, em matéria de fundos de pensões, planos de benefícios ou quaisquer outros regimes de previdência privada;
- Elaborar, propor e rever as Políticas de Provisionamento;
- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Avaliar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Informar o órgão de administração sobre o grau de fiabilidade e adequação do cálculo das provisões técnicas;
- Supervisionar o cálculo das provisões técnicas sempre que a seguradora não disponha de dados suficientes e com a qualidade necessária à aplicação de um método atuarial fiável e, por esse motivo, se utilizem aproximações;
- Emitir parecer sobre a política global de subscrição;
- Emitir parecer sobre a adequação dos acordos de resseguro;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

#### B.1.3.3. Função de Auditoria Interna

- Elaborar, implementar e manter um Plano Anual de Auditoria baseado numa análise metódica do risco, abrangendo todas as atividades significativas e o sistema de governação das Seguradoras do Grupo Fidelidade Portugal, incluindo desenvolvimentos previstos em matéria de atividades e inovações;
- Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- Desenvolver ações de auditoria fundamentadas numa metodologia própria que, tendo sempre presente a avaliação dos riscos, possa contribuir para determinar a probabilidade da sua ocorrência e o impacto que os mesmos podem acarretar para o Grupo Fidelidade;
- Apresentar ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, através de aplicação informática, os relatórios de auditoria efetuados, evidenciando as conclusões obtidas e as recomendações emitidas;
- Elaborar o Relatório Anual de Auditoria, com uma síntese dos principais problemas detetados e das recomendações emitidas nos trabalhos de auditoria, e proceder à sua apresentação ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva e aos Órgãos de Fiscalização;
- Proceder à análise do grau de implementação das recomendações emitidas;
- Apoiar, quando solicitado pela Comissão Executiva, no apuramento de factos relativos a eventuais infrações disciplinares praticadas por colaboradores e irregularidades praticadas por mediadores ou prestadores de serviços;
- Realizar auditorias *ad hoc* solicitadas pelo Conselho de Administração, pela Comissão Executiva ou por outro Órgão de Estrutura;
- Colaborar com a Auditoria Externa e com o Revisor Oficial de Contas.

#### B.1.3.4. Função de *Compliance*

- Propor a estratégia e as políticas em matéria de *Compliance* e assegurar a sua revisão;
- Assegurar o desenvolvimento e manutenção do sistema de gestão de riscos de *Compliance* com uma abordagem baseada na avaliação do risco;
- Manter atualizado, em articulação com as restantes funções-chave, o catálogo de riscos de *Compliance*;
- Assegurar as ações necessárias para a promoção de uma cultura de *Compliance* no seio do Grupo;
- Preparar e propor o Código de Conduta do Grupo Fidelidade, bem como as normas internas que o desenvolvem e concretizam, assegurando a sua divulgação e revisão;
- Preparar e propor a Política de *Compliance*, assegurando a sua revisão, e o Plano anual em matéria de *Compliance*;
- Articular a função de *Compliance* com as restantes funções-chave das empresas de seguros e resseguros do Grupo;
- Contribuir para o desenvolvimento do sistema de *governance* internacional do Grupo.

#### B.1.4. Comitês

A gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes Comitês:

##### COMITÉ DE RISCO

Este Comité tem como objetivo fazer recomendações em todos os assuntos relacionados com a Gestão de Risco e com o Controlo Interno, incluindo a revisão de políticas de risco, o enquadramento do apetite ao risco e a monitorização de processos, em apoio à Comissão Executiva.

##### COMITÉ DE PRODUTOS (VIDA E NÃO VIDA)

O Comité de Produtos tem como principal missão a aprovação e coordenação do lançamento de novos produtos de todas as empresas do Grupo, bem como a atualização e monitorização dos produtos existentes, durante o seu ciclo de vida, garantindo que a oferta seja coerente com a estratégia omnicanal e de criação de valor. Cabe ao Comité assegurar o alinhamento da nova oferta e a oferta existente com o planeamento estratégico e o apetite ao risco da Companhia definido pela Comissão Executiva e que as várias orientações ao nível de Políticas de Conceção e Aprovação de Produtos, Gestão de Risco, Investimento, Subscrição e Resseguro são respeitadas.

##### COMITÉ DE GESTÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) tem como principais objetivos supervisionar a situação ativo/ passivo, a carteira de investimentos e os riscos de mercado (nomeadamente o risco de taxa de juro, o risco cambial e o risco de liquidez). Tem ainda por objetivo estabelecer a estrutura ótima do balanço patrimonial da Companhia para proporcionar a máxima rentabilidade, limitando o nível de risco possível, assim como monitorizar o desempenho dos investimentos da Companhia em termos de risco e retorno e a implementação da estratégia ALM, bem como os riscos de mercado e liquidez.

##### COMITÉ DE SUSTENTABILIDADE

O objetivo do Comité de Sustentabilidade é fazer recomendações e validar ou dar apoio a decisões dos órgãos próprios em todos os assuntos relacionados com a Sustentabilidade, nomeadamente na definição dos pilares estratégicos da sustentabilidade e monitorização da atuação da Fidelidade nesses campos, na revisão de procedimentos e políticas com uma ótica de sustentabilidade e na avaliação geral do desempenho nesta matéria.

#### B.1.5. Política de remuneração

A Política de Remuneração aplicável aos órgãos sociais da Fidelidade assenta nas seguintes orientações:

- Incentiva uma gestão e controlo eficaz de riscos, evitando uma excessiva exposição ao risco e potenciais conflitos de interesses e assegurando coerência com os objetivos, valores e interesses a longo prazo da Fidelidade;
- É estruturada de forma clara, transparente no que respeita à sua definição, implementação e monitorização;
- Assegura uma remuneração total competitiva e equitativa, alinhada com as tendências verificadas a nível nacional e europeu, em particular com os *peers* da Fidelidade;
- Incorpora uma componente fixa, ajustada às funções e responsabilidade dos administradores, adequadamente equilibrada com uma componente variável com uma parcela de curto prazo e outra de médio prazo, ambas condicionadas ao desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos concretos, quantificáveis e alinhados com os interesses da Fidelidade, dos seus acionistas e bem assim dos tomadores de seguro, segurados, participantes e beneficiários.

Nestes termos, a remuneração dos membros executivos do órgão de administração comporta uma componente fixa e uma componente variável, sendo esta última constituída por uma parcela que visa remunerar o desempenho no curto prazo e por outra, com a mesma finalidade, aplicada ao desempenho de médio prazo, ocorrendo a sua atribuição posteriormente à aprovação de contas de cada exercício e uma vez verificado o cumprimento de objetivos predefinidos.

A componente fixa representa uma proporção equilibrada da remuneração total, representando as componentes variáveis, de curto e médio prazo, proporções flexíveis da remuneração fixa anual, não podendo os membros executivos do órgão de administração celebrar contratos destinados a mitigar o risco inerente à variabilidade da sua remuneração.

Estão previstos, relativamente aos membros executivos do órgão de administração, um conjunto de benefícios de natureza não remuneratória com as mesmas condições que as aplicáveis aos restantes colaboradores da Fidelidade.

Os regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada aplicáveis aos membros do órgão de administração seguem as mesmas condições que as aplicáveis aos colaboradores da Fidelidade. Os Administradores Executivos, beneficiam, ainda, de um Plano Complementar de Reforma, constituído através de um seguro e cuja contribuição está indexada à remuneração anual fixa ilíquida.

Para além do descrito, não existem outros mecanismos de remuneração, nem estão previstos outros pagamentos em caso de destituição de administradores. Em caso de cessão de funções por acordo, os montantes envolvidos carecem de aprovação pela Comissão de Remunerações.

De acordo com a Política de Remunerações, os membros do Conselho Fiscal apenas auferem uma remuneração fixa. Os membros não executivos do Conselho de Administração poderão ou não auferir uma remuneração fixa, pelo exercício de funções, consoante o que for deliberado pela Comissão de Remunerações, podendo a remuneração, quando exista, ser distinta entre eles e inclusive uns serem remunerados e outros não.

Não existem planos de atribuição de ações, nem opções de aquisição de ações, de que sejam beneficiários os membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Em relação aos colaboradores da Fidelidade, estão sujeitos à Política de Remunerações dos Colaboradores do Grupo Fidelidade em Portugal, política esta assente nos seguintes princípios:

- É estruturada de forma clara e transparente no que respeita à sua definição, implementação e monitorização;
- Assegura uma remuneração total, alinhada com as tendências verificadas a nível nacional e europeu, em particular com os *peers* da Fidelidade;
- Incorpora uma componente fixa, ajustada às funções e responsabilidades de cada colaborador, adequadamente equilibrada com uma componente variável condicionada pelo desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos alinhados com os objetivos estratégicos da Fidelidade.

Nestes termos, a remuneração dos colaboradores comporta uma componente fixa e uma componente variável, assente num modelo de *Job Families*.

No que se refere à componente variável, esta componente visa remunerar o desempenho individual, ocorrendo a sua atribuição posteriormente à aprovação de contas de cada exercício e uma vez verificado o cumprimento de objetivos predefinidos.

Em 2022 procedeu-se à revisão da Política de Remuneração dos colaboradores do Grupo Fidelidade tanto na componente fixa como na componente variável.

Estão previstos, relativamente aos colaboradores, um conjunto de benefícios gerais de natureza não remuneratória, como mecanismos de apoio à família, cartão refeição, condições especiais em seguros próprios e protocolos para acesso a condições especiais em diversos prestadores de serviços.

Os regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, em vigor na Companhia, são aplicáveis de forma genérica a todos os colaboradores.

Para além do descrito, não existem outros mecanismos de remuneração, nem estão previstos outros pagamentos.

As desvinculações por iniciativa do colaborador ou por iniciativa do empregador seguem os mecanismos legais aplicáveis em cada momento.

A componente variável da remuneração dos colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave é determinada em função dos objetivos associados às respetivas funções e não em relação ao desempenho da Companhia ou da unidade orgânica em que se integram.

#### B.1.6. Transações com partes relacionadas

A Fidelidade adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em relação de domínio ou de grupo, são objeto de apreciação e de deliberação por maioria qualificada do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Companhia, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se nas Notas às Demonstrações Financeiras Separadas (Nota 44) e consolidadas (Nota 49).

#### B.1.7. Avaliação da adequação do sistema de governação

A Companhia considera que o seu sistema de governação é adequado face à natureza, dimensão e complexidade dos riscos a que está exposta, cumprindo com os requisitos previstos no Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora.



---

## B.2. Requisitos de qualificação e de idoneidade

A Política de *Fit & Proper*, atualmente em vigor, enquadrada no Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), tem como objetivo estabelecer os princípios gerais da avaliação da adequação das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam, são responsáveis ou exercem funções-chave.

Os requisitos de adequação avaliados nos termos e para os efeitos desta Política são:

- Idoneidade;
- Qualificação profissional;
- Independência, Disponibilidade e Capacidade.

A qualificação profissional é avaliada através da habilitação académica, da formação especializada e da experiência profissional.

Na avaliação de habilitação académica e da formação especializada é especialmente valorizada a obtenção de conhecimentos no domínio segurador e financeiro em geral ou em qualquer outro domínio relevante para a atividade a desempenhar.

Na avaliação de experiência profissional é confrontada a natureza, dimensão e complexidade das atividades previamente exercidas com as que vão ser exercidas.

No caso concreto dos Diretores de Topo, implicando cargos de gestão com reporte direto ao órgão de Administração executivo, destaca-se, como experiência profissional requerida, um período de experiência prévio de 5 anos.

Já no caso de funções-chave são requeridas as seguintes qualificações profissionais:

	Habilitação Académica	Formação Especializada	Experiência Profissional
<b>Auditoria Interna</b> (responsável)	Licenciatura em Gestão de Empresas, Economia, Auditoria ou área similar	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função.	15 Anos de experiência na área
<b>Auditoria Interna</b> (elemento da equipa)	Licenciatura em Economia, Gestão, Gestão de Empresas ou similar	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função. É ainda valorizada formação superior (pós-graduação) em Mercados Financeiros ou áreas similares.	2 Anos de experiência mínima na área ou similar, sendo que depende da função específica que o colaborador estiver a exercer
<b>Compliance</b> (responsável)	Licenciatura em Direito	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função.	15 Anos de experiência na área ou similar
<b>Compliance</b> (elemento da equipa)	Licenciatura em Direito	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função. É ainda valorizada formação superior (pós-graduação) em Estudos Europeus, Gestão de Empresas, <i>Compliance</i> ou áreas similares.	5 Anos de experiência na área ou similar
<b>Gestão de Riscos</b> (responsável)	Formação superior em Organização e Gestão de Empresas, Matemática, Atuariado, Economia, Estatística ou similar	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função.	15 Anos de experiência na área ou similar
<b>Gestão de Riscos</b> (elemento da equipa)	Formação superior em Matemática, Gestão, Atuariado, Finanças, Economia, Ciências Atuariais, Estatística, Sociologia, Engenharias ou similar.	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função. É ainda valorizada formação superior (pós-graduação) em Gestão de Bancos e Seguradoras e em Mercados e Ativos Financeiros.	4 Anos de experiência mínima, sendo que depende da função específica que o colaborador estiver a exercer
<b>Função Atuarial</b> (responsável)	Formação superior em Matemática, Atuariado, Economia ou Estatística	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função. É ainda valorizada formação superior (pós-graduação) em Ciências Atuariais.	10 Anos de experiência em atuariado
<b>Função Atuarial</b> (elementos da equipa)	Formação superior em Matemática, Atuariado, Economia ou Estatística	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função. É ainda valorizada formação superior (pós-graduação) em Ciências Atuariais.	5 Anos de experiência em atuariado

De acordo com a Política *Fit & Proper*, que tem um âmbito de aplicação único, englobando as várias empresas de seguros do universo Longrun Portugal, SGPS, S.A., e a própria Longrun, as pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam, são responsáveis ou exercem funções-chave devem possuir e demonstrar a capacidade de assegurarem, em permanência, a gestão sã e prudente da empresa de seguros, tendo em vista, de modo particular, a salvaguarda dos interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

Para isso, devem cumprir os requisitos de qualificação, idoneidade, independência e disponibilidade. No caso de órgãos colegiais estão previstos requisitos adicionais.

Estão sujeitos a avaliação os membros do órgão de administração, os membros do órgão de fiscalização, o revisor oficial de contas a quem compete emitir a certificação legal das contas e o atuário responsável.

Estão também sujeitos a avaliação as pessoas que exercem outras funções que confirmam influência significativa na gestão das Companhias, os Diretores de Topo, as pessoas que são responsáveis ou exercem funções de gestão de risco,

*compliance*, auditoria interna e atuarial, os mandatários das sucursais das Companhias e, no caso de funções-chave subcontratadas, o interlocutor interno pelas mesmas.

Cabe às Companhias verificar que as pessoas sujeitas a avaliação reúnem os requisitos de adequação necessários para o exercício das respetivas funções, pelo que se encontra estabelecido o processo de avaliação daqueles requisitos, dividido em três grandes atividades: (1) Avaliação; (2) Registo; (3) Nomeação.

O Comité de Avaliação é responsável pela avaliação da adequação dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, do Revisor Oficial de Contas e do Atuário Responsável. O Comité de Avaliação é também responsável pela avaliação dos responsáveis pelas funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, bem como do responsável da Direção de Pessoas e Organização.

A responsabilidade pela avaliação das restantes pessoas – diretores de topo, responsável pela função atuarial, mandatários das sucursais, colaboradores que exercem funções-chave e responsáveis por funções ou atividades importantes ou fundamentais subcontratadas – é da Direção de Pessoas e Organização.

A avaliação é feita antes do início de funções (avaliação inicial) sendo a manutenção das condições de adequação confirmada com uma periodicidade trienal (avaliação sucessiva), mediante declaração a apresentar, para o efeito, pelo interessado, sempre que tais condições se mantenham.

Uma vez que as pessoas designadas devem comunicar à empresa de seguros quaisquer factos supervenientes à designação ou ao registo que alterem o conteúdo da declaração apresentada inicialmente, sempre que, no exercício das funções, se tome conhecimento de quaisquer circunstâncias supervenientes que possam determinar o não preenchimento dos requisitos, será efetuada uma avaliação extraordinária.

---

### B.3. Sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência

A gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é assegurada pelos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria, Direção de *Compliance*, Comité de Risco, Comité de Produtos (Vida e Não Vida), Comité de Gestão de Ativos e Passivos e Comité de Sustentabilidade.

#### B.3.1. Função de Gestão de Riscos

A função de gestão de risco está integrada no sistema de gestão de riscos, sendo exercida pela Direção de Gestão de Risco, um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva, sendo esta função desenvolvida no âmbito das empresas de seguros do Grupo Fidelidade.

A missão da função de gestão de risco assenta na definição, implementação e manutenção de um sistema de gestão de risco que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, incluindo os riscos não considerados no requisito de capital de solvência, permitindo à Comissão Executiva e às várias Direções envolvidas incorporar este conhecimento na sua tomada de decisão.

As atividades desenvolvidas pela Direção de Gestão de Risco, no ano de 2022, enquadraram-se, fundamentalmente, no aprofundamento e consolidação de diversas matérias relacionadas com os três pilares do regime Solvência II, bem como de aspetos tecnológicos e de certificação da informação produzida neste âmbito.

Destaca-se, dessas atividades:

- a realização do exercício anual de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) e o reporte à ASF dos seus resultados através do envio do respectivo relatório de supervisão;
- a preparação e envio, quer da informação anual, com data de referência a 31 de dezembro de 2021, incorporada nos mapas de reporte quantitativo (*Quantitative Report Templates – QRT*), a qual foi sujeita a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável nos termos da regulamentação emitida pela ASF, quer do Relatório Periódico de Supervisão;
- o reporte à ASF e a divulgação pública do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira, referente a 31 de dezembro de 2021, acompanhado da certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável;
- a preparação e envio do reporte trimestral quantitativo em regime Solvência II.

Importa também referir as atividades relacionadas com a revisão do sistema de governação, designadamente, a revisão e manutenção de políticas, a revisão de processos e de qualidade de dados, com a revisão do *Framework* de Appetite ao Risco e a realização do Ciclo ROCI – 2022

### B.3.2. Processos de gestão de riscos

Nos subcapítulos seguintes são descritos os processos da gestão de riscos da Companhia por categoria de risco, incluindo a sua identificação, monitorização e gestão.

#### B.3.2.1. Risco Estratégico

A definição da estratégia de médio-longo prazo do Grupo Fidelidade é suportada pela análise e discussão em fórum alargado, em que se promove a reflexão do posicionamento do Grupo nas várias linhas de atividade, atendendo à evolução mais ampla do contexto externo macroeconómico, da indústria seguradora e dos seus principais *stakeholders*, suportando e sintetizando os resultados desta reflexão em ferramentas e *outputs* chave tais como o *Business Plan* de longo prazo e na seleção de Imperativos e Eixos estratégicos.

A execução da estratégia da Companhia é efetuada através de uma cadeia de responsabilidades com início na Comissão Executiva, que define os objetivos estratégicos de alto nível, passando pelos responsáveis de primeira linha de cada Direção que concretizam em objetivos específicos para o seu âmbito de ação e propõem o plano de iniciativas para atingir esses objetivos. A execução da estratégia termina nos colaboradores da Companhia que, diariamente, no âmbito das suas funções, procuram atingir os objetivos propostos executando as iniciativas priorizadas.

As decisões estratégicas tomadas pela Companhia assentam em processos, quer de aprovação, quer da sua concretização e acompanhamento, bem definidos, que se têm demonstrado, por um lado, eficazes na materialização da estratégia e, por outro, adequados na reação a fatores externos que possam afetar a atividade da Companhia.

#### B.3.2.2. Risco Específico de Seguros – Desenho de Produtos e Tarifação

As Direções de Negócio são responsáveis pela gestão e avaliação deste risco. As Direções de Negócio asseguram o desenvolvimento técnico de novos produtos, ou reformulação dos existentes, quer na definição das suas características técnicas e documentação técnica, quer no estabelecimento das respetivas tarifas, onde atuam em colaboração com a DET (Direção de Estatística e de Estudos Técnicos), quer na elaboração das normas de delegação de poderes e políticas de subscrição, quer ainda na elaboração de informação técnica de suporte à ação comercial.

Para cada produto são identificadas as necessidades que pretende suprir e são definidos os objetivos estratégicos da Companhia que se pretendem atingir com o seu lançamento/ reformulação.

O lançamento de novos produtos, a reformulação de produtos existentes e as atualizações de tarifa são aprovados previamente pelo Comité de Produtos (Vida e Não Vida).

Quando é lançado um novo produto, ou quando ocorrem alterações significativas ao nível das características de produtos já existentes, são programadas ações de formação e planos de comunicação com o objetivo de apresentar o produto às redes comerciais, nomeadamente no que diz respeito às suas características e políticas de subscrição definidas.

Periodicamente são efetuadas análises a produtos/ tarifas, bem como à composição e comportamento das respetivas carteiras, com vista a analisar a sua adequabilidade em termos de condições contratuais versus rentabilidade.

#### B.3.2.3. Risco Específico de Seguros – Subscrição

As Direções de Negócio são responsáveis pela gestão e avaliação dos riscos associados à subscrição de produtos da Companhia, estando delegado nas áreas comerciais e/ou canais de distribuição a aceitação do risco em situações onde o conhecimento do risco é alto e o risco técnico é baixo.

A Política Geral de Subscrição da Companhia tem como objetivo a classificação dos riscos de acordo com o grau de exposição e o conhecimento do risco. Esta política consubstancia-se nas normas de subscrição e delegação de competências disponíveis.

Existe na Companhia um Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, cuja missão consiste em analisar e aceitar os riscos cuja aceitação, tal como definido na Política de Subscrição, não está delegada nas Direções de Negócio.

As Direções de Negócio são responsáveis pela subscrição de riscos cuja aceitação não se encontra delegada.

De modo a garantir uma concretização adequada da política de subscrição, na fase de comercialização dos produtos, a Direção de Operações e *Procurement* (DOP) e as Direções de Negócio Não Vida, no caso de produtos Não Vida, e as Direções de Negócio Vida, no caso dos produtos Vida, verificam o cumprimento das normas de subscrição definidas. Além deste controlo, é realizado um acompanhamento regular por parte das Direções de Negócio e da Direção de Estatística e Estudos Técnicos, no caso dos produtos Não Vida, sobre a adequação das políticas de subscrição, através de indicadores estatísticos sobre a evolução da carteira, da elaboração de perfis de risco e de análises pontuais de contratos.

Existe um sistema de periodicidade mensal de Controlo e Seleção de Carteira, destinado ao controlo e monitorização dos clientes em carteira, com vista à salvaguarda da rentabilidade do negócio.

Existe ainda um processo de monitorização da qualidade da subscrição, que visa, por um lado, identificar situações de falsas declarações ou omissão de declarações na emissão de contratos e, por outro, proceder à respetiva regularização, garantindo-se a articulação entre todos os intervenientes: Direções de Negócio, Direções Comerciais e Direção de Operações e *Procurement*. Este processo de monitorização, que procura avaliar tipos de comportamento irregulares, é executado semanalmente, sendo suportado, principalmente, por cruzamento com fontes de informação externa ou informações internas históricas e por identificação de padrões anómalos.

#### B.3.2.4. Risco Específico de Seguros – Provisionamento das Responsabilidades

A Política de Provisionamento da Companhia baseia-se na definição de metodologias de cálculo das provisões, desagregadas por ramo e em função das responsabilidades a estimar. Neste sentido, estão definidas, para cada ramo, diferentes metodologias de provisionamento, baseadas em métodos atuariais reconhecidos.

De forma a garantir a fiabilidade da informação utilizada no processo de provisionamento das responsabilidades da Companhia, é efetuada uma validação à qualidade da informação realizando reconciliações entre a informação contabilística e a informação operacional.

Paralelamente a este processo realiza-se, para o ramo Vida, uma análise às provisões constituídas, considerando as metodologias usadas para o cálculo das provisões e a experiência histórica da seguradora associada a cada uma das responsabilidades, sendo também validado o cumprimento dos normativos em vigor relativos ao cálculo de provisões. Anualmente, efetuam-se projeções dos resultados técnicos para as diferentes linhas de negócio com o intuito de aferir a adequação das bases técnicas em vigor.

Regularmente, para os ramos Não Vida, a Companhia avalia também a conformidade das reservas através da análise das responsabilidades nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros, sendo também validado o cumprimento dos normativos em vigor relativos ao cálculo de provisões. Adicionalmente é utilizado um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação do montante provisionado.

#### B.3.2.5. Risco Específico de Seguros – Gestão de Processos de Sinistros

As Direções de Negócio são os principais intervenientes no âmbito da gestão e avaliação do risco associado aos processos de sinistros da Companhia.

A Política de Gestão de Sinistros da Companhia encontra-se formalizada nos manuais de procedimentos das direções responsáveis pela sua gestão, nomeadamente, as Direções de Negócio, sendo o seu cumprimento assegurado por regras definidas nos sistemas de gestão de sinistros e pela parametrização dos perfis atribuídos a cada utilizador dessas aplicações.

No sentido de promover um melhor acompanhamento da gestão de sinistros, no que respeita a sinistros de resolução morosa e/ ou complexa, estão definidos prazos limite de regularização que, quando ultrapassados, remetem os sinistros para análise por parte de setores especializados. Por outro lado, nas áreas de negócio que possuem prazos legalmente fixados, os sistemas operativos possuem um conjunto importante de alarmísticas que asseguram o aviso à gestão quando esses prazos se estão a tornar críticos.

Neste âmbito, é preparada regularmente informação estatística para assegurar o controlo dos prazos previstos para a regularização dos sinistros e o acompanhamento daqueles que se encontram abrangidos por tratados de resseguro.

#### B.3.2.6. Risco Específico de Seguros – Resseguro e Formas Alternativas de Transferência de Risco

A negociação e gestão dos tratados de resseguro são efetuadas pela Direção de Resseguro, existindo um acompanhamento próximo da Comissão Executiva, que aprova as condições negociadas antes da sua aceitação.

No âmbito da monitorização do risco em análise, a Direção de Resseguro efetua, permanentemente, um acompanhamento dos tratados, a gestão da carteira de negócios em *run-off*, o controlo de cúmulos de risco e uma análise periódica dos resultados técnicos por tratado. No âmbito destas análises, para efeitos do estudo da tendência anual e plurianual, é efetuada uma comparação com a informação relativa ao histórico de anos anteriores (mínimo 5 anos), permitindo dessa forma o acompanhamento da evolução dos resultados técnicos de resseguro, sendo esta informação utilizada para posteriores negociações com os resseguradores.

No que se refere à Política de Resseguro da Companhia, a Direção de Resseguro atua de acordo com os objetivos e orientações estratégicas definidas em conjunto com a Comissão Executiva e com base no levantamento das necessidades de negócio, efetuado junto das áreas técnicas e de atuariado.

A Política de Resseguro é concretizada pela Direção de Resseguro, através da preparação de propostas, negociação das condições dos tratados, sua aprovação, celebração/ renovação dos mesmos e respetiva monitorização e acompanhamento do conjunto dos contratos de resseguro existentes na Companhia.

#### B.3.2.7. Risco de Mercado

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da sua Política de Investimentos, revista anualmente.

A Política de Investimentos define:

- As principais diretrizes da gestão de investimentos e como a Companhia avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza as suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- As atividades relacionadas ao processo de investimento da Companhia, que vão da *Strategic Asset Allocation* (SAA) à *Tactical Asset Allocation* (TAA), incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e *reporting*;
- As funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento da Companhia.

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos da Companhia é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- Definir – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo (ALM) e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- Investir – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);
- Monitorizar – Monitorizar a evolução do portfólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;
- Gerir – Revisão das estratégias, políticas, *benchmarks* e limites de acordo com as atuais e futuras condições/expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- Controlar – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

#### B.3.2.8. Risco de Crédito

A exposição da Companhia ao Risco de Crédito verifica-se essencialmente ao nível da seleção e acompanhamento dos investimentos nas diferentes classes de ativos e dos resseguradores.

Como forma de aferir a qualidade creditícia dos emitentes, é efetuada uma avaliação dos mesmos, recorrendo-se, entre vários elementos quantitativos e qualitativos, a informações sobre a sua notação de *rating* e avaliando o cumprimento dos limites de exposição da carteira a esse emitente definidos na Política de Investimentos.

A análise por investimento decorre essencialmente da grelha de seleção no momento da compra do ativo definido na Política de Investimentos, de forma a proteger os segurados através de restrições sobre a utilização dos ativos da Companhia. O risco é, no entanto, monitorizado continuamente procurando-se acompanhar as opiniões / outlooks das casas internacionais de *rating* de maneira a não deixar degradar o *rating* dos títulos detidos. Por outro lado, o estabelecimento de limites internos por classe de ativo, *rating*, duração, indústria, geografia e moeda, não se autorizando situações de cúmulo de risco, permite garantir ao longo do tempo uma boa dispersão de risco.

No que diz respeito à área de resseguro, as decisões relativas à seleção de resseguradores são tomadas de acordo com a Política de Resseguro, onde apenas está autorizada a contratualização junto de resseguradores com notação de crédito (*rating*), no mínimo “A-” ou de acordo com as exceções definidas na Política de Resseguro.



#### B.3.2.9. Risco de Concentração

A gestão deste risco encontra-se interligada com os processos de gestão de outros riscos uma vez que é transversal a várias Áreas.

De forma a acompanhar o grau de exposição ao risco da carteira às várias fontes de concentração referidas, as Direções de Negócio realizam, de forma periódica, análises qualitativas à carteira.

Relativamente às políticas de aceitação do risco na Companhia, estão definidos procedimentos que concorrem para a mitigação do Risco de Concentração, nomeadamente, quando são detetadas situações em que existam duas ou mais apólices que cubram riscos situados num local considerado como risco comum, são classificadas como situações de acumulação de risco e carecem de uma análise própria. Salvo algumas exceções relacionadas com a natureza de alguns negócios, a aceitação de riscos em Vida Risco – e o respetivo resseguro - atende ao cúmulo de capital por entidade.

No que diz respeito ao Risco de Concentração associado aos investimentos, a Política de Investimentos em vigor define, conforme já referido, diversos limites de exposição designadamente, por classe de ativos, *rating*, duração, indústria, moeda e geografia. Estes limites são revistos anualmente e, quando considerado necessário, procede-se à sua alteração.

A gestão deste risco associado a entidades resseguradoras, pressupõe a elaboração pela Direção de Resseguro, anualmente, de um relatório com o resumo dos tratados de resseguro da Companhia para o ano seguinte, onde para além do resumo das condições dos mesmos, são também apresentadas as percentagens de exposição a cada ressegurador, organizadas por ramos, para dar cumprimento à Política de Resseguro.

#### B.3.2.10. Risco de Liquidez

Numa perspetiva de curto prazo, encontra-se atribuída à Direção de Investimentos a responsabilidade da gestão da liquidez de investimentos.

O objetivo de liquidez da Companhia é uma tesouraria com capacidade para gerir todas as necessidades de fundos da Companhia (*cashout-flows*) em tempo adequado, sem recorrer a financiamentos ou a vendas não planeadas de ativos, sendo de destacar que existe capacidade para gerar liquidez significativa num curto espaço de tempo. Numa perspetiva de curto-prazo entra-se também em linha de conta com o *cash-in* da carteira de investimento e as expectativas de vendas de produtos financeiros em campanha.

Numa perspetiva de médio/longo prazo, a Companhia prepara mensalmente uma análise ALM incidindo sobre as responsabilidades e ativos afetos aos ramos Vida e Não Vida.

As análises efetuadas abrangem o *gap* de taxa de juro, considerando a *yield to maturity* e a *modified duration* das responsabilidades e dos respetivos ativos, incluindo o efeito da convexidade, bem como o *cash-flow matching* no curto e no longo prazo.

Esta análise inclui também uma comparação entre a capacidade de geração de liquidez e o *cash-flow* estimado.

A articulação das funções relativas ao investimento, gestão de ativo-passivo e liquidez estão estabelecidas na Política de Investimentos da Companhia.

No tocante, especificamente, aos processos de Gestão de Ativo-Passivo e de Liquidez, a Companhia aprovou em 2022 a revisão da Política de Gestão de Risco de Ativo-Passivo e de Liquidez (Política de ALM e Liquidez).

Esta Política descreve, juntamente com a Política de Investimentos, a estratégia de gestão de riscos financeiros, de seguros e de liquidez, no curto, médio e longo prazo, num contexto de gestão ativo-passivo.

Desta forma, a Política de ALM e Liquidez visa assegurar o alinhamento entre ativos e passivos, com especial foco na maximização do retorno e na minimização do risco de taxa de juro e do risco de liquidez.



Tendo em consideração estes aspetos, a gestão ativo-passivo deve ser executada, por um lado, como um exercício de mitigação de risco e, por outro lado, como parte da estrutura de tomada de decisões da Companhia, formulando estratégias relacionadas com os seus ativos e passivos, pelo que é composta pelas seguintes atividades fundamentais:

- Definir – Definição e aprovação da estratégia de gestão ativo-passivo e de liquidez;
- Monitorizar – Monitorizar a evolução do *cash-flow matching* e de diversas métricas associadas à gestão ativo-passivo, produzindo relatórios mensais e anuais;
- Gerir – Revisão dos objetivos e limites previstos na Política de ALM e Liquidez de acordo com as atuais e futuras condições/ expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- Controlar – Garantir que a estratégia de gestão ativo-passivo, limites, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

#### B.3.2.11. Risco de Reputação

A gestão do risco de reputação da Companhia centra-se, fundamentalmente:

- Na existência de uma função responsável pela comunicação corporativa e de relação com os *media*;
- Na existência de uma função de comunicação da marca;
- Na função de gestão das reclamações de clientes, onde se inclui a disponibilização de informação de gestão para os responsáveis das diversas Áreas da Companhia e Comissão Executiva;
- No planeamento e acompanhamento dos Recursos Humanos da Companhia;
- No Programa de Responsabilidade Social.
- Na existência de uma Direção de Sustentabilidade

Adicionalmente, ciente da crescente importância da reputação para a afirmação e sucesso das organizações, a Companhia instituiu igualmente um Comité de Coordenação da Comunicação, que reunirá regularmente, e será liderado pelo Presidente da Comissão Executiva, de forma a melhor articular todos os fluxos de comunicação interna e externa da Companhia.

As ações desenvolvidas neste âmbito têm tido reflexo, como pode ser comprovado pelos inúmeros prémios atribuídos no âmbito da excelência de serviço/ satisfação do cliente.

O foco na excelência operacional e na qualidade de serviço é, há muitos anos, uma prioridade para o Grupo Fidelidade, com forte impacto no nível da satisfação dos clientes. Como resultado deste esforço, o Grupo Fidelidade destaca-se por estas competências, que são percecionadas e reconhecidas pelos clientes.

A Fidelidade orgulha-se de ter vindo a consolidar a sua posição de liderança como a melhor seguradora em Portugal e ter sido distinguida por diversas vezes como marca de referência para os portugueses, sendo a Companhia de Seguros mais premiada de Portugal.

Estes resultados devem-se a um trabalho contínuo. São consequência dos produtos e coberturas inovadoras que o Grupo Fidelidade desenvolve a pensar nas necessidades reais das pessoas e ao empenho em servir de forma exemplar e acompanhar de perto os clientes quando estes mais precisam.

#### RECONHECIMENTO

Em 2022, continuámos a ser orgulhosamente distinguidos por consumidores e entidades como uma das melhores seguradoras de Portugal, somando prémios em diferentes categorias de produto e em campanhas realizadas. Estes reconhecimentos resultam do investimento contínuo numa oferta inovadora e de qualidade, com foco nas reais necessidades das pessoas e no seu acompanhamento, lado a lado, em todas as fases da vida.



## Marcas de Confiança 2022

Distinção da Fidelidade e da Multicare como Marcas de Confiança 2022, nas categorias Seguros de Vida e Patrimoniais, Automóvel e Saúde pela Seleções do *Reader's Digest*.



## Escolha do Consumidor 2022

Distinção de três marcas do Grupo Fidelidade para o prémio Escolha do Consumidor: Fidelidade, na categoria Seguros; OK! teleseguros, na categoria de Seguro Direto; e Multicare, na categoria de Seguro de Saúde. Estes reconhecimentos foram atribuídos pelo oitavo, quarto e terceiro anos consecutivos, respetivamente.



## Prémio Cinco Estrelas 2022

Reconhecimento da OK! teleseguros com o Prémio Cinco Estrelas 2022 na categoria Seguros Diretos, eleito pelos consumidores, apresentando os maiores níveis de satisfação, recomendação ou intenção de compra.



## Prémios Powerfull Brands

Reconhecimento da Fidelidade e da Multicare como as marcas vencedoras nas categorias Seguradoras de Grande Dimensão e Seguros de Saúde, respetivamente. Estes prémios assumem-se como uma ferramenta de medição do valor das marcas em dimensões ainda pouco tangíveis, mas cruciais para a cadeira de valor, como sustentabilidade, propósito, ética e inovação das marcas.



## Prémios Eficácia

Os prémios Eficácia destacam as campanhas desenvolvidas pelas agências em Portugal, nos quais a campanha da Fidelidade *Pets* foi premiada com Ouro em categorias distintas - Serviços Financeiros e Seguros, *Low Budget, commerce & Shopper* e Ativação e Patrocínios – e a Fidelidade *Start* (Mediador do Futuro) com Bronze, também na categoria Serviços Financeiros e Seguros.



## Prémios Marketeer 2022

Atribuição do prémio *Marketeer* - Edição de 2022 à Fidelidade.

## MECANISMOS DE RECLAMAÇÃO

A Fidelidade procedeu à revisão e atualização do **Regulamento do Provedor do Cliente** e à elaboração de uma **Política de Gestão de Reclamações** em 2022, posteriormente publicados nos *websites* das empresas do Grupo. O principal propósito desta revisão foi o de contribuir para uma melhoria na qualidade dos produtos e serviços prestados pelo Grupo a clientes, colaboradores e parceiros. A Política permite definir, de uma forma muito clara e inequívoca, os princípios de atuação a observar por todos os colaboradores na gestão das reclamações recebidas.

Os processos de reclamação concentram-se na participação ao Centro de Gestão de Reclamações (“CGR”), que atua como ponto centralizado de receção e resposta, devidamente identificado a nível interno e a nível externo. Além do CGR, onde o cliente se poderá deslocar, as reclamações podem ser entregues em qualquer agência da Companhia ou mediador, enviadas para a morada do Centro ou registadas no Livro de Reclamações, físico ou eletrónico.

Adicionalmente, e sempre que tal se justifica, são reportados às direções de auditoria, *compliance* e/ou gestão de risco e Direção de Assuntos Jurídicos, as reclamações de clientes que consubstanciam situações, ações, omissões e não cumprimento de procedimentos, que se entende, face ao relatado, justificar um processo de auditoria/análise por estes órgãos de estrutura.

#### B.3.2.12. Risco Operacional

Estão implementados procedimentos destinados especificamente à gestão do risco operacional e do controlo interno, nomeadamente:

- Documentação e caracterização das atividades de controlo existentes, associando-as aos riscos previamente identificados nos processos de negócio;
- Registo descentralizado dos eventos e das consequentes perdas, incluindo quase-perdas, resultantes dos riscos associados aos processos de negócio, assim como de autoavaliações dos riscos e das atividades de controlo.

Este risco é desenvolvido no capítulo B.4.1. Informação sobre o sistema de controlo interno.

#### B.3.3. Autoavaliação do risco e da solvência

A Companhia possui uma Política ORSA com o objetivo de estabelecer os princípios gerais da autoavaliação do risco e da solvência no que respeita a:

- Processos e procedimentos;
- Funções e responsabilidades;
- Critérios e metodologias;
- Reporting;
- Articulação com o processo de gestão estratégica e utilização dos resultados do ORSA.

De acordo com aquela Política, pretende-se com o exercício ORSA fornecer um nível de segurança aceitável à Comissão Executiva da Companhia sobre o cumprimento dos seus objetivos estratégicos, enquadrados pelo apetite ao risco estabelecido.

Nestes termos, o ORSA, considerando o apetite ao risco definido, visa proporcionar uma visão prospetiva sobre a capacidade de o capital disponível da Companhia suportar diferentes níveis de risco, resultantes, quer das decisões estratégicas, quer de cenários incorporando fatores externos.

O ORSA é, assim, um processo integrado na gestão estratégica da Companhia, que permite, numa base regular, uma visão global sobre todos os riscos relevantes que ameaçam a prossecução dos objetivos estratégicos e as suas consequências em termos das necessidades (futuras) de capital.

Este processo contribui, adicionalmente, para a promoção da cultura de risco na Companhia, através da mensuração dos riscos a que a Companhia está exposta (incluindo aqueles não considerados nos requisitos de capital), da introdução do conceito de capital económico nos processos de gestão e da comunicação dos riscos, permitindo aos diversos destinatários a incorporação deste conhecimento na tomada de decisão.

Para cumprimento destes objetivos, encontra-se definido o processo ORSA constituído por cinco grandes atividades: (1) definição da estratégia de negócio e apetite ao risco; (2) avaliação das necessidades globais de solvência; (3) Testes de

stress e análise de cenários; (4) avaliação prospetiva das necessidades globais de solvência; (5) *reporting*. Para além destas cinco grandes atividades, encontra-se também definida uma atividade de monitorização contínua da posição de solvência da Companhia.

A Comissão Executiva é responsável pela condução de todo o processo ORSA, incluindo a aprovação do mesmo. A monitorização regular do processo ORSA é responsabilidade do CRO (elemento da Comissão Executiva responsável pela gestão de risco) e pelo Comité de Risco através das reuniões regulares de monitorização. São intervenientes na execução do processo, a Direção de Gestão de Risco e a Direção de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento de Negócio.

Na execução do ORSA, a Companhia começa por efetuar uma avaliação (qualitativa e, sempre que se justificar, quantitativa) das possíveis diferenças entre o perfil de risco da Companhia e os pressupostos subjacentes ao cálculo do SCR através da fórmula-padrão.

É, posteriormente, efetuado o cálculo das necessidades globais de solvência tendo em conta o perfil de risco da Companhia. Para esse cálculo, que tem como base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência (SCR), é utilizado o conceito de Capital Económico, sendo introduzidas as alterações que a Companhia considera relevantes para melhor refletir o seu perfil de risco. Neste processo, serão identificados todos os riscos a que a Companhia esteja ou possa vir a estar exposta. A avaliação destes riscos é quantitativa e/ou qualitativa.

Em complemento à avaliação das necessidades globais de solvência, está prevista a realização de um conjunto de testes de stress e de análises de sensibilidade de forma a validar a estratégia definida em cenários extremos.

Para proporcionar uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Companhia e, conseqüentemente, sobre as suas necessidades globais de solvência, serão projetados, num horizonte temporal coincidente com o período definido no planeamento estratégico, a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, as alterações nos seus fundos próprios e as suas necessidades de solvência.

O ORSA tem uma periodicidade anual, estando prevista a sua realização com carácter extraordinário em determinadas situações. São produzidos relatórios destinados, quer à supervisão, quer a uso interno.

Ainda no âmbito do processo ORSA, é efetuada uma avaliação contínua dos requisitos de capital regulamentar e dos requisitos aplicáveis às provisões técnicas. Esta avaliação consubstancia-se na produção de um relatório mensal contendo a posição estimada de Solvência II, ajustada pelo efeito de medidas de otimização de capital em curso ou em estudo.

O ORSA assume um papel fundamental na gestão da Companhia. Os resultados obtidos durante o exercício são levados em conta na Gestão de Riscos da Companhia, na Gestão de Capital e na Tomada de Decisões.

Um dos elementos fundamentais do ORSA é a identificação e mensuração dos riscos a que a Companhia se encontra exposta e a projeção da sua evolução para o período em análise.

Assim, tendo como base os resultados obtidos, a Companhia define possíveis ações a tomar:

- Assumir os riscos;
- Tomar medidas adicionais de mitigação (controlos/ capital, etc.);
- Transferir os riscos; ou
- Eliminar as atividades que geram riscos que a Companhia não esteja disposta a correr.

Também suporta as principais atividades relacionadas com a Gestão de Capital, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação de adequação de capital no período mais recente, envolvendo, quer o capital regulamentar, quer o capital económico;

- Monitorização da adequação do capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, a Companhia define as ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

---

## B.4. Sistema de controlo interno

### B.4.1. Informação sobre o sistema de controlo interno

A Direção de Gestão de Risco é responsável pela gestão do risco operacional e do sistema de controlo interno da Companhia.

Por sua vez, a Direção de Auditoria é responsável pela avaliação da adequação do sistema de gestão de risco operacional e do sistema de controlo interno, de forma a reportar as fragilidades/deficiências detetadas e as respetivas recomendações de melhoria.

A gestão do risco operacional e do controlo interno da Companhia é feita periodicamente com base no seguinte fluxo:



### PROCESSOS DE NEGÓCIO

A documentação de todos os processos de negócio da Companhia é efetuada considerando uma "árvore" de processos pré-definida de três níveis (macroprocesso; processo; subprocesso) que representam as atividades de uma companhia de seguros.

A documentação e atualização dos processos de negócio da Companhia são um requisito aos sistemas de gestão de risco e controlo interno.

### RISCOS E CONTROLOS

Para os processos de negócio documentados, são identificados os riscos relevantes a que os mesmos estão expostos, classificados de acordo com uma matriz de riscos pré-definida. Para estes riscos são identificados os mecanismos de mitigação existentes (controlos).

São assim documentados e caracterizados os riscos e controlos existentes na Companhia.

## AVALIAÇÃO

No sentido de avaliar o risco operacional da Companhia, é recolhida informação quantitativa sobre os riscos, previamente identificados, através de questionários de autoavaliação de risco e do registo dos eventos de perda e consequentes perdas.

A avaliação do sistema de controlo interno é suportada por um processo de autoavaliação dos controlos, concretizado através da resposta a questionários. Estes questionários têm por objetivo avaliar a eficácia dos controlos na mitigação do risco.

Importa referir que aos diversos Órgãos de Estrutura da Companhia compete o papel de dinamizadores no processo de gestão de risco e de controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

### B.4.2. Informação sobre as atividades realizadas pela Função de *Compliance*

A Direção de *Compliance* desempenha funções de gestão dos riscos de *Compliance* incluindo, entre outros, o risco de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, bem como o risco de falhas no tratamento e proteção de dados pessoais. A Direção de *Compliance* é um órgão de estrutura, dotado de independência funcional, que desempenha funções-chave no quadro do sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A Direção de *Compliance* tem por missão, definir, implementar e manter um ciclo de gestão dos riscos de *Compliance*, contribuindo para que os órgãos de gestão, a estrutura diretiva e os colaboradores das Empresas do Grupo cumpram a legislação e os normativos em cada momento em vigor, externos e internos, bem como as orientações das autoridades de supervisão nacionais e internacionais, por forma a evitar situações de não conformidade que prejudiquem a imagem das empresas do Grupo e a sua reputação no mercado e/ou que originem eventuais prejuízos de ordem financeira.

Em 2022 a Direção de *Compliance* desenvolveu um conjunto significativo de iniciativas com o propósito de fortalecer os mecanismos de controlo interno e salvaguardar um adequado grau de conformidade com a legislação e os normativos em cada momento em vigor, externos e internos:

<b>Tópico de <i>Compliance</i></b>	<b>Descritivo sumário</b>
Comunicação e Formação	Desenho e implementação de um plano de comunicação e formação a médio prazo para consciencializar e capacitar o universo de colaboradores para as diferentes temáticas de <i>Compliance</i> .
Prevenção de práticas anti concorrenciais	Implementação de programa de identificação, avaliação e mitigação de riscos relacionados com práticas anti concorrências.
Prevenção do branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo	Melhoria nas ferramentas de controlo ao nível, quer no <i>filtering</i> de contrapartes, quer na monitorização de operações, bem como nos processos de <i>Know Your Counterparty (KYC)</i> no âmbito dos processos de investimento.
Proteção de dados	Consolidação da metodologia destinada à identificação, avaliação e mitigação dos riscos associados à proteção de dados.
Canais de Denúncia ( <i>whistleblowing</i> )	Implementação de canais de denúncia no Grupo Fidelidade.
Análise das principais alterações regulamentares	Desenvolvimento de um processo para mapear e avaliar potenciais impactos decorrentes de nova regulamentação, contribuindo, assim, para uma atempada adaptação a novos requisitos e obrigações.
Análise de novos produtos e de suportes de publicidade e marketing	Consolidação da metodologia de acompanhamento do ciclo de vida de gestão de produtos – <i>Compliance By Design</i> –, incluindo o processo de verificação do cumprimento das exigências regulamentares em matéria de publicidade no setor segurador.
Normas de ética e de conflitos de interesse	Revisão do Código de Conduta do Grupo Fidelidade.
Prevenção de Corrupção e de Infrações Conexas	Desenvolvimento do plano de prevenção do risco de corrupção.
Modelo de governação internacional	Desenvolvimento de um modelo de monitorização regular da eficácia da função de <i>Compliance</i> nas operações internacionais do Grupo.

A Política de Compliance, que estabelece a estratégia, a missão, a governação, a taxonomia de riscos e os processos associados ao exercício da função de Compliance no Grupo Fidelidade, foi revista em 2022, estando devidamente formalizada e disponível para todos os colaboradores nos canais de comunicação internos.

---

## B.5. Função de Auditoria Interna

Tal como referido anteriormente, a função de auditoria interna encontra-se atribuída à Direção de Auditoria, que é um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto ao Conselho de Administração da Companhia. A sua missão passa por garantir a avaliação e monitorização dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia. Tem, assim, como finalidade geral, contribuir para a criação de valor e melhoria de circuitos e procedimentos, visando o aumento de eficácia e eficiência das operações, salvaguarda dos ativos, confiança no relato financeiro e *Compliance* legal e regulamentar.

As normas e princípios a que deve obedecer a função de Auditoria Interna encontram-se estabelecidos na Política de Auditoria Interna, revista em julho de 2022.

Encontra-se estabelecido nesta Política a competência e âmbito de intervenção da função de auditoria interna, cabendo à Direção de Auditoria, no âmbito das empresas de seguros do Grupo Fidelidade, o exercício desta função.

A independência, imparcialidade e objetividade da função de Auditoria Interna é preservada através de três mecanismos. Em primeiro lugar, as pessoas que desempenham a função de auditoria interna não assumem qualquer tipo de responsabilidade relativamente a quaisquer outras funções operacionais. Em segundo lugar, a função de auditoria interna comunica as suas conclusões direta e exclusivamente ao Presidente do Conselho de Administração. Por fim, todo o trabalho de auditoria efetuado, em especial as conclusões obtidas e as recomendações emitidas, é devidamente documentado e arquivado. No final de 2022 foi implementado o módulo de auditoria interna da aplicação informática de Corporate Governance utilizada pela Direção de Gestão de Risco e pela Direção de Compliance, que permite documentar os trabalhos de auditoria realizados e respetivas conclusões, assim como a monitorização do grau de implementação das recomendações efetuadas. A aplicação permite ainda a disponibilização dos relatórios de auditoria a todas as partes consideradas relevantes.

Para o exercício da função, a Direção de Auditoria dispõe de acesso a todos os órgãos de estrutura, bem como a toda a documentação, devendo os órgãos de administração, diretores de topo e colaboradores das diversas empresas de seguros colaborar com a Direção de Auditoria, facultando toda a informação que disponham e que lhes seja solicitada.

Por sua vez, os auditores internos, no exercício das suas funções, devem atender aos princípios deontológicos previstos na Política de Auditoria Interna, em particular, de independência, integridade, confidencialidade, objetividade e competência, estando também aí previstas regras destinadas à comunicação de situações de conflito de interesses.

Relativamente ao processo de auditoria, encontram-se definidos os tipos de auditoria interna, as modalidades de intervenção (presencial e à distância) e o âmbito das ações de auditoria (global ou setorial) que deverão constar do plano de auditoria anual a ser submetido à apreciação do Presidente do Conselho de Administração e à apreciação e ratificação pela Comissão Executiva.

Na realização das auditorias internas devem observar-se os procedimentos estabelecidos na Política no que respeita, quer à designação da equipa, quer ao estabelecimento do programa de auditoria, quer ainda à preparação e condução da auditoria.

Relativamente ao reporte, encontram-se previstos os princípios que devem presidir à elaboração dos relatórios, o seu conteúdo mínimo, os destinatários e o tipo de relatórios (relatório preliminar e relatório final). Encontra-se também previsto o acompanhamento, pela auditoria interna, da aplicação das ações de melhoria propostas com a produção, sempre que se justifique, de relatórios de *follow-up*.

Finalmente, compete à função de Auditoria Interna a elaboração do Relatório Anual de Auditoria, documento onde deverá constar a análise do cumprimento do Plano Anual de Auditoria, a identificação dos trabalhos efetuados e uma síntese das



principais conclusões obtidas e das recomendações emitidas. O Relatório Anual de Auditoria é submetido para análise do Presidente do Conselho de Administração e para análise e aprovação pela Comissão Executiva.

---

## B.6. Função Atuarial

Tendo em consideração a natureza, complexidade e dimensão das carteiras da Companhia, a função atuarial encontra-se subdividida em função atuarial vida e função atuarial não vida e saúde.

A função atuarial coordena e monitoriza o cálculo das provisões técnicas contabilísticas, procedendo, para o efeito, à avaliação, quer das metodologias aplicadas, quer dos valores constantes nas demonstrações financeiras.

No caso dos ramos vida, tendo em conta que a maioria das provisões técnicas são calculadas de forma automática pelos sistemas de gestão de apólices, parametrizados de acordo com as notas técnicas dos produtos e com os normativos da ASF, procede-se, mensalmente, à realização de testes para avaliar a adequabilidade das respetivas provisões técnicas.

No cálculo das provisões técnicas dos ramos não vida e saúde, são observados os normativos da ASF, nomeadamente, no que respeita à identificação das provisões a constituir e regras de cálculo a observar em cada uma das provisões técnicas.

A função atuarial tem como funções o cálculo das provisões técnicas para efeitos de solvência calculando para o efeito a melhor estimativa e a margem de risco.

Os cálculos são efetuados no âmbito do reporte à ASF, procedendo-se à análise de evoluções entre momentos de cálculo e comparações com valores estatutários, identificando-se e documentando-se as respetivas diferenças.

A função atuarial reporta regularmente à Comissão Executiva os resultados relativos à monitorização dos níveis de provisionamento.

Anualmente, as funções atuariais Vida e Não Vida produzem relatórios de índole atuarial relacionados com o período anual em análise.

A informação utilizada pela função atuarial é alvo de processos de validação que incluem, entre outros, comparações com posições anteriores e com valores estatutários, identificando-se e justificando-se divergências e procedendo-se, se necessário, à sua correção.

A função atuarial acompanha a avaliação prospetiva das provisões técnicas para efeitos de solvência avaliando a razoabilidade das mesmas, tendo em conta os objetivos estratégicos assumidos pela Companhia, os fatores de conversão da avaliação das provisões técnicas nas demonstrações financeiras para a sua avaliação para efeitos de solvência e a aplicação de medidas, quer regulamentares (dedução transitória às provisões técnicas), quer de gestão (alterações dos limites temporais dos contratos de seguro vida grupo risco e alterações nas características e garantias de novos produtos comercializados no segmento vida poupança).

Existe uma política de conceção e aprovação de produtos e das correspondentes alterações, onde está prevista a articulação da função atuarial com as áreas de negócios e de *marketing*, responsáveis pelas propostas de novos produtos e respetivas especificações. O mesmo se aplica para as alterações de produtos já existentes, onde a função atuarial intervém de modo a dar o seu parecer relativo às alterações propostas.

A função atuarial apoia a área de resseguro nas negociações dos tratados de resseguro disponibilizando informação com métricas de risco e de rentabilidade bem como análises de sensibilidade e estatísticas da carteira, acompanhando a evolução dos tratados de resseguro, refletindo as suas condições nas análises atuariais efetuadas. A adequação dos tratados às responsabilidades da Companhia é alvo de análise atuarial.



---

## B.7. Subcontratação

### B.7.1. Política de Subcontratação

De acordo com a Política de Subcontratação, que tem um âmbito de aplicação único, englobando as várias empresas de seguros do universo Longrun Portugal, SGPS, S.A., são estabelecidos os princípios gerais aplicáveis à subcontratação de funções ou atividades fundamentais ou importantes, bem como as principais atividades do processo conducente à sua contratação, quer intragrupo, quer fora do grupo: (1) Identificação e documentação de funções ou atividades fundamentais ou importantes; (2) Seleção do prestador de serviços; (3) Formalização contratual; (4) Notificação à ASF.

Na medida em que as Companhias mantêm total responsabilidade pelas funções ou atividades suscetíveis de serem subcontratadas, estão definidos os principais aspetos a implementar relacionados com o acompanhamento inerente à função ou atividade subcontratada, estando identificadas as responsabilidades de cada um dos intervenientes, quer no processo de subcontratação, quer no posterior acompanhamento do prestador de serviços.

A Política de Subcontratação estabelece ainda os princípios e o processo aplicáveis às novas subcontratações de funções ou atividades fundamentais ou importantes.

### B.7.2. Funções ou atividades fundamentais ou importantes subcontratadas

Do conjunto de funções ou atividades consideradas fundamentais ou importantes que se encontram subcontratadas na Companhia, destacam-se as atividades relacionadas com a gestão de ativos no que respeita, por um lado, a uma carteira de *Senior Secured Loans* e, por outro, a quatro carteiras de *Investment Grade Fixed Income Securities* mais um conjunto de carteiras *unit linked* geridas por três prestadores externos.

As jurisdições dos prestadores destes serviços localizam-se em Portugal, na Irlanda, no Reino Unido, no Luxemburgo, na Alemanha e em Hong Kong.

Das funções subcontratadas fora do grupo, destacam-se os serviços de gestão e operação de *Contact Center*, prestados em Évora e Lisboa, nas instalações de um prestador de serviços com sede em Portugal e os serviços de gestão e operação dos *Datacenters*, prestados em Évora, Lisboa e Porto, por prestadores de serviços com sede em Portugal.

Destaca-se ainda a subcontratação dos serviços das Aplicações Microsoft, alojados numa infraestrutura em nuvem e respetivos serviços de manutenção, atualização, monitorização da performance e controlo da segurança da informação. O serviço é prestado pela Microsoft Ireland Operations Limited, com sede na República da Irlanda.

---

## B.8. Eventuais informações adicionais

Não existem outras informações materiais relativas ao sistema de governação da Companhia.

# C. Perfil de Risco

A gestão de risco é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os objetivos estratégicos da Companhia (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, esta abordagem integrada assegura a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, assegurando-se, simultaneamente, as obrigações da Companhia para com os seus *stakeholders*.

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, de forma a assegurar a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida, à sua avaliação.

A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Assim, o cálculo do requisito de capital de solvência (SCR) da Companhia com referência a 31 de dezembro de 2022 foi o seguinte:



Deste requisito, destaca-se claramente o risco de mercado, seguindo-se, com uma dimensão claramente inferior, os riscos específicos de seguros Vida e Não Vida, Acidentes e Doença, e de Incumprimento pela contraparte.

O mesmo cálculo, relativo a 31 de dezembro de 2021 foi o seguinte:



O decréscimo de 177,64 milhões de euros, encontra-se refletido no gráfico seguinte.



Da evolução registada destaca-se:

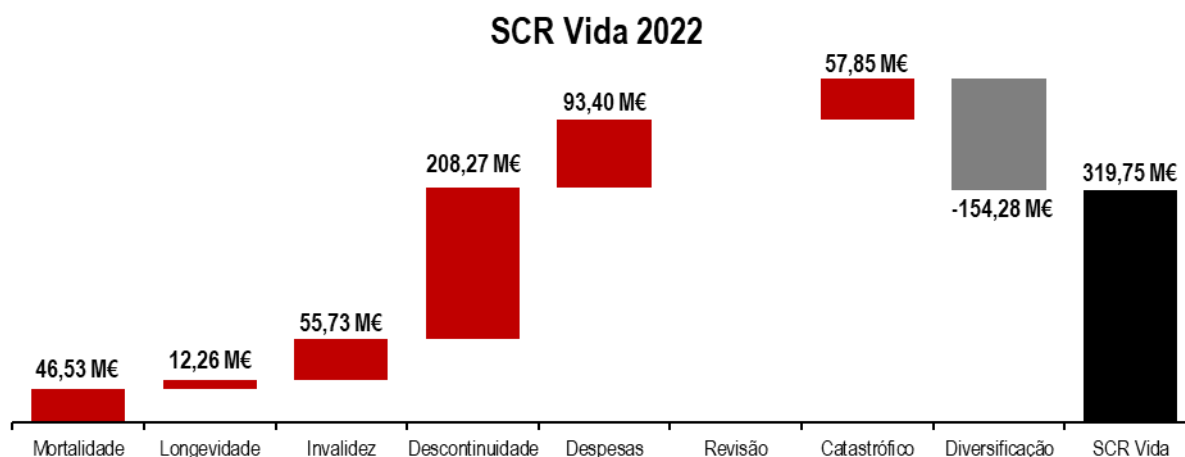
- A redução do risco de mercado, detalhado no capítulo C.2.;
- A redução do risco específico de seguros acidentes e doença, detalhado no ponto C.1.3.;
- O aumento do risco específico de seguros de não vida, detalhado no ponto C.1.2.;
- A redução do risco de contraparte, detalhado no ponto C.3.;
- A redução do risco operacional, detalhado no capítulo C.5.

Procede-se, de seguida, a uma análise destes riscos, designadamente, quanto à sua natureza e ao seu impacto na Companhia.

## C.1. Risco específico de seguros

### C.1.1. Risco específico de seguros de vida

O risco específico de seguros de vida é o segundo mais relevante para a Companhia.



Analisando-se os submódulos que compõem este risco, verifica-se que o risco de descontinuidade é o mais expressivo dentro do módulo de risco específico de seguros de vida.

O seu peso decorre do impacto dos contratos de seguro temporário anual renovável ligados ao crédito à habitação e dos contratos com as coberturas de “Organização e Despesas do Serviço de Funeral” e de “Adequação do serviço fúnebre a Jazigo, Gavetão ou Sepultura Perpétua” em que a Companhia não tem o direito de cancelamento ou alteração de tarifas, pelo que os limites contratuais considerados para efeitos de avaliação das provisões técnicas são, para os primeiros, o termo do crédito à habitação associado a cada um deles e sem termo para os segundos, respetivamente.

O segundo submódulo mais significativo, embora com um peso substancialmente inferior ao risco de descontinuidade, é o risco de despesas, resultante, fundamentalmente, da Companhia, no cálculo dos requisitos de capital deste submódulo de risco, ter considerado para a totalidade das responsabilidades Vida, conforme entendimento da ASF, as comissões a pagar pela atividade de intermediação dos mediadores de seguros como despesas, no âmbito do artigo 31.º do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, e, consequentemente, foram sujeitas aos choques aplicáveis a este risco.

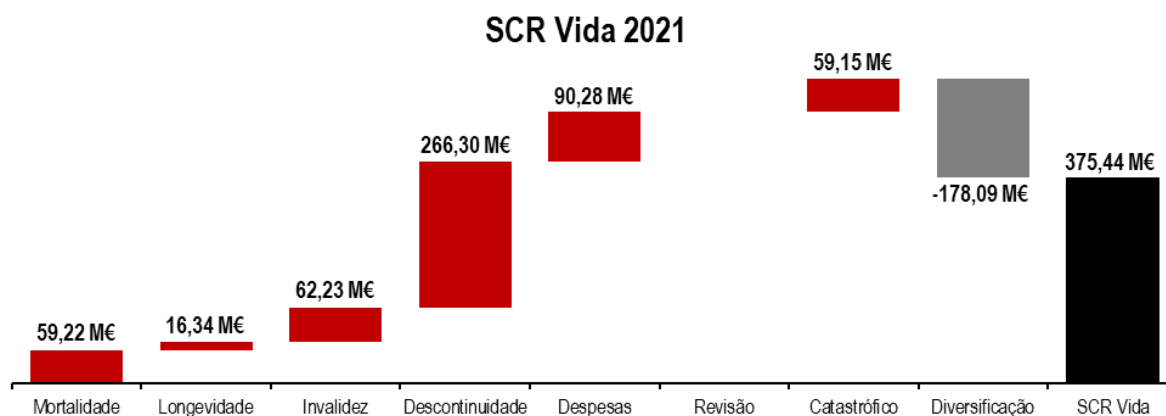
Surge, de seguida, o risco catastrófico, resultando o seu peso do valor significativo de capitais seguros associados aos contratos de vida risco.

Com valores aproximados, e não distantes do peso dos dois riscos anteriores (despesas e catastrófico), temos os riscos de invalidez e de mortalidade, ambos com origem nos contratos de seguro Vida Risco.

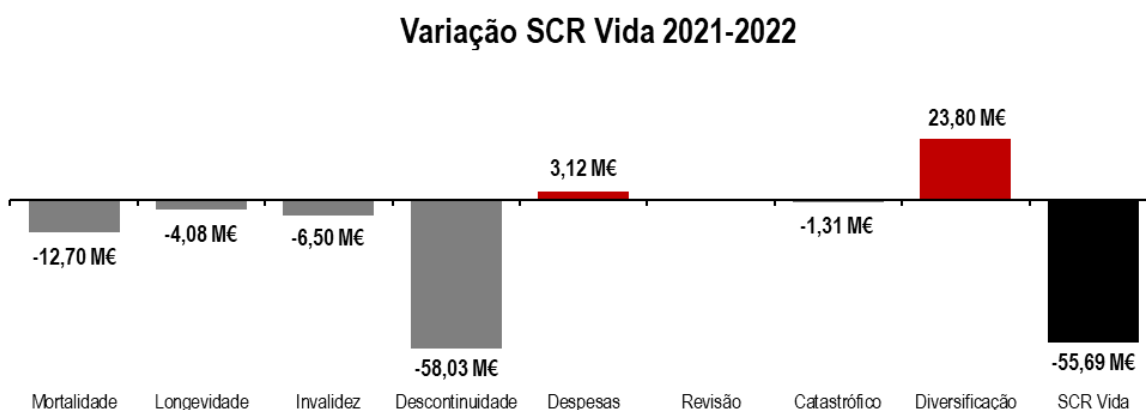
Por fim, o risco de longevidade, com um peso pouco relevante neste módulo de risco, em resultado da carteira de Rendas da Companhia ser reduzida.

Uma nota para o fato do risco de revisão ser nulo, em resultado da ausência de exposição ao mesmo no mercado português.

O cálculo do SCR Vida, relativo a 31 de dezembro de 2021 foi o seguinte:



A redução de 55,69 milhões de euros, encontra-se refletida no gráfico seguinte:

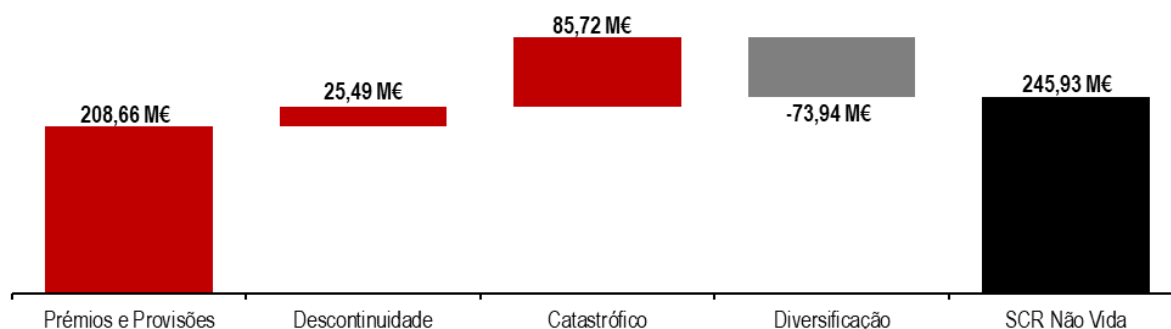


A redução verificada no risco específico de seguros de Vida resulta fundamentalmente da evolução da estrutura temporal de taxa de juro sem risco com impacto mais significativo no risco de descontinuidade devido maioritariamente aos seguros de vida risco ligados ao crédito habitação. Com exceção do risco de despesas que regista um pequeno acréscimo, verifica-se que os restantes riscos de subscrição diminuíram.

#### C.1.2. Risco específico de seguros de não vida

O risco específico de seguros de não vida é o terceiro mais relevante para a Companhia.

### SCR Não Vida 2022



Dentro deste módulo, o risco de prémios e provisões é o mais expressivo.

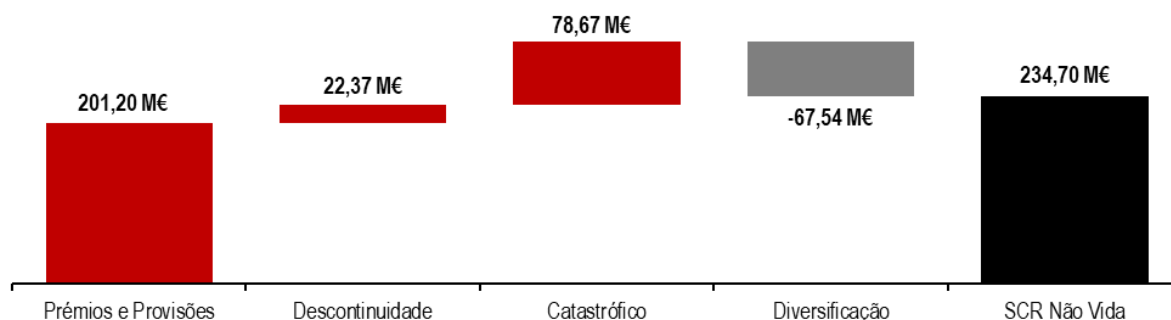
O peso deste risco resulta, fundamentalmente, do volume de prémios e reservas relativos aos contratos de seguros automóvel (responsabilidade civil e outras coberturas), seguros de incêndio e outros ramos e seguros de responsabilidade civil geral.

Com um valor bastante inferior, surge o risco catastrófico o qual advém essencialmente do valor significativo de capitais seguros com cobertura de fenómenos sísmicos. No entanto, em caso de ocorrência de um fenómeno sísmico, os contratos de resseguro existentes implicam que apenas uma parte das responsabilidades será assumida pela Companhia. É, assim, neste contexto, que este risco não tem um efeito relevante. É importante, também, referir que o efeito mitigador destes contratos de resseguro é tido em conta no módulo de risco de contraparte.

Em relação ao risco de descontinuidade, o seu peso é muito pouco significativo, atendendo ao fato dos contratos de seguro terem um limite contratual até à próxima anuidade.

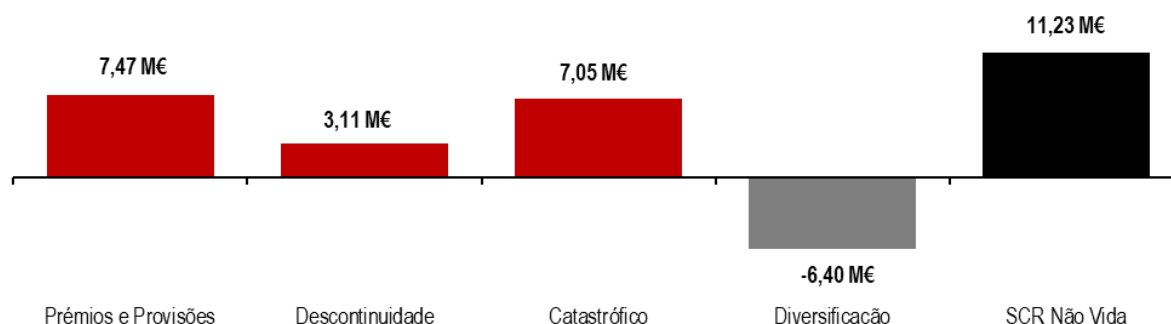
O cálculo do SCR Não Vida, relativo a 31 de dezembro de 2021 foi o seguinte:

### SCR Não Vida 2021



O aumento de 11,23 milhões de euros, encontra-se refletido no gráfico seguinte.

### Variação SCR Não Vida 2021-2022

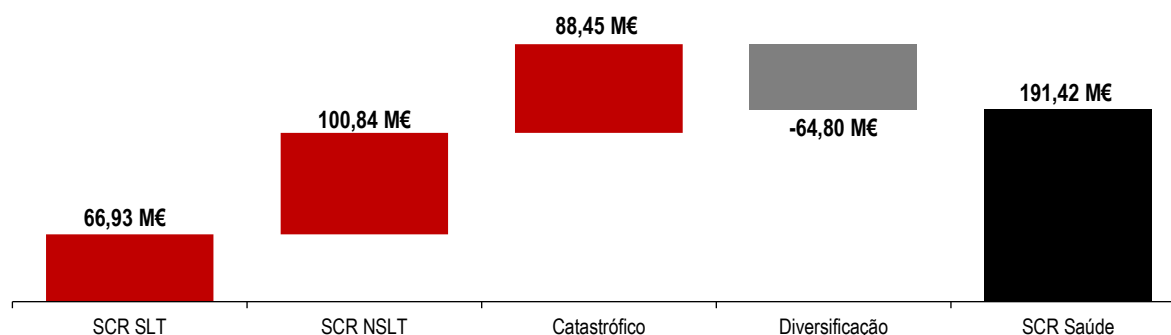


O aumento deste risco decorreu da atividade da companhia com incremento do volume de prémios e reservas dos contratos dos ramos automóvel e incêndio e do incremento do risco catastrófico para o qual contribuiu o incremento do negócio do ramo responsabilidade civil.

#### C.1.3. Risco específico de seguros de acidentes e doença

Em termos de peso, trata-se do quinto risco para a Companhia e o risco com menor peso dos três riscos específicos de seguros.

### SCR Acidentes e Doença 2022



O submódulo de acidentes e doença SLT (*similar to life techniques*) é composto, essencialmente, pelo risco de longevidade resultante das pensões e despesas de assistência vitalícia da modalidade de acidentes de trabalho.

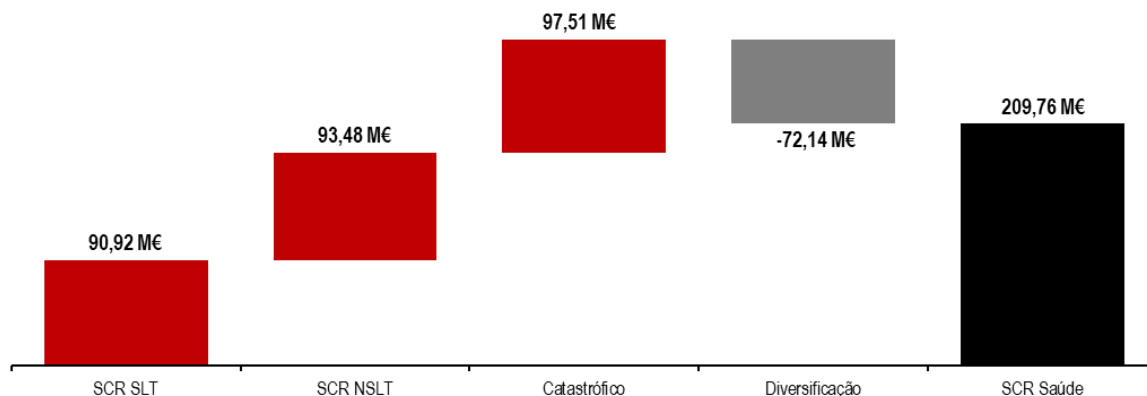
O submódulo de acidentes e doença NSLT (*not similar to life techniques*), com origem no risco de prémios e provisões decorrente de seguros de acidentes de trabalho e de acidentes pessoais, dado que os seguros de doença se encontram ressegurados a 100% na Multicare.

O submódulo risco catastrófico, resulta, principalmente, da concentração de acidentes, atendendo aos capitais seguros envolvidos.

O cálculo do SCR Acidentes e Doença, relativo a 31 de dezembro de 2021, foi o seguinte:

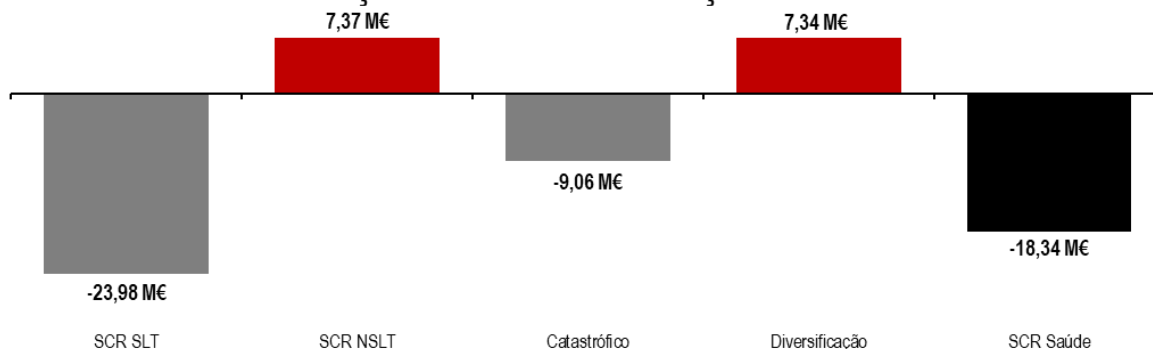


### SCR Acidentes e Doença 2021



O decréscimo de 18,34 milhões de euros, encontra-se refletido no gráfico seguinte.

### Varição SCR Acidentes e Doença 2021-2022



A evolução registada neste módulo de risco resultou fundamentalmente:

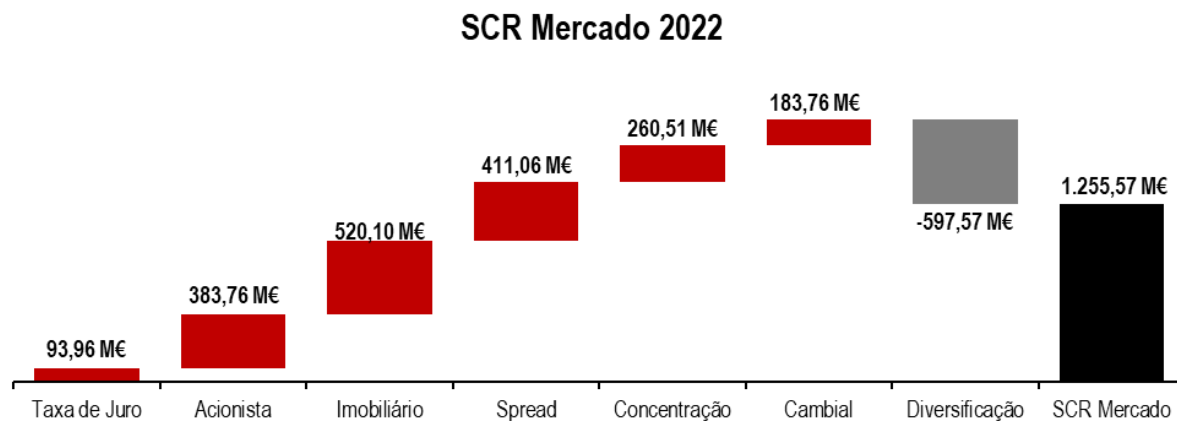
- Da atividade da Companhia;
- Do risco catastrófico derivado do aumento significativo das pessoas expostas ao risco e respetivos salários médios consideradas no cenário prescrito para cálculo do risco de concentração.

#### C.1.4. Técnicas de mitigação do risco específico de seguros

A Companhia faz uso, para um conjunto alargado de ramos, de contratos de resseguro que asseguram a mitigação dos riscos específicos de seguros de vida, não vida e acidentes e doença. Esta mitigação é tida em conta no cálculo dos respetivos requisitos de capital.

## C.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco mais relevante para a Companhia, destacando-se claramente dos restantes módulos de risco.



Dentro deste módulo, o submódulo mais relevante é o do risco imobiliário, refletindo a estratégia de investimento seguida pela Companhia, onde a exposição ao mercado imobiliário é significativa.

O segundo submódulo mais relevante do risco de mercado é o de risco de spread resultante da elevada exposição da Companhia a instrumentos financeiros de rendimento fixo, que não dívida governamental europeia.

O terceiro submódulo mais relevante é o acionista, fruto da exposição relevante da Companhia a ações.

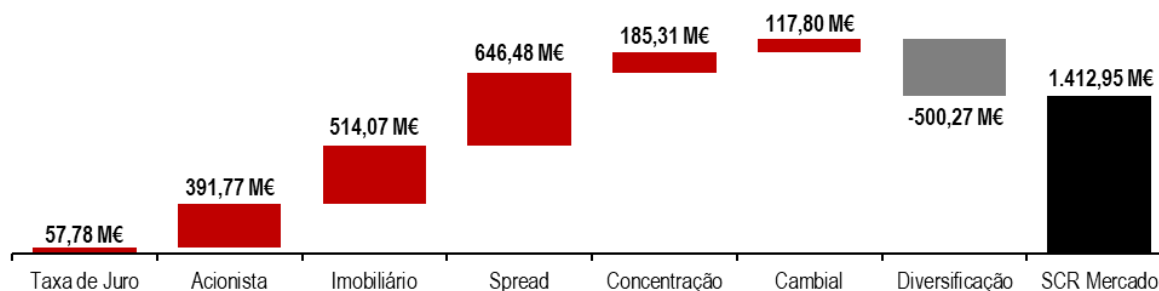
O risco de concentração é o quarto submódulo mais relevante do módulo de risco de mercado. As maiores exposições da Companhia são ao grupo económico Fosun International Limited (influenciado por participações diretas da Fidelidade), HSBC e Caixa Geral de Depósitos.

Com um valor inferior temos o risco cambial, que reflete a cobertura cambial efetuada para as exposições mais relevantes em moeda estrangeira.

Já no risco de taxa de juro, o seu reduzido valor resulta da gestão Ativo-Passivo levada a cabo pela empresa com o intuito de manter o *duration gap* em valores reduzidos.

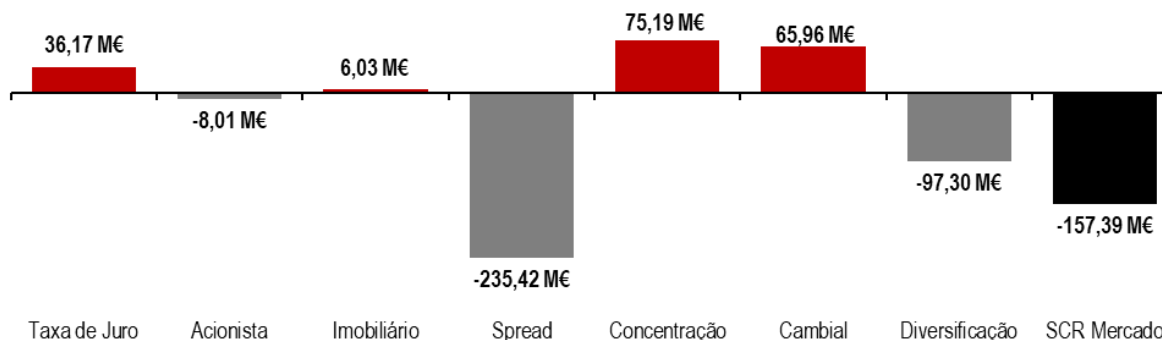
O cálculo do SCR do Risco de Mercado, relativo a 31 de dezembro de 2021 foi o seguinte:

### SCR Mercado 2021



O decréscimo de 157,39 milhões de euros, encontra-se refletido no gráfico seguinte.

### Variação SCR Mercado 2021-2022



Relativamente ao aumento do risco de taxa de juro, este é justificado tanto pela alteração da carteira, como da duração dos contratos e da curva de taxa de juro.

O ligeiro decréscimo no risco acionista é justificado com uma menor exposição à Ageas, REN e NCL.

O ligeiro aumento do risco imobiliário é explicado pelo aumento da exposição a ativos imobiliários.

O incremento do risco cambial é explicado não só pelo aumento da exposição direta a moeda estrangeira para as quais não existe mitigação, mas também pelo aumento da exposição não coberta nas moedas para as quais a Companhia faz mitigação cambial.

Quanto ao risco de concentração, o aumento existente é explicado maioritariamente pelo aumento da exposição.

A redução do risco de *spread* deve-se a uma redução da exposição a dívida *corporate*.

### C.2.1. Técnicas de mitigação do risco de mercado

O processo de investimento da Companhia além de assegurar a conformidade com o princípio do gestor prudente, visa potencializar, quer decisões racionais e fundamentadas no âmbito da seleção de ativos, quer a existência de uma adequada relação entre risco e retorno.

Assim, o processo inicia-se com a identificação de oportunidades de investimento, através do rastreamento, identificação e análise de oportunidades de investimento em todo o mundo, dando origem à apresentação de propostas de investimento tomando por base, por um lado, aspectos qualitativos, como sejam, a título de exemplo, a descrição do investimento, incluindo diferentes hipóteses para a sua concretização, e a descrição do racional do negócio, e, por outro, aspectos quantitativos como sejam, a título de exemplo, indicadores financeiros ou retorno esperado.

Estas propostas são analisadas, incluindo uma primeira abordagem em termos de consumo de capital à luz do regime Solvência II.

Sendo a proposta de investimento aceite, é preparado um *investment case* contendo um resumo do investimento a realizar, uma análise do cumprimento dos limites legais e dos limites previstos na Política de Investimentos da Companhia, uma análise de adequação do investimento em termos de ALM (*cash-flow matching*) e o cálculo do consumo de capital associado ao investimento de acordo com as regras do regime Solvência II.

Este *investment case*, integra uma Comunicação Interna dirigida à Comissão Executiva contendo proposta e fundamentação para a realização do investimento além de outra informação adicional. Na parte da execução das transações de títulos, os *traders* encarregues estão sujeitos aos limites definidos na Proposta de Investimentos.

Todo este processo encontra-se enquadrado nas orientações gerais de investimentos da Companhia.

De acordo com essas orientações, o objetivo primordial da carteira de investimento é gerar rendimento para a Companhia, considerando, no entanto, os riscos associados e demais restrições resultantes da estratégia de negócio definida pela Comissão Executiva.

A alocação dos ativos, em cada carteira de investimentos, é efetuada de forma que o retorno agregado de todas as carteiras e o respetivo risco cumulativo cumpram os objetivos de investimento estabelecidos.

#### *Risco de Mercado - Cambial*

A Companhia, através do recurso a contratos de futuros, *forwards* e *swaps*, efetua a cobertura da exposição cambial de ativos detidos direta ou indiretamente:

- A exposição a ativos denominados em dólar americano (USD) e em dólar de Hong Kong (HKD), dada a elevada correlação entre USD e HKD, é mitigada através do recurso a contratos de futuros, *forwards* e *swaps* em USD;
- A exposição a ativos denominados em libras esterlinas (GBP) é mitigada através do recurso a futuros, *forwards* e *swaps* em GBP;
- A exposição a ativos denominados em ienes (JPY), francos suíços (CHF) é mitigada através do recurso a *forwards* em JPY e CHF.

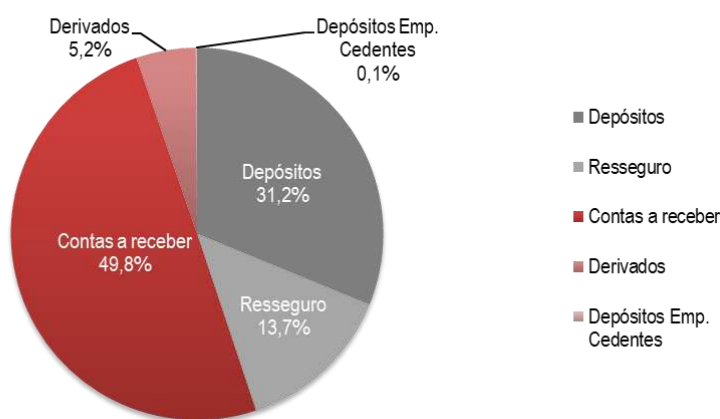
A Companhia tem a intenção de substituir os contratos de futuros por contratos semelhantes, findo aquele prazo de maturidade.

### C.3. Risco de crédito

O módulo de risco de incumprimento pela contraparte apresenta o quinto valor mais elevado no conjunto dos riscos avaliados pela Companhia.

A decomposição deste risco por tipo de contraparte a 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

**Decomposição do Risco de Crédito**



O requisito de capital de solvência para o risco de incumprimento pela contraparte resulta essencialmente da componente relativa a depósitos, nos quais a exposição à Caixa Geral de Depósitos assume um peso significativo e de contas a receber. Das restantes exposições, a mais relevante é a exposições a contrapartes para as quais a Companhia transfere riscos através de contratos de resseguro para os riscos de subscrição.

### C.4. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Fidelidade é definida na Política de ALM e Liquidez, que é revista anualmente no ALCO (Comité de Gestão de Ativos e Passivos). Mensalmente é produzido pelo GCF – ALM (Gabinete Capital Planning and Financial Optimization – Área Funcional Asset and Liability Management), um relatório de monitorização deste risco, bem como o relatório de ALM que apresenta análises de *cash-flows* distribuídos pelas várias linhas de negócio e assumindo vários cenários. Mensalmente, é enviado para a ASF (Autoridade de supervisão dos Seguros e Fundos) um relatório com o detalhe dos ativos ilíquidos detidos em carteira.

O objetivo de liquidez do grupo é deter uma tesouraria com capacidade para gerir todas as necessidades de fundos do grupo (*cash-flows*) em tempo adequado, sem recorrer a financiamentos ou a vendas não planeadas de ativos. Por este motivo foram definidos sete níveis de liquidez de ativos, que variam entre o step 0 (cash com disponibilidade em 1 dia) até ao step 6 (investimentos estratégicos, dos quais a Fidelidade não pretende vender num futuro próximo) e dois rácios de liquidez de curto e médio prazo que relacionam os ativos líquidos com a necessidade de *cash-flow*, que devem ser superiores a 100%. Para além disso foram definidos três níveis de liquidez (imediate, curto prazo e médio e longo prazo) que pretende avaliar se a Fidelidade tem ativos líquidos suficientes para cobrir as responsabilidades incluindo eventos inesperados tanto do lado do passivo como do lado dos ativos.

Em 2022, foi incluída uma nova métrica para medir a proporção de ativos líquidos sob os passivos, em que os valores de ativos líquidos que cobrem os passivos, variam entre 76,2% a 86,3%.

Em 2022 existiu uma revisão à Política de ALM e Liquidez em novembro (no ALCO) que passou a incluir dois novos capítulos, um sobre as regras de liquidez para produtos *Unit-Linked* e outro sobre os princípios sobre a Alocação dos Investimentos.

Em todos os meses de 2022, os limites e targets foram cumpridos. Relativamente aos rácios de liquidez os valores são bastante superiores aos 100%, variando entre 140% e 300%. A Fidelidade concluiu o ano com 59% dos seus ativos líquidos, ou seja, redimíveis até 3 meses.

No que respeita ao risco de liquidez, entende-se por “lucros esperados incluídos nos prémios futuros” (EPIFP – *expected profit included in future premiums*) o valor atual esperado dos fluxos de caixa futuros resultante da inclusão nas provisões técnicas dos prémios referentes aos contratos de seguro e de resseguro existentes, que devam ser recebidos no futuro, mas que possam não ser recebidos por qualquer outra razão que não a ocorrência dos eventos segurados, independentemente dos direitos legais ou contratuais do tomador do seguro de cessar a apólice.

O valor dos EPIFP, em 31 de dezembro de 2022, é o seguinte:

Valor em milhares de euros	
Lucros esperados incluídos nos prémios futuros	383.914

Este valor refere-se apenas à classe de negócio vida risco, sendo utilizados para o seu cálculo os métodos e principais pressupostos descritos no ponto D.2.1 do presente relatório.

Importa frisar que os prémios considerados no cálculo destes lucros encontram-se líquidos das responsabilidades de resseguro.

Por fim, refira-se que a avaliação a que se refere a subalínea ii), da alínea d), do n.º 1 do artigo 260.º do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, não se ajusta às características dos produtos associados a esta classe de negócios.

---

## C.5. Risco operacional

O risco operacional traduz-se no risco de perdas resultantes quer da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas, quer da ocorrência de eventos externos.

Trata-se do módulo de risco com menor peso no conjunto dos riscos avaliados pela Companhia, sendo o seu decréscimo reflexo da evolução da atividade da Companhia no negócio vida e do aumento das despesas respeitantes a *unit-linked*.

Na gestão do risco operacional e do controlo interno, a Companhia identifica, no âmbito dos seus processos, os riscos operacionais mais relevantes a que cada um deles se encontram expostos (com base numa matriz de riscos pré-definida) e documenta os controlos existentes que os mitigam.

Adicionalmente, no sentido de avaliar o risco operacional da Companhia, é recolhida informação quantitativa sobre os riscos previamente identificados e é efetuada uma avaliação do sistema de controlo interno, suportada por um processo de autoavaliação das atividades de controlo documentadas.

---

## C.6. Outros riscos materiais

Como parte do processo ORSA são identificados riscos que não se encontram incorporados na fórmula-padrão.

Os riscos seguintes são reconhecidos pela Companhia como potencialmente materiais.

### C.6.1. Risco de reputação

A gestão do risco de reputação da Companhia centra-se, fundamentalmente:

- Na existência de uma função responsável pela comunicação corporativa e de relação com os *media*;
- Na existência de uma função de comunicação da marca;
- Na função de gestão das reclamações de clientes, onde se inclui a disponibilização de informação de gestão para os responsáveis das diversas Áreas da Companhia e Comissão Executiva;
- No planeamento e acompanhamento dos Recursos Humanos da Companhia;
- No Programa de Responsabilidade Social.

Adicionalmente, ciente da crescente importância da reputação para a afirmação e sucesso das organizações, a Companhia instituiu igualmente um Comité de Coordenação da Comunicação, que reunirá regularmente, e será liderado pelo Presidente da Comissão Executiva, de forma a melhor articular todos os fluxos de comunicação interna e externa da Companhia.

As ações desenvolvidas neste âmbito têm tido reflexo, como pode ser comprovado pelos inúmeros prémios atribuídos no âmbito da excelência de serviço/ satisfação do cliente. Considera-se, assim, que este risco está adequadamente mitigado, pelo que o mesmo é classificado como baixo.

### C.6.2. Risco estratégico

A concretização da estratégia da companhia é efetuada através de uma cadeia de responsabilidades com início na Comissão Executiva, que define os objetivos estratégicos de alto nível (processo este, enquadrado num modelo de governação que envolve o Conselho de Administração, Comissão de Investimentos e Conselho Consultivo), passando pelos responsáveis de primeira linha de cada Direção, que têm a responsabilidade de delinear planos para atingir esses objetivos, e termina nos colaboradores da companhia que, diariamente, no âmbito das suas funções, procuram atingir os objetivos propostos.

As decisões estratégicas tomadas pela Companhia assentam em processos, quer de aprovação, quer da sua concretização e acompanhamento, bem definidos, que se têm demonstrado, por um lado, eficazes na materialização da estratégia e, por outro, adequados na reação a fatores externos que possam afetar a atividade da Companhia. Deste modo, este risco é considerado como baixo.

### C.6.3. Risco de (continuidade de) negócio

A Companhia, como qualquer outra empresa de seguros a operar em Portugal, pode estar exposta a potenciais eventos de mercado. Não obstante, este risco é classificado como baixo, atendendo ao forte posicionamento que a Companhia tem no mercado segurador português e que tem vindo, inclusive, a ser reforçado.

No âmbito da análise deste risco, teve-se também em conta, a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas como consequência de centrar o desenvolvimento da sua atividade num determinado setor, área geográfica ou clientes específicos.

Ora, o risco de concentração de negócio da Companhia é considerado baixo, dado o alto nível de diversificação que se verifica na tipologia de produtos comercializados, nos canais de comercialização e dos seus clientes. Contudo, devemos mencionar que o nível de concentração geográfica ainda é elevado, com a maior parte do negócio a estar centrada em

Portugal. Contudo, a Companhia encontra-se num processo de expansão da sua atividade a nível internacional, nomeadamente, em mercados fora da Europa onde já se encontrava a desenvolver a sua atividade.

#### C.6.4. Risco legal

Embora este risco esteja incluído na definição de risco operacional, optou-se por isolar a sua análise atendendo, quer à sua importância, quer à forma de avaliação/medição prevista na fórmula-padrão para o risco operacional onde não é possível destacá-lo.

A Companhia encontra-se num processo de adaptação contínua às normativas em vigor (tanto a nível nacional, como internacional) e às modificações que as mesmas impactam na sua atividade. Contudo, existe um risco, considerado médio, procedente de possíveis modificações regulatórias.

Relativamente às alterações fiscais a que poderá estar sujeita, realçam-se as relacionadas com os impostos diferidos, designadamente ao nível da taxa de imposto e/ou do prazo de reporte de prejuízos fiscais.

Aliado a este risco existe também o risco de possíveis alterações ao nível dos benefícios fiscais relacionados com certos produtos de investimento. Caso haja alterações a este nível, alguns produtos podem perder as vantagens competitivas associadas, o que leva a um risco relacionado com a sua comercialização. Embora esta situação já se tenha verificado no passado nalguns produtos, sem que tivesse tido um impacto relevante na Companhia, não pode deixar-se de considerar este risco.

Adicionalmente, a Companhia encontra-se exposta a riscos em termos de *compliance* no decorrer normal das suas operações. Um exemplo deste risco é a recente decisão da Autoridade da Concorrência (AdC), de 28 de dezembro de 2018, no processo em curso contra várias empresas seguradoras. Nesta decisão, a AdC concluiu que são contrários ao direito da concorrência os contactos estabelecidos em anos anteriores entre várias empresas seguradoras, relativamente à renovação de determinadas apólices empresariais que se caracterizavam por ser fortemente deficitárias, em certos ramos, tendo estabelecido uma coima global de 12 milhões de euros. Não foram estabelecidas sanções para pessoas singulares.

Concluindo, e tendo em conta todos os pontos abordados anteriormente, o risco legal associado à Companhia é considerado médio, devido aos impactos que teriam eventuais alterações na legislação fiscal e às incertezas relacionadas com a aplicação do regime Solvência II.

---

## C.7. Eventuais informações adicionais

### C.7.1. Ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos

A Companhia, desde 2018, reconhece o ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos, não só do impacto no imposto diferido passivo, mas também o impacto no imposto diferido ativo, neste caso usando exclusivamente o efeito que deriva das diferenças temporais e não a recuperação de prejuízos fiscais.

### C.7.2. Sensibilidade ao risco

A sensibilidade do rácio de solvência, em 31 de dezembro de 2022, aos principais riscos a que a Companhia está exposta, expresso como o impacto absoluto naquele rácio (em pontos percentuais), é apresentada no quadro seguinte:



Tipo de Risco	Efeito das variações nos:		Efeito total no Rácio de Solvência
	Fundos Próprios Elegíveis	Requisito de Capital	
Acionista	-16,5 p.p.	+8,1 p.p.	-9,0 p.p.
Imobiliário	-13,9 p.p.	+6,1 p.p.	-8,2 p.p.
Spread	-11,3 p.p.	+1,5 p.p.	-9,9 p.p.
Taxa de Juro (Up)	+1,1 p.p.	+0,4 p.p.	+1,6 p.p.
Taxa de Juro (Down)	-0,8 p.p.	-1,9 p.p.	-2,7 p.p.

Em 31 de dezembro de 2021 a sensibilidade do rácio de solvência era a seguinte:

Tipo de Risco	Efeito das variações nos:		Efeito total no Rácio de Solvência
	Fundos Próprios Elegíveis	Requisito de Capital	
Acionista	-10,3 p.p.	+7,4 p.p.	-3,3 p.p.
Imobiliário	-12,2 p.p.	+5,2 p.p.	-7,2 p.p.
Spread	-16,1 p.p.	-5,7 p.p.	-21,3 p.p.
Taxa de Juro (Up)	-1,3 p.p.	-0,6 p.p.	-1,8 p.p.
Taxa de Juro (Down)	-0,8 p.p.	+1,9 p.p.	+1,1 p.p.

A sensibilidade ao risco de taxa de juro no ano de 2022 tem um comportamento inverso ao calculado em 2021 que se deveu, sobretudo, ao facto da exposição dos ativos diminuir face ao ano de 2021 e à alteração da curva taxa de juro.

Explicação das análises de sensibilidade Solvência II:

Risco	Cenário
Acionista	Impacto de uma descida de 20% no valor das ações, incluindo os Fundos de ações.
Imobiliário	Impacto de uma descida de 10% no valor dos imóveis, incluindo os Fundos Imobiliários.
Spread	Impacto de uma subida de 100 pontos base nos títulos de dívida.
Taxa de juro	Impacto de um aumento paralelo de 100 pontos base ao longo de toda a curva.
	Impacto de uma diminuição paralela de 50 pontos base ao longo de toda a curva.

# D. Avaliação para efeitos de Solvência

Neste capítulo apresenta-se a informação relativa à avaliação dos ativos, provisões técnicas e outros passivos para efeitos de solvência e a comparação dessa avaliação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2022.

É também apresentada a mesma informação, para efeitos de solvência, relativa a 31 de dezembro de 2021.

Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram alterações materiais, em comparação com o período abrangido pelo relatório anterior, quer nas bases, métodos e principais pressupostos utilizados na avaliação dos elementos do ativo da Companhia, quer nos pressupostos relevantes utilizados no cálculo das suas provisões técnicas.

Nos parágrafos seguintes são descritas as bases, os métodos e os principais pressupostos usados na valorização para efeitos de Solvência II, com a seguinte decomposição:

Valores em milhares de euros

		Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
<b>Ativo</b>					
D.1	Total do Ativo	15.199.642	15.554.451	-354.809	16.529.681
<b>Passivo</b>					
D.2	Provisões Técnicas	10.890.505	11.908.701	-1.018.196	11.807.534
D.3	Outras responsabilidades	1.727.022	1.416.928	310.094	1.809.357
<b>Total do Passivo</b>		<b>12.617.527</b>	<b>13.325.629</b>	<b>-708.102</b>	<b>13.616.891</b>
<b>Excesso do ativo sobre o passivo</b>		<b>2.582.115</b>	<b>2.228.822</b>	<b>353.293</b>	<b>2.912.790</b>

## D.1. Ativos

A avaliação dos ativos para efeitos de solvência e a sua comparação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras, é apresentada neste relatório segmentada por:

- Ativos financeiros;
- Ativos imobiliários;
- Outros ativos.

São também apresentados neste capítulo os montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais.

No quadro seguinte é apresentado um resumo dessa comparação, que se encontra desenvolvida nos subcapítulos seguintes:

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Ativos financeiros	13.513.555	13.757.342	-243.787	15.048.369
Ativos imobiliários	301.105	296.590	4.515	334.563
Outros ativos	1.069.014	1.040.728	28.286	870.675
Recuperáveis de resseguro	315.968	459.791	-143.823	276.074
<b>Total</b>	<b>15.199.642</b>	<b>15.554.451</b>	<b>-354.809</b>	<b>16.529.681</b>

D.1.1. Ativos financeiros

A tabela seguinte apresenta a avaliação dos ativos financeiros para efeitos de solvência, por classe de ativos.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Solvência II ano anterior
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	2.997.809	2.610.196
Ações — cotadas em bolsa	374.852	496.794
Ações — não cotadas em bolsa	1.092	1.142
Obrigações de dívida pública	2.439.393	3.637.773
Obrigações de empresas	4.211.843	5.348.497
Títulos de dívida estruturados	166.272	197.774
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0
Organismos de investimento coletivo	602.673	852.630
Derivados	112.128	28.074
Depósitos que não equivalentes a numerário	140.346	115.564
Outros investimentos	0	0
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	2.467.147	1.759.925
<b>Total</b>	<b>13.513.555</b>	<b>15.048.369</b>

Para efeitos de solvência os ativos financeiros são avaliados de acordo com as seguintes bases, métodos e pressupostos.

Os ativos financeiros são registados ao justo valor, correspondendo este ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado (*exit price*).

No âmbito do regime Solvência II, para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros, os ativos são classificados à luz de critérios de hierarquia de justo valor definidos no âmbito da norma IFRS 13 (*Fair Value Measurement*) nas seguintes categorias:

*QMP - Quoted market price in active markets for the same assets*

Nesta categoria, o justo valor é determinado considerando o *bid price* do mercado ativo disponível na plataforma eletrónica.

*QMPS - Quoted market price in active markets for similar assets*

Nesta categoria, o justo valor é determinado considerando preços obtidos junto do *market maker*.  
O universo de ativos da carteira da Companhia, nesta situação, representa essencialmente *private placements*.

*AVM - Alternative valuation methods*

A Companhia não efetua valorizações a partir de modelos financeiros.

*AEM - Adjusted equity method*

Os ativos considerados nesta categoria, são reconhecidos inicialmente a custo sendo periodicamente sujeitos a reavaliações em função da divulgação das demonstrações financeiras.

*IEM - IFRS equity methods*

Atualmente não aplicável.

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação dos ativos financeiros para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	2.997.809	3.139.982	-142.173
Ações — cotadas em bolsa	374.852	374.852	0
Ações — não cotadas em bolsa	1.092	1.639	-547
Obrigações de dívida pública	2.439.393	2.462.264	-22.871
Obrigações de empresas	4.211.843	4.211.843	0
Títulos de dívida estruturados	166.272	166.300	-28
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0
Organismos de investimento coletivo	602.673	602.419	254
Derivados	112.128	113.495	-1.367
Depósitos que não equivalentes a numerário	140.346	217.280	-76.934
Outros investimentos	0	0	0
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	2.467.147	2.467.268	-121
<b>Total</b>	<b>13.513.555</b>	<b>13.757.342</b>	<b>-243.787</b>

As principais diferenças, por classe de ativos, são as seguintes:

*Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações*

Resulta, da valorização, para efeitos de solvência, das participadas não cotadas pelo *Adjusted Equity Method* (AEM), (em termos líquidos, o valor total destas participações para efeitos de solvência reduziu-se em 142.174 m€).

No valor total da diferença, estão incluídos, entre outros, os impactos da valorização da Luz Saúde S.A. (redução de 360.873 m€), da FID Peru, S.A. (redução de 82.582 m€) e da Fidelidade Property Europe, S.A. (aumento de 195.012 m€).

Adicionalmente, o ajustamento de Solvência II efetuado à participação na Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros, S.A. (anteriormente denominada Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.) incorpora uma reavaliação efetuada para capturar a totalidade dos impactos económicos no Balanço de Solvência II, relativos à opção de compra/venda existente sobre 12,1% do capital dessa participação, estando estes impactos a ser capturados noutras rubricas de balanço nomeadamente “Derivados” e “Passivos Financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito”.

*Ações – não cotadas em bolsa*

Resulta da valorização, para efeitos de solvência, de títulos não cotados pelo *Adjusted Equity Method* (AEM).

*Obrigações de dívida pública*

A diferença corresponde a valias potenciais da carteira de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado reconhecidas em Solvência II.

#### Organismos de investimento coletivo

Resulta de ajustes à valorização dos fundos para os quais foi efetuada a abordagem *Look-through*. Nas demonstrações financeiras foi considerada a valorização disponível à data de encerramento das contas, o que em alguns fundos não correspondia à valorização de final do ano. Para Solvência II foi possível considerar o valor de final do ano, entretanto disponibilizado pelos Organismos de investimento coletivo.

#### Derivados

O ajustamento de Solvência II presente nestas rubricas é justificado com a reavaliação feita para capturar a totalidade dos impactos económicos no Balanço de Solvência II, relativos à opção de compra/venda existente sobre 12,1% do capital da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros S.A. (anteriormente denominada Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.) estando estes impactos a ser capturados noutras rubricas do balanço nomeadamente "Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações" e "Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito".

#### Depósitos que não equivalentes a numerário

A partir do reporte do Q4 2022, os ativos com o CIC 79 (contas margem e de colateral) deixaram de ser integrados na rubrica do balanço "Depósitos que não equivalentes a numerário" devido a uma alteração na taxonomia. Segundo orientações da ASF, este montante passou a ser refletido na rubrica "Quaisquer outros ativos não incluídos noutros elementos do balanço".

#### Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação

Resulta da utilização de valores de cotação a 31 de dezembro de 2022, obtidos, em diferentes momentos no tempo. Nas demonstrações financeiras, a valorização a 31 de dezembro de 2022 foi efetuada algumas horas antes do fecho de alguns mercados financeiros, aqueles que têm horários de funcionamento alargado ou contínuo. Para Solvência II foi possível considerar o valor final após o fecho de todos os mercados financeiros.

Ao mesmo tempo, a diferença resulta também de ajustes à valorização dos fundos em carteiras *unit-linked* para os quais foi efetuada a abordagem *Look-through*. Nas demonstrações financeiras foi considerada a valorização disponível à data de encerramento das contas, o que em alguns fundos não correspondia à valorização de final do ano. Para Solvência II foi possível considerar o valor de final do ano, entretanto disponibilizado pelos Organismos de investimento coletivo.

#### D.1.2. Ativos imobiliários

A tabela seguinte apresenta a avaliação dos ativos imobiliários para efeitos de solvência, por classe de ativos.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Solvência II ano anterior
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	70.904	79.735
Imóveis (que não para uso próprio)	31.903	59.786
Organismos de investimento coletivo	198.298	195.042
<b>Total</b>	<b>301.105</b>	<b>334.563</b>

Para efeitos de solvência, os ativos imobiliários são avaliados de acordo com as seguintes bases, métodos e pressupostos.

Os ativos imobiliários da Companhia são contabilizados ao seu Valor de Mercado, consistindo o mesmo no preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador, interessados e independentes, subentendendo-se que:

- i) o ativo é objeto de uma oferta pública no mercado;
- ii) as condições deste permitem uma venda regular;
- iii) se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do imóvel.

Neste seguimento, um dos seguintes métodos de avaliação deve ser utilizado na determinação do Valor de Mercado:

#### *Método Comparativo (Market Approach)*

O Método Comparativo consiste na determinação do valor de um imóvel através da comparação deste com imóveis idênticos ou semelhantes, em função da informação disponível no mercado relativamente a valores de transação ou de preços praticados para imóveis comparáveis.

De acordo com esta metodologia, o valor do imóvel resulta do ajustamento dos valores e preços obtidos no mercado, face à localização e características físicas do imóvel em avaliação.

#### *Método do Custo (Cost Approach)*

O Método do Custo consiste na aplicação do princípio de que um comprador não pagará mais por um ativo do que o custo para obter outro de igual utilidade, seja por compra ou por construção, a menos que tempo indevido, inconveniência, risco ou outros fatores estejam envolvidos.

Esta abordagem fornece uma indicação de valor, calculando a substituição atual ou o custo de reprodução do ativo, fazendo deduções para deterioração e todas as outras formas relevantes de obsolescência.

#### *Método do Rendimento (Income Approach)*

O Método do Rendimento considera a informação relativa ao rendimento e às despesas operacionais do imóvel em avaliação, determinando o valor através de um processo de capitalização. Neste método, tendo em conta o princípio da substituição do bem, assume-se que a uma dada taxa de retorno exigida pelo mercado, o fluxo de receitas gerado pelo imóvel conduzirá à obtenção do seu valor mais provável.

Desta forma, a estimativa do valor do imóvel resulta da conversão do rendimento gerado pelo mesmo (usualmente a receita líquida) através da aplicação de uma dada taxa de capitalização ou taxa de atualização, ou mesmo as duas, as quais refletem uma medida do retorno esperada sobre o investimento.

Por forma a refletir a regulamentação aplicável ao setor segurador português, é seguida a seguinte metodologia no âmbito da avaliação de ativos imobiliários na Fidelidade e respetivas empresas participadas:

- Devem ser, salvo se explicitado de forma diferente nos pontos seguintes, seguidos os critérios definidos para a avaliação de imóveis por entidades do setor segurador no âmbito do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), nomeadamente conforme previsto no regime futuro do documento “A Avaliação e Valorização de Imóveis – Uma Abordagem Integrada para o Sistema Financeiro Português”;
- O perito avaliador deverá, além de estar registado na CMVM (com exceção para processos de avaliação de ativos localizados fora do território português, para os quais são considerados avaliadores locais) e ter subscrito um seguro de responsabilidade civil, ser membro RICS, seguindo deste modo as normas previstas por esta entidade;
- No caso de imóveis cujo Valor de Mercado se estime ser superior €2,5 milhões, deverão ser realizadas duas avaliações por peritos distintos, prevalecendo a de menor valor;

- Deverão ser usados pelo menos um dos três métodos da IFRS 13, sendo um deles obrigatoriamente o *Income Approach* (método do rendimento);
- O relatório de avaliação deverá apresentar uma discriminação do valor de avaliação do(s) terreno(s) e do valor de avaliação do(s) edifício(s);
- No caso de edifícios em propriedade horizontal, o relatório de avaliação deverá apresentar adicionalmente uma alocação dos valores de avaliação por fração, ou seja, incluir uma discriminação da quota-parte do(s) terreno(s) e do(s) edifício(s) por fração;
- O relatório de avaliação poderá incluir uma análise de sensibilidade às variáveis mais relevantes na respetiva avaliação;
- Quanto à periodicidade mínima para a avaliação dos ativos imobiliários, por um princípio de prudência, os mesmos deverão ser reavaliados anualmente.

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação dos ativos imobiliários para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	70.904	67.043	3.861
Imóveis (que não para uso próprio)	31.903	31.903	0
Organismos de investimento coletivo	198.298	197.644	654
<b>Total</b>	<b>301.105</b>	<b>296.590</b>	<b>4.515</b>

As diferenças, por classe de ativos, são as seguintes:

*Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio*

Nas demonstrações financeiras foi considerada a valorização ao custo, pelo que a diferença resulta do facto de em Solvência II se estar a utilizar a valorização ao justo valor, conforme requerido pelas Autoridades de Supervisão.

*Organismos de investimento coletivo*

Resulta de ajustes à valorização dos fundos para os quais foi efetuada a abordagem *Look-through*. Nas demonstrações financeiras foi considerada a valorização disponível à data de encerramento das contas, o que em alguns fundos não correspondia à valorização de final do ano. Para Solvência II foi possível considerar o valor de final do ano entretanto disponibilizado pelos Organismos de investimento coletivo.



### D.1.3. Outros Ativos

A tabela seguinte apresenta a avaliação dos outros ativos para efeitos de solvência, por classe de ativos.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Solvência II ano anterior
Goodwill	0	0
Custos de aquisição diferidos	0	0
Ativos intangíveis	0	0
Ativos por impostos diferidos	444.903	281.369
Excedente de prestações de pensão	25.212	12.122
Empréstimos e hipotecas a particulares	0	0
Outros empréstimos e hipotecas	32.904	0
Empréstimos sobre apólices de seguro	1.143	1.059
Depósitos em cedentes	1.200	1.170
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	145.381	134.213
Valores a receber a título de operações de resseguro	17.141	26.497
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	87.719	20.270
Ações próprias (detidas diretamente)	149	149
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou dos fundos iniciais mobilizados mas ainda não realizados	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	217.706	380.609
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço	95.556	13.217
<b>Total</b>	<b>1.069.014</b>	<b>870.675</b>

Os outros ativos encontram-se avaliados nas demonstrações financeiras, de uma forma genérica, ao justo valor. Situações particulares em que tal não ocorra encontram-se explicadas na tabela seguinte onde é apresentada a comparação da avaliação dos outros ativos para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença
Goodwill	0	0	0
Custos de aquisição diferidos	0	78.521	-78.521
Ativos intangíveis	0	65.203	-65.203
Ativos por impostos diferidos	444.903	378.530	66.373
Excedente de prestações de pensão	25.212	25.212	0
Empréstimos e hipotecas a particulares	0	0	0
Outros empréstimos e hipotecas	32.904	32.904	0
Empréstimos sobre apólices de seguro	1.143	1.143	0
Depósitos em cedentes	1.200	1.200	0
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	145.381	176.591	-31.210
Valores a receber a título de operações de resseguro	17.141	17.064	77
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	87.719	87.719	0
Ações próprias (detidas diretamente)	149	149	0
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou dos fundos iniciais mobilizados mas ainda não realizados	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	217.706	161.990	55.716
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço	95.556	14.502	81.054
<b>Total</b>	<b>1.069.014</b>	<b>1.040.728</b>	<b>28.286</b>

As diferenças, por classe de ativos, são as seguintes:

*Custos de aquisição diferidos*

O valor destes ativos para efeitos de solvência é zero.

*Ativos intangíveis*

Para que estes ativos tenham valor no balanço para efeitos de solvência, deveriam ser suscetíveis de serem vendidos separadamente e, para além disso, seria necessário demonstrar que existe um mercado ativo onde se transacionam ativos intangíveis semelhantes. Visto que os ativos da Companhia considerados nesta classe não reúnem estas características, o seu valor para efeitos de solvência é zero.

*Ativos por impostos diferidos*

A diferença resulta da aplicação da taxa de imposto às perdas com diferenças temporárias tributáveis implícitas no balanço para efeitos de solvência, ou seja, após os ajustamentos com impacto negativo nos fundos próprios.

*Valores a receber de operações de seguro e mediadores*

A diferença relaciona-se com valores a receber por reembolsos de montantes pagos em sinistros. Este montante encontra-se considerado na melhor estimativa das provisões técnicas Não Vida, visto a sua avaliação, para efeitos de solvência, ter sido efetuada líquida destes valores a receber.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Resulta da diferença, quando negativa, entre os saldos dos depósitos à ordem que na avaliação para efeitos de Solvência II foram consideradas na rubrica “Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço” das outras responsabilidades.

*Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço*

A partir do reporte do Q4 2022, os ativos com o CIC 79 deixaram de ser integrados na rubrica do balanço “Depósitos que não equivalentes a numerário” devido a uma alteração na taxonomia. Segundo orientações da ASF, este montante passou a ser refletido na rubrica “Quaisquer outros ativos não incluídos noutros elementos do balanço”.

D.1.4. Recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais

A tabela seguinte apresenta os montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais, por classe de negócio.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida, excluindo seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	28.682	41.332	-12.650	27.871
Vida, ligado a índices e a unidades de participação	0	0	0	0
Não-vida, excluindo seguros de acidentes e doença	173.252	259.119	-85.867	157.551
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida	0	0	0	0
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida	114.034	159.340	-45.306	90.652
<b>Total</b>	<b>315.968</b>	<b>459.791</b>	<b>-143.823</b>	<b>276.074</b>

As diferenças decorrem da metodologia aplicada no cálculo da melhor estimativa a qual assume pressupostos que não são considerados nas demonstrações financeiras, como é o caso de:

- Probabilidade de *default* da contraparte;
- Consideração de efeito da inflação;
- Desconto das responsabilidades estimadas;
- Metodologia de cálculo da provisão para prêmios.

Os recuperáveis de resseguro foram calculados seguindo metodologias consonantes com as usadas para a avaliação das provisões técnicas, considerando-se o ajustamento para refletir a probabilidade de incumprimento do ressegurador.

Os valores recuperáveis dos ramos Não Vida, Saúde SLT e Saúde NSLT foram obtidos com base nos seguintes pressupostos:

- À exceção de despesas médicas, no cálculo da provisão para sinistros, o valor das provisões contabilísticas foram assumidas como o valor base, que foi distribuído em *cash-flows* anuais futuros calculados com base no padrão de pagamentos futuro obtido para o seguro direto em cada uma das linhas de negócio;
- Na componente de despesas médicas do ramo saúde NSLT, dado existir um tratado de cedência a 100%, à melhor estimativa do seguro direto de sinistros foi aplicado o peso que o valor da provisão contabilística de resseguro cedido representa na provisão de seguro direto do ramo;
- A componente de provisão para prêmios dos ramos Não Vida e Saúde NSLT foi calculada conforme descrito nos pontos D.2.2. e D.2.4..

Os valores recuperáveis do ramo Vida foram obtidos com base nos seguintes pressupostos:

- Para o apuramento dos recuperáveis de resseguro do ramo Vida, projetam-se os *cash-flows* futuros de prêmios, sinistros, comissões e despesas de acordo com os contratos de resseguro, considerando os limites contratuais dos contratos do seguro direto. Todos os fluxos de caixa do passivo assentam no conceito de valor esperado, na medida em que têm associados probabilidades de ocorrência dos eventos a que estão sujeitos, tendo em conta o valor temporal do dinheiro.

Aos *cash-flows* dos ramos Vida, Não Vida, Saúde SLT e Saúde NSLT foram aplicadas as estruturas de inflação esperada e de taxa juro referidas nos pontos D.2.5. e D.2.6., respetivamente.

---

## D.2. Provisões técnicas

A avaliação das provisões técnicas para efeitos de solvência e a sua comparação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras, é apresentada neste relatório segmentada por:

- Vida;
- Não vida;
- Saúde:
  - SLT (*Similar to Life Techniques*);
  - NSLT (*Not Similar to Life Techniques*).

No quadro seguinte é apresentado um resumo dessa comparação, que se encontra desenvolvida nos subcapítulos seguintes:

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Vida	8.907.249	9.500.963	-593.714	9.614.017
Não Vida	850.280	1.162.134	-311.854	819.565
Saúde – SLT	897.493	962.244	-64.751	1.151.547
Saúde – NSLT	235.483	283.360	-47.877	222.405
<b>Total</b>	<b>10.890.505</b>	<b>11.908.701</b>	<b>-1.018.196</b>	<b>11.807.534</b>

A avaliação das provisões técnicas resulta da aplicação de métodos estatísticos que têm associado um grau de incerteza resultante de fatores aleatórios que podem não estar ainda refletidos na informação base utilizada, designadamente, fatores de mercado, alterações legais e fatores políticos.

Refira-se, contudo, que o facto de a Companhia não utilizar simplificações no cálculo das provisões técnicas, reduz aquele grau de incerteza.

#### D.2.1. Vida

A tabela seguinte apresenta o valor das provisões técnicas Vida por classe de negócio, incluindo o valor da melhor estimativa, da margem de risco e o valor da aplicação da dedução transitória às provisões técnicas.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Melhor estimativa	Margem de Risco	MTPT	Provisões Técnicas	Provisões Técnicas ano anterior
<b>Seguros ligados a índices e unidades de participação</b>					
Contratos sem opções ou garantias	2.318.811	6.423	0	2.325.234	1.689.144
Contratos com opções ou garantias	93.919	1.039	0	94.958	2.032
<b>Capitalização</b>					
Contratos com participação nos resultados	1.402.336	12.490	-105.496	1.309.330	1.690.621
Contratos sem participação nos resultados	5.306.079	8.371	-148.280	5.166.170	6.272.470
<b>Risco</b>					
Contratos com participação nos resultados	19.459	202	0	19.661	34.186
Contratos sem participação nos resultados	-309.349	106.618	0	-202.731	-309.551
<b>Rendas</b>					
Contratos com participação nos resultados	91.313	4.740	0	96.053	119.730
Contratos sem participação nos resultados	94.245	3.676	0	97.921	114.729
<b>Resseguro aceite</b>					
Resseguro aceite	653	0	0	653	656
<b>Total</b>	<b>9.017.466</b>	<b>143.559</b>	<b>-253.776</b>	<b>8.907.249</b>	<b>9.614.017</b>

As provisões técnicas Vida resultam da soma do valor da melhor estimativa e da margem de risco deduzida da medida transitória das provisões técnicas (MTPT).

A melhor estimativa corresponde ao valor atual dos *cash-flows* futuros projetados relativos aos contratos de seguro, incluindo prémios, sinistros, comissões e despesas, descontados à curva de taxas de juro de referência (ver ponto D.2.6). Na determinação do valor temporal das opções e garantias foram usadas técnicas estocásticas.

Para projeção dos *cash-flows* futuros são aplicadas probabilidades de ocorrência de eventos baseadas na análise histórica dos mesmos na carteira da Companhia, nomeadamente de mortalidade, invalidez, sobrevivência, descontinuidade, despesas e inflação.

A margem de risco é calculada usando a fórmula referida no n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, ou seja, usando o método do custo de capital com uma taxa de 6%.

Para efeitos desse método o capital corresponde ao requisito de capital de solvência dos Riscos de Subscrição Vida, Operacional e de Contraparte (na parte correspondente ao negócio Vida), alocado por linha de negócio.

O valor da melhor estimativa resulta da soma da provisão para sinistros e do valor da melhor estimativa de *cash-flows* futuros das apólices em carteira.

O valor das provisões para sinistros corresponde ao valor reportado nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2022, já que o prazo médio de pagamento é muito reduzido pelo que a redução provocada pelo efeito desconto seria residual.

Todos os *cash-flows* do passivo assentam no conceito de valor esperado, na medida em que têm associados probabilidades de ocorrência dos eventos a que estão sujeitos. Estas probabilidades constituem as bases técnicas de segunda ordem, sendo, por isso, aquele valor esperado a melhor estimativa da Companhia, o qual foi objeto de uma análise histórica de vários anos.

A determinação dos rendimentos para cálculo das participações nos resultados, incluídas nas estimativas de sinistros, foi feita com base nos ativos em carteira em 31 de dezembro de 2022 e nas suas valias potenciais nessa data. Para o efeito, efetuou-se uma projeção "*risk neutral*", em que os diferentes títulos rendiam à curva das taxas de juro de referência (ver ponto D.2.6), adicionado do reconhecimento das valias potenciais a essa data.

Assim, no caso dos títulos de rendimento fixo, para a determinação dos *cash-flows* foram calculadas probabilidades de *default* de forma que o valor atual desses *cash-flows*, descontados à curva de referência, fosse igual ao valor de mercado.

O cálculo da participação nos resultados foi efetuado com base na percentagem mínima de atribuição, definida contratualmente.

Nos seguros com risco demográfico, o cálculo da participação nos resultados incidiu sobre os resultados técnico e financeiro, sendo a sua distribuição feita por pagamento em numerário. No caso dos seguros de rendas, o cálculo da participação nos resultados provém também dos resultados técnico e financeiro, sendo a sua atribuição feita por aumento das rendas futuras. Nos produtos de capitalização, o cálculo da participação nos resultados incidiu sobre os resultados financeiros, sendo a sua afetação feita por acréscimo da provisão matemática, com o consequente aumento dos capitais seguros, ou seja, incremento dos montantes pagos nos vencimentos, resgates ou mortes.

Na determinação do valor temporal das opções e garantias utilizou-se o método de *Monte Carlo*.

Nos *unit-linked* sem garantia, a provisão técnica é calculada através da soma da provisão técnica estatutária (correspondente ao valor dos ativos) com as correspondentes provisão para despesas e margem de risco. As provisões para despesas são calculadas através do valor atual da diferença entre as despesas estimadas e os encargos de gestão cobrados ao fundo em cada ano.

Nos *unit-linked* com garantia, a melhor estimativa é apurada através do valor atual da melhor estimativa dos *cash-flows* futuros, vencimentos, resgates, sinistros, comissões, despesas e deduzido de eventuais prémios futuros. No apuramento do *cash-flow* de vencimento é considerado o máximo entre o valor garantido e o valor estimado dos ativos na data de vencimento, sendo estes últimos obtidos com base no seu valor de mercado na data de avaliação, na curva de referência (ver ponto D.2.6) e líquidos dos encargos de gestão dos produtos.

As despesas são estimadas através de custos unitários apurados com base nos custos totais imputados aos *unit-linked* no ano anterior. As comissões são estimadas de acordo com os acordos de distribuição de cada produto. Os *cash-flows* de resgates e morte são estimados com base em probabilidades calculadas de acordo com o histórico da Companhia.

Para o cálculo foram utilizados os seguintes pressupostos:

#### *Decrementos por Morte e por Invalidez*

A análise de mortalidade foi efetuada por classe de produtos, nomeadamente: produtos em caso de morte, em caso de vida e de componente financeira. O risco de invalidez teve tratamento análogo ao risco de morte.

#### *Decrementos por Resgate e Anulação*

Os decrementos por anulação e os decrementos por resgate foram determinados em função da experiência histórica de cada modalidade.

#### *Custos de Gestão Técnicos*

Por se estar em presença da determinação do valor económico do negócio existente, retiraram-se os custos de aquisição à totalidade da despesa imputada ao Ramo Vida, em 31 de dezembro de 2022. Dividiu-se a totalidade das despesas por três classes de produtos distintas: Risco, Rendas (incluindo os produtos de risco tipo funeral) e financeiros (*unit linked* e capitalização).

#### *Prémios*

Nos produtos com risco demográfico consideraram-se todos os prémios futuros, enquanto nos produtos de capitalização assumiu-se que, encontrando-se a apólice em vigor, o tomador cumprirá o plano estabelecido de pagamento de prémios, desde que as condições gerais e particulares do produto assim o permitam e apenas nos cenários em que a taxa de juro de referência (ver ponto D.2.6) seja inferior à taxa técnica do produto. Para os produtos que contratualmente permitem entregas extraordinárias, entrou-se em linha de conta com a média das entregas feitas nos últimos cinco anos.

#### *Comissões*

Os *cash-flows* de comissões foram calculados com base nos acordos de prestação de serviço/comissionamento em vigor na Companhia, definidos nas fichas e notas técnicas das modalidades.

#### *Medidas de gestão futuras*

Com relação às medidas de gestão futuras, admitiu-se que manter-se-á a proporção do *asset mix* da carteira à data da avaliação. Assim, será tendencialmente constante ao longo do tempo a proporção de cada classe de ativos e a estrutura de títulos dentro da mesma, na representação das provisões matemáticas.

#### *Comportamento dos tomadores de seguros*

No que concerne a resgates e anulações o comportamento do tomador de seguro segue o descrito no ponto Decrementos por Resgate e Anulação.

Nos produtos de capitalização o tratamento dos planos de entregas é feito de harmonia com o exposto no ponto Prémios.

#### *Margem de risco*

A margem de risco é calculada usando a fórmula referida no n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, ou seja, usando o método do custo de capital com uma taxa de 6%.

Na tabela seguinte apresenta a comparação da avaliação das provisões técnicas Vida para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Provisões Técnicas	Demonstrações financeiras	Diferença
<b>Seguros ligados a índices e unidades de participação</b>			
Contratos sem opções ou garantias	2.325.234	2.367.314	-42.080
Contratos com opções ou garantias	94.958	99.953	-4.995
<b>Capitalização</b>			
Contratos com participação nos resultados	1.309.330	1.444.778	-135.448
Contratos sem participação nos resultados	5.166.170	5.239.593	-73.423
<b>Risco</b>			
Contratos com participação nos resultados	19.661	21.540	-1.879
Contratos sem participação nos resultados	-202.731	157.530	-360.261
<b>Rendas</b>			
Contratos com participação nos resultados	96.053	71.923	24.130
Contratos sem participação nos resultados	97.921	97.679	242
<b>Resseguro aceite</b>			
Resseguro aceite	653	653	0
<b>Total</b>	<b>8.907.249</b>	<b>9.500.963</b>	<b>-593.714</b>

Nos produtos de risco as diferenças justificam-se essencialmente pelos diferentes limites contratuais usados para efeitos das provisões técnicas nas demonstrações financeiras de um conjunto de contratos vida grupo temporário anual renovável (TAR), conforme descrito no ponto D.5.1.. Esta alteração aos limites contratuais provoca um impacto positivo no rácio de cobertura do requisito de capital de solvência da Companhia de cerca de 5,48 p.p..

As diferenças apresentadas na classe dos *Index-linked and unit-linked insurance* provêm do valor atual da diferença entre os custos de gestão técnicos estimados e os encargos de gestão futuros.

Para os produtos de capitalização, com e sem participação nos resultados, as diferenças resultam, por um lado, da aplicação da medida transitória de provisões técnicas e, por outro, da diferença entre as taxas garantidas aos clientes e as taxas constantes na curva das taxas de juro de referência (ver ponto D.2.6.).

## D.2.2. Não Vida

A tabela seguinte apresenta o valor das provisões técnicas Não Vida por classe de negócio, incluindo o valor da melhor estimativa e da margem de risco.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Melhor estimativa	Margem de Risco	Provisões Técnicas	Provisões Técnicas ano anterior
Seguro RC automóvel	361.658	8.377	370.035	377.411
Outros seguros de veículos motorizados	82.060	3.722	85.782	73.035
Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	4.226	449	4.675	6.422
Seguro incêndio e outros danos	211.816	3.583	215.399	210.599
Seguro RC geral	152.592	2.350	154.942	135.043
Seguro crédito e caução	347	18	365	317
Seguro proteção jurídica	380	21	401	466
Assistência	-2.369	126	-2.243	-1.737
Perdas pecuniárias diversas	19.706	1.218	20.924	18.009
Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>830.416</b>	<b>19.864</b>	<b>850.280</b>	<b>819.565</b>

As provisões técnicas Não Vida resultam da adição do valor da melhor estimativa das provisões para sinistros e para prémios e da margem de risco.

A melhor estimativa das provisões corresponde ao valor atual dos *cash-flows* futuros projetados relativos aos contratos de seguro, incluindo prémios, sinistros, comissões e despesas, descontados utilizando a curva de taxas de juro de referência (ver ponto D.2.6.).

Para projeção dos *cash-flows* futuros são aplicadas probabilidades de ocorrência de eventos baseadas na análise histórica dos mesmos na carteira da Companhia, nomeadamente de sinistros, descontinuidade, despesas e inflação.

A margem de risco é calculada usando a fórmula referida no n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, ou seja, usando o método do custo de capital com uma taxa de 6%.

Para efeitos desse método o capital corresponde ao requisito de capital de solvência dos Riscos de Subscrição Não Vida, Operacional e de Contraparte (na parte correspondente ao negócio Não Vida), alocado por linha de negócio.

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação das provisões técnicas Não Vida para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras:



Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Provisões Técnicas	Demonstrações financeiras	Diferença
Seguro RC automóvel	370.035	445.361	-75.326
Outros seguros de veículos motorizados	85.782	118.127	-32.345
Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	4.675	10.671	-5.996
Seguro incêndio e outros danos	215.399	299.716	-84.317
Seguro RC geral	154.942	202.079	-47.137
Seguro crédito e caução	365	342	23
Seguro proteção jurídica	401	3.179	-2.778
Assistência	-2.243	21.121	-23.364
Perdas pecuniárias diversas	20.924	26.365	-5.441
Resseguro não proporcional aceite	0	0	0
Outras provisões técnicas	0	35.173	-35.173
<b>Total</b>	<b>850.280</b>	<b>1.162.134</b>	<b>-311.854</b>

As principais diferenças identificadas decorrem de:

- As provisões calculadas com base em princípios económicos incluem a estimativa de reembolsos associados, enquanto as provisões contabilísticas apresentadas são brutas de reembolsos conforme já referido anteriormente no parágrafo designado por 'valores a receber de operações de seguro e mediadores' do ponto D.1.3.;
- Uma política de provisionamento prudente, associada a uma boa gestão e acompanhamento dos sinistros;
- As provisões estatutárias refletem:
  - Provisões para prémios e para riscos em curso, cuja metodologia de cálculo diverge da metodologia aplicada para obtenção da provisão para prémios no âmbito de Solvência II;
  - A estimativa de montantes a pagar não descontados.

A rubrica "Outras provisões técnicas", apenas presente nas demonstrações financeiras com o valor de 32.961 m€, corresponde maioritariamente a montantes afetos à provisão para desvios de sinistralidade.

#### D.2.3. Saúde – SLT

A tabela seguinte apresenta o valor das provisões técnicas Saúde-SLT por classe de negócio, incluindo o valor da melhor estimativa, da margem de risco e o valor da aplicação da dedução transitória às provisões técnicas:

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Melhor estimativa	Margem de Risco	MTPT	Provisões Técnicas	Provisões Técnicas ano anterior
<b>Seguro de doença (seguro direto)</b>					
Contratos sem opções ou garantias	0	0	0	0	0
Contratos com opções ou garantias	0	0	0	0	0
<b>Seguro de doença (resseguro aceite)</b>					
Seguro de doença (resseguro aceite)	0	0	0	0	0
<b>Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida</b>					
relacionadas com responsabilidades de seguro de acidentes e doença	1.011.214	83.881	-197.602	897.493	1.151.547
relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.011.214</b>	<b>83.881</b>	<b>-197.602</b>	<b>897.493</b>	<b>1.151.547</b>

As provisões técnicas Saúde – SLT resultam da adição do valor da melhor estimativa das provisões para sinistros e da margem de risco, ajustada pela medida transitória das provisões técnicas (MTPT).

A melhor estimativa das provisões corresponde ao valor atual dos *cash-flows* futuros projetados relativos aos contratos de seguro, incluindo sinistros e despesas, descontados utilizando a curva de taxas de juro de referência (ver ponto D.2.6.).

Para projeção dos *cash-flows* futuros são aplicadas probabilidades de ocorrência de eventos baseadas na análise histórica dos mesmos na carteira da Companhia, nomeadamente de sobrevivência, despesas e inflação.

A margem de risco é calculada usando a fórmula referida no n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, ou seja, usando o método do custo de capital com uma taxa de 6%.

Para efeitos desse método o capital corresponde ao requisito de capital de solvência dos Riscos de Subscrição Saúde – SLT e Operacional (na parte correspondente ao negócio Saúde – SLT).

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação das provisões técnicas Saúde-SLT para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Provisões Técnicas	Demonstrações financeiras	Diferença
<b>Seguro de doença (seguro direto)</b>			
Contratos sem opções ou garantias	0	0	0
Contratos com opções ou garantias	0	0	0
<b>Seguro de doença (resseguro aceite)</b>			
Seguro de doença (resseguro aceite)	0	0	0
<b>Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida</b>			
relacionadas com responsabilidades de seguro de acidentes e doença	897.493	962.244	-64.751
relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	0	0	0
<b>Total</b>	<b>897.493</b>	<b>962.244</b>	<b>-64.751</b>

Tendo em atenção a aplicação do ajustamento da medida transitória das provisões técnicas o impacto da reavaliação de provisões decorre fundamentalmente da evolução da estrutura de taxas de juro referida no ponto D.2.6..

#### D.2.4. Saúde – NSLT

A tabela seguinte apresenta o valor das provisões técnicas Saúde-NSLT por classe de negócio, incluindo o valor da melhor estimativa e da margem de risco.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Melhor estimativa	Margem de Risco	Provisões Técnicas	Provisões Técnicas ano anterior
Seguros despesas médicas	103.168	389	<b>103.557</b>	<b>85.839</b>
Seguros proteção de rendimentos	52.717	1.376	<b>54.093</b>	<b>44.048</b>
Seguros acidentes trabalho	73.172	4.661	<b>77.833</b>	<b>92.518</b>
<b>Total</b>	<b>229.057</b>	<b>6.426</b>	<b>235.483</b>	<b>222.405</b>

As provisões técnicas Saúde – NSLT resultam da adição do valor da melhor estimativa das provisões para sinistros e para prémios e da margem de risco.

A melhor estimativa das provisões corresponde ao valor atual dos *cash-flows* futuros projetados relativos aos contratos de seguro, incluindo prémios, sinistros, comissões e despesas, descontados utilizando a curva de taxas de juro de referência (ver ponto D.2.6.).

Para projeção dos *cash-flows* futuros são aplicadas probabilidades de ocorrência de eventos baseadas na análise histórica dos mesmos na carteira da Companhia, nomeadamente de sinistros, descontinuidade, despesas e inflação.

A margem de risco é calculada usando a fórmula referida no n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, ou seja, usando o método do custo de capital com uma taxa de 6%.

Para efeitos desse método o capital corresponde ao requisito de capital de solvência dos Riscos de Subscrição Saúde - NSLT, Operacional e de Contraparte (na parte correspondente ao negócio Saúde - NSLT), alocado por linha de negócio.

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação das provisões técnicas Saúde-NSLT para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Provisões Técnicas	Demonstrações financeiras	Diferença
Seguros despesas médicas	103.557	131.233	-27.676
Seguros proteção de rendimentos	54.093	59.566	-5.473
Seguros acidentes trabalho	77.833	92.561	-14.728
<b>Total</b>	<b>235.483</b>	<b>283.360</b>	<b>-47.877</b>

As principais diferenças identificadas entre os montantes das provisões contabilísticas e as provisões calculadas com base em princípios económicos decorrem de:

- As provisões calculadas com base em princípios económicos incluem a estimativa de reembolsos associada, enquanto as provisões contabilísticas apresentadas são brutas de reembolsos, conforme já referido anteriormente no parágrafo designado por 'valores a receber de operações de seguro e mediadores' do ponto D.1.3.;
- Uma política de provisionamento prudente associada a uma boa gestão e acompanhamento dos sinistros;
- As provisões estatutárias refletem:
  - Provisões para prémios e para riscos em curso, cuja metodologia de cálculo diverge da metodologia aplicada para obtenção da provisão para prémios no âmbito solvência II;
  - A estimativa de montantes a pagar não descontados.

#### D.2.5. Taxa de inflação

Para o apuramento da melhor estimativa, é utilizado o índice de preços harmonizados, projetado a três anos, divulgado em dezembro de 2022 pelo Banco de Portugal.

Nas projeções da melhor estimativa, considerou-se 5,8% em 2023, 3,3% em 2024 e 2,1% nos anos subseqüentes.

#### D.2.6. Taxas de juro de referência

Na avaliação das provisões técnicas, a Companhia utilizou as estruturas pertinentes das taxas de juro sem risco estabelecidas no Regulamento de Execução (UE) 2023/266 da Comissão, de 9 de fevereiro de 2023 sem o ajustamento de volatilidade.

### D.3. Outras responsabilidades

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação de outros passivos para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras:

Valores em milhares de euros

Passivo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Passivos contingentes	0	0	0	0
Provisões que não provisões técnicas	35.452	35.452	0	67.560
Obrigações a título de prestações de pensão	6.053	6.053	0	88
Depósitos de resseguradores	149.623	149.623	0	130.147
Passivos por impostos diferidos	420.404	126.189	294.215	326.019
Derivados	167.770	169.257	-1.487	312.627
Dívidas a instituições de crédito	0	0	0	0
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	34.854	23.542	11.312	26.756
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	103.968	110.794	-6.826	98.251
Valores a pagar a título de operações de resseguro	91.905	99.287	-7.382	78.713
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	64.467	64.467	0	111.469
Passivos subordinados	462.590	502.164	-39.574	515.360
Quaisquer outros passivos não incluídos noutras elementos do balanço	189.936	130.100	59.836	142.367
<b>Total</b>	<b>1.727.022</b>	<b>1.416.928</b>	<b>310.094</b>	<b>1.809.357</b>

As outras responsabilidades encontram-se avaliadas nas demonstrações financeiras, de uma forma genérica, ao justo valor. Situações particulares em que tal não ocorre descrevem-se de seguida.

As diferenças, por classe de passivos, são as seguintes:

#### *Passivos por impostos diferidos*

A diferença resulta da aplicação da taxa de imposto aos ganhos com diferenças temporárias tributáveis implícitas no balanço para efeitos de solvência, ou seja, após os ajustamentos com impacto positivo nos fundos próprios.

#### *Derivados*

O ajustamento de Solvência II presente nesta rubrica é justificado com a reavaliação feita para capturar a totalidade dos impactos económicos no Balanço de Solvência II, relativos à opção de compra/venda existente sobre 12,1% do capital da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros S.A. (anteriormente denominada Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.), estando estes impactos a ser capturados noutras rubricas do balanço nomeadamente "Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações" e "Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito".

#### *Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito*

O ajustamento de Solvência II presente nesta rubrica é justificado com a reavaliação feita para capturar a totalidade dos impactos económicos no Balanço de Solvência II, relativos à opção de compra/venda existente sobre 12,1% do capital da Fidelidade Moçambique – Companhia de Seguros S.A. (anteriormente denominada Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.), estando estes impactos a ser capturados noutras rubricas do balanço nomeadamente "Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações" e "derivados".

*Valores a pagar de operações de seguro e mediadores*

A diferença relaciona-se com valores a pagar por reembolsos de montantes pagos em sinistros. Este montante encontra-se considerado nas provisões técnicas Não Vida, visto a sua avaliação, para efeitos de solvência, ter sido efetuada líquida destes valores a receber.

*Valores a pagar a título de operações de resseguro*

A diferença relaciona-se com valores a pagar de resseguro cedido ou aceite, referentes a reembolsos de montantes pagos em sinistros de seguro direto. Para efeitos de solvência estes valores a pagar estão incluídos nas provisões técnicas de não vida, cuja avaliação foi efetuada líquida dos mesmos.

*Passivos subordinados*

A diferença resulta de, em Solvência II, os passivos subordinados serem valorizados ao justo valor, enquanto que nas demonstrações financeiras, os mesmos foram inicialmente reconhecidos ao justo valor (menos os custos de transação diretamente atribuíveis) e mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

*Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço*

Resulta da diferença, quando negativa, entre os saldos das contas à ordem relacionadas com os contratos de futuros e as componentes relativas, quer à valorização dos contratos ainda não vencidos (registadas na rubrica “Derivados”), quer à margem inicial (colateral), que na avaliação para efeitos de demonstrações financeiras foram consideradas na rubrica “Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos de balanço”, e os “Depósitos à ordem” com saldos negativos que na avaliação para efeitos da demonstração financeira foram considerados na rubrica “Caixa e equivalente de caixa”.

---

#### D.4. Métodos alternativos de avaliação

Conforme referido no ponto D.1.1. do presente relatório, a Companhia não efetua valorizações dos seus ativos a partir de modelos financeiros.

---

#### D.5. Eventuais informações adicionais

##### D.5.1. Alteração dos limites contratuais dos contratos de seguro temporário anual renovável

No cálculo da melhor estimativa das responsabilidades Vida relativas a contratos de seguro vida temporários anuais renováveis (TAR) a fronteira contratual considerada é a data da próxima renovação exceto para os contratos em que a Companhia renunciou, de forma comprovada, ao direito unilateral de rescindir o contrato e de rejeitar ou de alterar as tarifas vigentes.

Para os contratos, ligados a crédito à habitação, a Companhia considerou que a respetiva fronteira contratual, para efeitos de avaliação das respetivas provisões técnicas, corresponde ao termo do prazo contratado para o crédito à habitação associado a cada adesão e sem termo do prazo para os contratos e para os contratos com as coberturas de “Organização e Despesas do Serviço de Funeral” e de “Adequação do serviço fúnebre a Jazigo, Gavetão ou Sepultura Perpétua”, tomando

em consideração as probabilidades de descontinuidade. Muito embora o tratado de resseguro associado aos contratos ligados a crédito à habitação tenha uma duração anual, a Companhia assumiu no cálculo dos recuperáveis de resseguro, conforme entendimento da ASF, um limite temporal consistente com os limites contratos de seguro aos quais dizem respeito.

#### D.5.2. Aplicação da dedução transitória às provisões técnicas

A Companhia aplicou, ao abrigo do artigo 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a dedução transitória às provisões técnicas das responsabilidades de natureza vida, ao nível dos seguintes grupos de risco homogêneos:

- Produtos de capitalização, com e sem participação nos resultados;
- Saúde – SLT, relacionado com responsabilidades de contratos de seguro de acidentes de trabalho.

A ASF determinou que em 2019 se deveria efetuar o recálculo da dedução transitória às provisões técnicas, com base na informação relativa a 31 de dezembro de 2018, devendo a redução decorrente desse recálculo (se superior à redução gradual normal) ser reportada ao primeiro dia de 2019.

Neste sentido, a tabela seguinte, contém os respetivos montantes das provisões técnicas brutas e dos recuperáveis de resseguro para efeitos de solvência, com data de referência a 1/1/2019<sup>7</sup>, quer das demonstrações financeiras, com data de referência a 31 de dezembro de 2018, bem assim, como o montante da dedução transitória aplicado.

Valores em milhares de euros

Classes de negócio/ Grupos Homogêneos de Risco	Provisões Técnicas Brutas			Recuperáveis de Resseguro		Dedução Transitória
	Demonstrações Financeiras	Solvência II		Demonstrações Financeiras	Solvência II	
		Melhor Estimativa	Margem de Risco			
29 e 33 Responsabilidades de seguros vida - Saúde – SLT	699.747	881.404	75.225	0	0	256.882
30 Responsabilidades de seguros vida - Seguro com participação nos resultados - Produtos de capitalização	1.254.522	1.382.107	9.559	0	0	137.145
32 Responsabilidades de seguros vida - Outras responsabilidades de natureza vida - Produtos de capitalização	5.087.284	5.268.160	11.889	0	0	192.764
<b>Total</b>	<b>7.041.553</b>	<b>7.531.671</b>	<b>96.673</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>586.791</b>

Conforme previsto no artigo 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a Companhia efetuou o decréscimo da dedução transitória às provisões técnicas no primeiro dia de 2022, apresentando-se no quadro seguinte o valor daquela dedução em 31 de dezembro de 2022.

Valores em milhares de euros

Classes de negócio/ Grupos Homogêneos de Risco	Dedução Transitória		
	Recálculo 1/1/2019	Decréscimo anual	Valor em 31/12/2022
29 e 33 Responsabilidades de seguros vida - Saúde – SLT	256.882	-19.760	<b>197.602</b>
30 Responsabilidades de seguros vida - Seguro com participação nos resultados - Produtos de capitalização	137.145	-10.550	<b>105.496</b>

<sup>7</sup> Nos termos do n.º 5 do artigo 25.º, da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, a ASF solicitou o recálculo da dedução transitória a todas as empresas de seguros abrangidas pelo regime transitório, devendo ser considerada como base para o recálculo a informação referente a 31 de dezembro de 2018 e com data efeito o dia 1 de janeiro de 2019.

32	Responsabilidades de seguros vida - Outras responsabilidades de natureza vida - Produtos de capitalização	192.764	-14.828	<b>148.280</b>
<b>Total</b>		<b>586.791</b>	<b>-45.138</b>	<b>451.378</b>

No quadro seguinte apresenta-se uma quantificação do impacto da não aplicação desta dedução transitória na situação financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2022, nomeadamente, sobre o montante das provisões técnicas, o requisito de capital de solvência, o requisito de capital mínimo, os fundos próprios de base e os montantes de fundos próprios elegíveis para satisfazer o requisito de capital mínimo e o requisito de capital de solvência.

Valores em milhares de euros

	Medida transitória aplicável às provisões técnicas		
	Montante com a medida transitória	Montante sem a medida transitória	Impacto da medida transitória
<b>Provisões técnicas</b>	<b>10.890.505</b>	<b>11.341.883</b>	<b>-451.378</b>
<b>Fundos próprios de base</b>			
Excedente do ativo sobre o passivo	2.582.115	2.272.921	309.194
<b>Fundos próprios elegíveis para cumprimento do SCR</b>	<b>3.044.556</b>	<b>2.735.362</b>	<b>309.194</b>
<b>Requisito de Capital de Solvência (SCR)</b>	<b>1.442.830</b>	<b>1.448.937</b>	<b>-6.107</b>
<b>Rácio de cobertura do SCR</b>	<b>211,01%</b>	<b>188,78%</b>	
<b>Fundos próprios elegíveis para cumprimento do MCR</b>	<b>2.635.419</b>	<b>2.185.277</b>	<b>450.142</b>
<b>Requisito de Capital Mínimo (MCR)</b>	<b>389.758</b>	<b>395.940</b>	<b>-6.182</b>
<b>Rácio de cobertura do MCR</b>	<b>676,17%</b>	<b>551,92%</b>	

O impacto do decréscimo anual da dedução transitória às provisões técnicas no primeiro dia de 2023, é de aproximadamente 0,41% do montante total das provisões técnicas da Companhia e 2,14 p.p. do seu SCR, pelo que os efeitos sobre a posição de solvência são imateriais.

# E. Gestão de Capital



Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram alterações significativas relacionadas com os objetivos, as políticas e os processos adotados pela Companhia na gestão dos seus fundos próprios.

As variações ocorridas em 2022, quer nos fundos próprios da Companhia, quer no seu requisito de capital de solvência, encontram-se explicadas ao longo do presente capítulo.

## E.1. Fundos próprios

### E.1.1. Gestão dos fundos próprios

O novo regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora exige que as empresas de seguros possuam um sistema eficaz de gestão de riscos.

Neste sentido, a autoavaliação do risco e da solvência, normalmente identificada pelo acrónimo ORSA (*Own Risk and Solvency Assessment*), é considerada o elemento central deste sistema ao relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela empresa de seguros.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico da Companhia (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital da Companhia, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

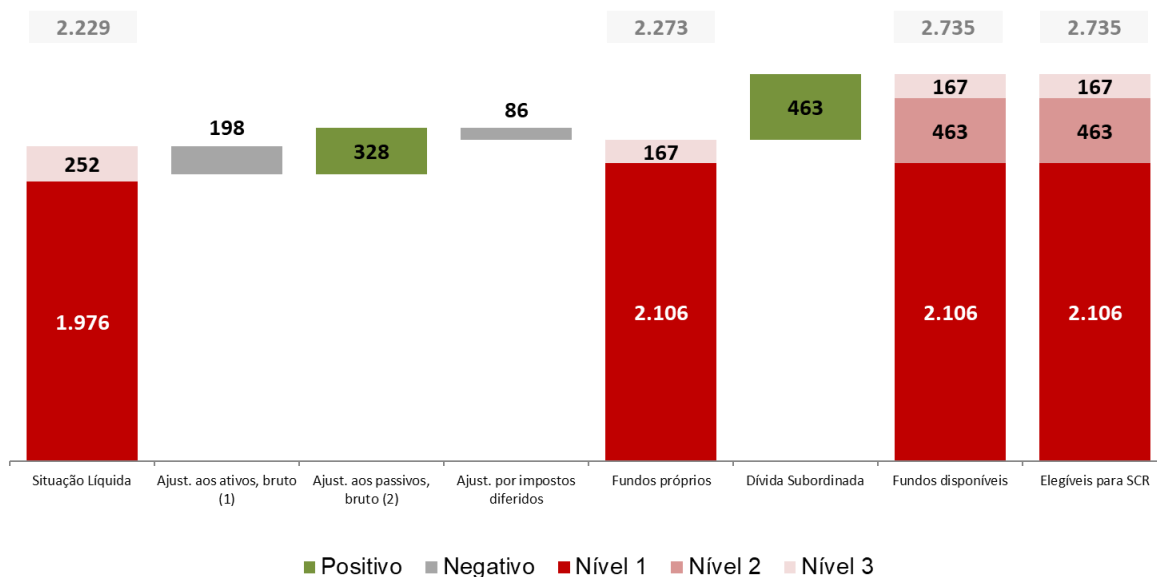
### E.1.2. Estrutura, montante e qualidade dos fundos próprios

Apresenta-se no quadro seguinte, a comparação dos capitais próprios, tal como constam nas demonstrações financeiras da Companhia, e o excesso do ativo sobre o passivo calculado para efeitos de solvência.

Valores em milhares de euros

	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Ativos	15.199.642	15.554.451	-354.809	16.529.681
Provisões Técnicas	10.890.505	11.908.701	-1.018.196	11.807.534
Outras responsabilidades	1.727.022	1.416.928	310.094	1.809.357
<b>Excedente do ativo sobre o passivo</b>	<b>2.582.115</b>	<b>2.228.822</b>	<b>353.293</b>	<b>2.912.790</b>

A diferença encontra-se justificada no gráfico seguinte em milhões de euros.



- (1) Impacto nos Fundos Próprios resultante da diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico dos ativos  
 (2) Impacto nos Fundos Próprios resultante da diferença entre o justo valor mais a margem de risco e a medida transitória aplicável às provisões técnicas, e o valor contabilístico dos passivos (líquido de resseguro, custo de aquisição diferidos e reembolsos de montantes pagos em sinistros)

No quadro seguinte, apresenta-se informação sobre a estrutura, montante e qualidade dos fundos próprios de base e dos fundos próprios complementares, em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

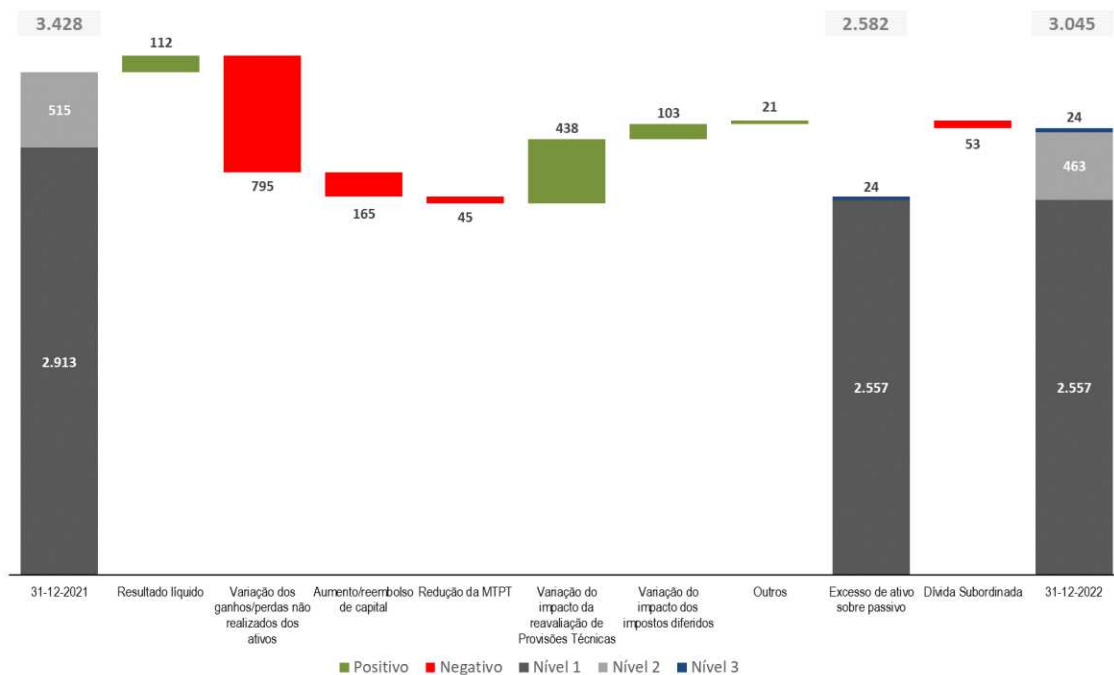
Valores em milhares de euros

Fundos Próprios - Estrutura		Montante	Nível	Montante ano anterior	Nível ano anterior
Fundos próprios de base	Capital em ações ordinárias (sem dedução das ações próprias)	509.264	1	509.264	1
	Conta de prémios de emissão relacionados com o capital em ações ordinárias	382.666	1	382.666	1
	Fundos iniciais, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e sociedades sob a forma mútua	0		0	
	Contas subordinadas dos membros de mútuas	0		0	
	Fundos excedentários	0		0	
	Ações preferenciais	0		0	
	Conta de prémios de emissão relacionados com ações preferenciais	0		0	
	Reserva de reconciliação	1.665.537	1	1.855.734	1
	Passivos subordinados	462.590	2	515.360	2
	Montante igual ao valor líquido dos ativos por impostos diferidos	24.499	3	0	
	Outros elementos dos fundos próprios aprovados pela autoridade de supervisão como fundos próprios de base, não especificados acima	0		164.977	1
	Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II	0		0	
	Deduções por participações em instituições financeiras e instituições de crédito	0		0	
	<b>Total dos fundos próprios de base</b>	<b>3.044.556</b>		<b>3.428.001</b>	

Valores em milhares de euros

Fundos Próprios - Estrutura		Montante	Nível	Montante ano anterior	Nível ano anterior
Fundos próprios complementares	Capital não realizado e não mobilizado em ações ordinárias, mobilizáveis mediante pedido	0		0	0
	Fundos iniciais não realizados e não mobilizados, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e as sociedades sob a forma mútua, mobilizáveis mediante pedido	0		0	0
	Ações preferenciais não realizadas e não mobilizadas, mobilizáveis mediante pedido	0		0	0
	Um compromisso juridicamente vinculativo de subscrição e pagamento dos passivos subordinados mediante pedido	0		0	0
	Cartas de crédito e garantias nos termos do artigo 96.o, n. 2, da Diretiva 2009/138/CE	0		0	0
	Cartas de crédito e garantias não abrangidas pelo artigo 96.o, n. 2, da Diretiva 2009/138/CE	0		0	0
	Reforços de quotização dos membros nos termos do artigo 96.o, n. 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	0		0	0
	Reforços de quotização dos membros — não abrangidos pelo artigo 96.o, n. 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	0		0	0
	Outros fundos próprios complementares	0		0	0
	<b>Total dos fundos próprios complementares</b>	<b>0</b>		<b>0</b>	
<b>Total dos fundos próprios disponíveis</b>	<b>3.044.556</b>		<b>3.428.001</b>		
Ações próprias (detidas direta e indiretamente)	149		149		
<b>Excedente do ativo sobre o passivo</b>	<b>3.044.705</b>		<b>3.428.150</b>		

O gráfico seguinte apresenta em milhões de euros, as principais alterações nos fundos próprios disponíveis da Companhia durante o período abrangido pelo presente relatório:



Os montantes disponíveis e elegíveis dos fundos próprios para satisfazer o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito mínimo de capital (MCR), classificados por níveis, relativos a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, encontram-se no quadro seguinte:

Valores em milhares de euros

	Fundos próprios disponíveis para satisfazer				Fundos próprios elegíveis para satisfazer			
	SCR	SCR ano anterior	MCR	MCR ano anterior	SCR	SCR ano anterior	MCR	MCR ano anterior
Nível 1	2.557.467	2.912.641	2.557.467	2.912.641	2.557.467	2.912.641	2.557.467	2.912.641
Nível 2	462.590	515.360	462.590	515.360	462.590	515.360	77.952	83.557
Nível 3	24.499	0	0	0	24.499	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3.044.556</b>	<b>3.428.001</b>	<b>3.020.057</b>	<b>3.428.001</b>	<b>3.044.556</b>	<b>3.428.001</b>	<b>2.635.419</b>	<b>2.996.198</b>

Não foi identificada qualquer restrição que afete a disponibilidade e a transferibilidade dos fundos próprios na empresa.

## E.2. Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo

Para o cálculo do requisito de capital de solvência, a Companhia aplica a fórmula-padrão prevista nos artigos 119.º a 129.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, não utilizando cálculos simplificados nem parâmetros específicos da empresa.

O cálculo do requisito de capital mínimo foi efetuado de acordo com o previsto no artigo 147.º daquele Regime.

Apresenta-se, de seguida, informação sobre o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR), bem como o respetivo rácio de cobertura, relativos a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Valores em milhares de euros

	Requisitos de Capital	Requisitos de Capital ano anterior	Rácio de Cobertura	Rácio de Cobertura ano anterior
<b>SCR</b>	1.442.830	1.620.470	211,01%	211,54%
<b>MCR</b>	389.758	417.785	676,17%	717,16%

No quadro seguinte apresenta-se a decomposição do SCR por módulos de risco, com a referência a 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, focando, nomeadamente, a composição do BSCR e os ajustamentos para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas e dos impostos diferidos.

Valores em milhares de euros

	Decomposição do SCR	Decomposição do SCR ano anterior
Risco de mercado	1.255.566	1.412.952
Risco de incumprimento pela contraparte	187.340	214.406
Risco específico dos seguros de vida	319.746	375.438
Risco específico dos seguros de acidentes e doença	191.420	209.762
Risco específico dos seguros não-vida	245.928	234.699
Diversificação	-609.919	-668.048
Risco de ativos intangíveis	0	0
<b>Requisito de Capital de Solvência de Base</b>	<b>1.590.081</b>	<b>1.779.209</b>
Risco operacional	90.771	93.618
Capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas	-2.904	-1.745
Capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos	-235.118	-250.612
<b>Requisito de Capital de Solvência</b>	<b>1.442.830</b>	<b>1.620.470</b>

As informações relativas às principais alterações ao requisito de capital de solvência no período abrangido pelo presente relatório, bem como os motivos dessas alterações, encontram-se incluídas no Capítulo C.

### E.3. Utilização do submódulo de risco acionista baseado na duração para calcular o requisito de capital de solvência

A Companhia não utiliza o submódulo de risco acionista baseado na duração, previsto no n.º 5 do artigo 125.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

### E.4. Diferenças entre a fórmula-padrão e qualquer modelo interno utilizado

Conforme referido, a Companhia utiliza a fórmula-padrão, não aplicando qualquer modelo interno.

### E.5. Incumprimento do requisito de capital mínimo e incumprimento do requisito de capital de solvência

Não ocorreu qualquer incumprimento do requisito de capital mínimo ou do requisito de capital de solvência durante o período abrangido pelo presente relatório.

---

## E.6. Informações relativas aos impostos diferidos

A Companhia reconhece no seu balanço de Solvência em 2022 o montante de 444.903.094 euros relativo a ativos por impostos diferidos.

Este montante corresponde na sua totalidade a ativos por impostos diferidos reconhecidos com base na existência de diferenças temporárias dedutíveis. A Companhia não reconheceu ativos por impostos diferidos passíveis de serem utilizados em função dos prováveis lucros tributáveis futuros.

Existem elementos dos fundos próprios de base disponíveis referentes a ativos líquidos por impostos diferidos no montante de 24.499 mil euros.

---

## E.7. Eventuais informações adicionais

### E.7.1. Medida transitória sobre o risco acionista

A Companhia não aplicou o regime transitório aplicável ao risco acionista previsto nos números 2 e 3 do artigo 20.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

### E.7.2. Contratos de futuros, *Forward* e *Swaps*

O cálculo dos requisitos de capital do submódulo de risco cambial incorpora o efeito da cobertura da exposição cambial dos ativos em carteira denominados em dólar americano (USD), dólar de Hong Kong (HKD) e libra esterlina (GBP), através do recurso a contratos de futuros, *forward* cambiais e *swaps* cambiais e dos ativos denominados em iene (JPY) e francos suíços (CHF) através de contratos *forward* cambiais.

A exposição às contrapartes com as quais a cobertura referida acima é efetuada também é tida em conta no módulo de risco de incumprimento pela contraparte.

### E.7.3. Informações suplementares facultativas

A Companhia continua a monitorizar o conflito na Ucrânia, e reagirá ativamente a possíveis impactos no seu rácio de solvência.

# Anexos

## Anexo - Informação quantitativa\*

---

\* Valores apresentados em milhares de euros



S.02.01.02  
Balançaço

Valor  
Solvência II  
C0010

ATIVOS		
Goodwill	R0010	
Custos de aquisição diferidos	R0020	
Ativos intangíveis	R0030	0
Ativos por impostos diferidos	R0040	444.903
Excedente de prestações de pensão	R0050	25.212
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	R0060	70.904
Investimentos (que não ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação)	R0070	11.276.610
Imóveis (que não para uso próprio)	R0080	31.903
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	R0090	2.997.809
Títulos de fundos próprios	R0100	375.944
Ações — cotadas em bolsa	R0110	374.852
Ações — não cotadas em bolsa	R0120	1.092
Obrigações	R0130	6.817.508
Obrigações de dívida pública	R0140	2.439.393
Obrigações de empresas	R0150	4.211.843
Títulos de dívida estruturados	R0160	166.272
Títulos de dívida garantidos com colateral	R0170	0
Organismos de investimento coletivo	R0180	800.971
Derivados	R0190	112.128
Depósitos que não equivalentes a numerário	R0200	140.346
Outros investimentos	R0210	0
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0220	2.467.147
Empréstimos e hipotecas	R0230	34.047
Empréstimos sobre apólices de seguro	R0240	1.143
Empréstimos e hipotecas a particulares	R0250	0
Outros empréstimos e hipotecas	R0260	32.904
Montantes recuperáveis de contratos de resseguro dos ramos:	R0270	315.967
Não-vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida	R0280	287.286
Não-vida, excluindo seguros de acidentes e doença	R0290	173.252
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida	R0300	114.034
Vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida, excluindo seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0310	28.682
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida	R0320	0
Vida, excluindo seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0330	28.682
Vida, ligado a índices e a unidades de participação	R0340	0
Depósitos em cedentes	R0350	1.200
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	R0360	145.381
Valores a receber a título de operações de resseguro	R0370	17.141
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	R0380	87.719
Ações próprias (detidas diretamente)	R0390	149
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou dos fundos iniciais mobilizados mas ainda não realizados	R0400	0
Caixa e equivalentes de caixa	R0410	217.706
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço	R0420	95.556
<b>ATIVOS TOTAIS</b>	<b>R0500</b>	<b>15.199.642</b>

S.02.01.02  
Balço

Valor  
Solvência II  
C0010

PASSIVOS		
Provisões técnicas — não-vida	R0510	1.085.763
Provisões técnicas — não-vida (excluindo acidentes e doença)	R0520	850.280
PT calculadas no seu todo	R0530	0
Melhor Estimativa	R0540	830.415
Margem de risco	R0550	19.865
Provisões técnicas — acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida)	R0560	235.483
PT calculadas no seu todo	R0570	0
Melhor Estimativa	R0580	229.057
Margem de risco	R0590	6.426
Provisões técnicas — vida (excluindo os seguros ligados a índices e a unidades de participação)	R0600	7.384.550
Provisões técnicas — acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo vida)	R0610	897.493
PT calculadas no seu todo	R0620	0
Melhor Estimativa	R0630	813.612
Margem de risco	R0640	83.881
Provisões técnicas — vida (excluindo os seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação)	R0650	6.487.057
PT calculadas no seu todo	R0660	0
Melhor Estimativa	R0670	6.350.960
Margem de risco	R0680	136.097
Provisões técnicas — contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0690	2.420.192
PT calculadas no seu todo	R0700	2.367.194
Melhor Estimativa	R0710	45.536
Margem de risco	R0720	7.462
Outras provisões técnicas	R0730	
Passivos contingentes	R0740	0
Provisões que não provisões técnicas	R0750	35.452
Obrigações a título de prestações de pensão	R0760	6.053
Depósitos de resseguradores	R0770	149.623
Passivos por impostos diferidos	R0780	420.404
Derivados	R0790	167.769
Dívidas a instituições de crédito	R0800	0
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	R0810	34.854
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	R0820	103.968
Valores a pagar a título de operações de resseguro	R0830	91.904
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	R0840	64.467
Passivos subordinados	R0850	462.590
Passivos subordinados não classificados nos fundos próprios de base (FPB)	R0860	0
Passivos subordinados classificados nos fundos próprios de base (FPB)	R0870	462.590
Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço	R0880	189.935
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>	<b>R0900</b>	<b>12.617.527</b>
<b>EXCEDENTE DO ATIVO SOBRE O PASSIVO</b>	<b>R1000</b>	<b>2.582.115</b>

S.05.01.02

Prémios, sinistros e despesas por classe de negócio

		Classe de negócio: responsabilidades de seguro e de resseguro não-vida (atividade direta e resseguro proporcional aceite)											Classe de negócio: resseguro não proporcional aceite				Total	
		Seguro despesas médicas	Seguro proteção de rendimentos	Seguro acidentes de trabalho	Seguro RC automóvel	Outros seguros de veículos motorizados	Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	Seguro incêndio e outros danos	Seguro RC geral	Seguro crédito e caução	Seguro proteção jurídica	Assistência	Perdas pecuniárias diversas	Acidentes e doença	Acidentes	Marítimo, aviação, transporte		Imobiliário
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120	C0130	C0140	C0150	C0160	C0200
<b>Prémios emitidos</b>																		
Valor bruto - Atividade direta	R0110	420.743	42.505	286.623	294.442	204.535	29.082	337.159	76.248	320	6.549	48.314	42.452					1.788.971
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	R0120	109	42	300	850	448	101	8.239	870				70					11.028
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite	R0130																	
<b>Parte dos resseguradores</b>	R0140	418.219	16.885	9.017	2.479	57	16.996	161.058	41.210	206	5.033	37.612	19.005					727.777
<b>Líquido</b>	R0200	2.633	25.662	277.905	292.812	204.926	12.187	184.340	35.908	114	1.516	10.702	23.517					1.072.222
<b>Prémios adquiridos</b>																		
Valor bruto - Atividade direta	R0210	416.723	37.693	285.055	288.382	195.548	29.004	325.709	65.572	334	6.296	46.724	42.836					1.739.878
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	R0220	109	42	300	850	448	118	6.173	980			1	96					9.117
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite	R0230																	
<b>Parte dos resseguradores</b>	R0240	414.198	12.279	9.017	2.479	59	17.083	153.300	30.057	222	5.033	37.612	19.054					700.394
<b>Líquido</b>	R0300	2.635	25.457	276.338	286.752	195.937	12.039	178.582	36.495	113	1.263	9.112	23.878					1.048.601
<b>Sinistros ocorridos</b>																		
Valor bruto - Atividade direta	R0310	324.429	20.595	97.383	174.724	119.541	6.474	154.175	15.421	-19		-4	15.554					928.272
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	R0320			569	161	-1	-54	6.018	801									7.494
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite	R0330																	
<b>Parte dos resseguradores</b>	R0340	323.141	7.314	1.020	-431	-133	1.637	59.696	8.743			-2	6.589					407.574
<b>Líquido</b>	R0400	1.289	13.281	96.932	175.316	119.673	4.784	100.497	7.479	-19		-2	8.965					528.193
<b>Alterações noutras provisões técnicas</b>																		
Valor bruto - Atividade direta	R0410	445	-138	-299	-4.642	-190	-80	2.106	14.433		-170	25	67					11.557
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	R0420							545	15									560
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite	R0430																	
<b>Parte dos resseguradores</b>	R0440								12.414									12.414
<b>Líquido</b>	R0500	445	-138	-299	-4.642	-190	-80	2.651	2.034		-170	25	67					-297
<b>Despesas efetuadas</b>	R0550	23.131	12.691	73.640	107.009	59.411	3.542	74.297	24.194	64	2.081	13.968	13.295					407.322
<b>Outras despesas</b>	R1200																	62.975
<b>Despesas totais</b>	R1300																	470.297

S.05.01.02  
Prémios, sinistros e  
despesas por classe de  
negócio

	Classe de negócio: Responsabilidades de seguros de vida						Responsabilidades de resseguro de vida		Total
	Seguros de acidentes e doença	Seguros com participação nos resultados	Seguros ligados a índices e unidades de participação	Outros seguros de vida	Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com responsabilidades de seguro de acidentes e doença	Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	Resseguro de acidentes e doença	Resseguro do ramo vida	
	C0210	C0220	C0230	C0240	C0250	C0260	C0270	C0280	C0300
<b>Prémios emitidos</b>									
Valor bruto	R1410	59.046	1.075.232	747.421				394	1.882.092
Parte dos resseguradores	R1420	1.026		27.864					28.890
Líquido	R1500	58.019	1.075.232	719.557				394	1.853.202
<b>Prémios adquiridos</b>									
Valor bruto	R1510	59.074	1.075.232	747.140				394	1.881.840
Parte dos resseguradores	R1520	1.041		27.857					28.898
Líquido	R1600	58.034	1.075.232	719.283				394	1.852.943
<b>Sinistros ocorridos</b>									
Valor bruto	R1610	258.653	117.745	1.661.045	39.178			46	2.076.667
Parte dos resseguradores	R1620	570		13.744					14.314
Líquido	R1700	258.082	117.745	1.647.301	39.178			46	2.062.353
<b>Alterações noutras provisões técnicas</b>									
Valor bruto	R1710	-197.188		1.385					-195.803
Parte dos resseguradores	R1720	-66		2.659					2.593
Líquido	R1800	-197.122		-1.274					-198.396
Despesas efetuadas	R1900	17.585	25.844	100.824	2.154			152	146.559
Outras despesas	R2500								
Despesas totais	R2600								146.559

S.12.01.02  
**Provisões Técnicas Vida e Acidentes e Doença  
 STV**

		Seguros com participação nos resultados		Seguros ligados a índices e unidades de participação		Outros seguros de vida		Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com outras responsabilidades de seguro que não de acidentes e doença	Resseguro aceite	Total (Vida exceto seguros de acidentes e doença, incluindo contratos ligados a unidades de participação)	Seguro de doença (seguro direto)		Anuidades decorrentes de contratos de seguro do ramo não-vida relacionadas com responsabilidades de seguro de acidentes e doença	Seguro de doença (resseguro aceite)	Total (Seguros de doença com bases técnicas semelhantes às dos seguros do ramo vida)	
		C0020	C0030	Contratos sem opções nem garantias	Contratos com opções ou garantias	C0060	Contratos sem opções nem garantias				Contratos com opções ou garantias	C0160				Contratos sem opções nem garantias
<b>Provisões técnicas calculadas como um todo</b>	R0010	0	2.367.194			0		0	0	2.367.194	0		0	0	0	
Total dos Montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte associados às provisões técnicas calculadas no seu todo	R0020	0	0			0		0	0	0	0		0	0	0	
<b>Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR</b>																
<b>Melhor Estimativa</b>																
<b>Melhor Estimativa bruta</b>	R0030	1.513.108		-48.383	93.919		-215.104	5.306.079	0	653	6.650.272	0	0	1.011.214	0	1.011.214
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte	R0080	603		0	0		27.762	0	0	316	28.682	0	0	0	0	0
Melhor estimativa menos montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e resseguro finito — total	R0090	1.512.505		-48.383	93.919		-242.866	5.306.079	0	337	6.621.591	0	0	1.011.214	0	1.011.214
<b>Margem de Risco</b>	R0100	17.432	7.462			118.665			0	0	143.559	0		83.881	0	83.881
<b>Montante das medidas transitórias nas provisões técnicas</b>																
Provisões técnicas calculadas como um todo	R0110	0	0			0			0	0	0	0		0	0	0
Melhor estimativa	R0120	-105.496		0	0		0	-148.280	0	0	-253.776	0	0	-197.602	0	-197.602
Margem de Risco	R0130	0	0			0			0	0	0	0		0	0	0
<b>Provisões Técnicas - Total</b>	R0200	1.425.044	2.420.192	0	0	5.061.360	0	0	653	8.907.249	0	0	0	897.493	0	897.493

**S.17.01.02**
**Provisões Técnicas Não-Vida**

	Seguro direto e resseguro proporcional aceite												Resseguro não proporcional aceite				Responsabilidades Totais Não-Vida
	Seguro despesas médicas	Seguro proteção de rendimentos	Seguro acidentes de trabalho	Seguro RC automóvel	Outros seguros de veículos motorizados	Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	Seguro incêndio e outros danos	Seguro RC geral	Seguro crédito e caução	Seguro proteção jurídica	Assistência	Perdas pecuniárias diversas	Resseguro de acidentes e doença não proporcional	Resseguro de acidentes não proporcional	Resseguro não proporcional marítimo, da aviação e dos transportes	Resseguro de danos patrimoniais não proporcional	
	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120	C0130	C0140	C0150	C0160	C0170	C0180
<b>Provisões técnicas calculadas como um todo</b>	R0010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total dos Montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte associados às provisões técnicas calculadas no seu todo	R0050	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR</b>																	
<b>Melhor Estimativa</b>																	
<b>Provisões para prémios</b>																	
Valor bruto	R0060	23.140	10.644	11.133	87.509	51.647	-2.907	63.462	55.230	8	380	-2.373	6.420	0	0	0	304.292
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte	R0140	9.895	65	0	0	6	-1.677	15.577	43.584	1	-3.080	-24.717	1.307	0	0	0	40.960
Valor líquido da melhor estimativa das provisões para prémios	R0150	13.245	10.579	11.133	87.509	51.641	-1.230	47.885	11.645	7	3.460	22.344	5.113	0	0	0	263.331
<b>Provisões para sinistros</b>																	
Valor bruto	R0160	80.028	42.073	62.039	274.149	30.412	7.133	148.354	97.362	339	0	4	13.286	0	0	0	755.180
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte	R0240	76.251	25.415	2.408	12.347	22	1.892	91.909	31.099	0	0	0	4.981	0	0	0	246.325
Valor líquido da melhor estimativa das provisões para sinistros	R0250	3.777	16.658	59.631	261.802	30.390	5.241	56.444	66.263	339	0	4	8.305	0	0	0	508.855
<b>Melhor estimativa total — valor bruto</b>	R0260	103.168	52.717	73.172	361.658	82.059	4.226	211.816	152.591	347	380	-2.369	19.706	0	0	0	1.059.472
<b>Melhor estimativa total — valor líquido</b>	R0270	17.022	27.237	70.764	349.311	82.031	4.011	104.330	77.908	346	3.460	22.349	13.418	0	0	0	772.186
<b>Margem de Risco</b>	R0280	389	1.376	4.661	8.377	3.722	449	3.583	2.350	18	21	126	1.218	0	0	0	26.291
<b>Montante das medidas transitórias nas provisões técnicas</b>																	
Provisões técnicas calculadas como um todo	R0290	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Melhor estimativa	R0300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Margem de Risco	R0310	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - TOTAL</b>																	
Provisões técnicas - Total	R0320	103.557	54.093	77.833	370.035	85.782	4.675	215.398	154.941	365	401	-2.242	20.924	0	0	0	1.085.763
Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte — total	R0330	86.146	25.480	2.408	12.347	29	215	107.486	74.683	1	-3.080	-24.717	6.288	0	0	0	287.286
Provisões técnicas menos montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito — total	R0340	17.411	28.613	75.425	357.688	85.753	4.460	107.912	80.258	364	3.481	22.475	14.636	0	0	0	798.477

S.19.01.21  
Sinistros de seguros não-vida

Total do negócio não-vida  
Ano do acidente/Ano de subscrição

Z0020 1

Valor Bruto dos Sinistros Pagos (não cumulativo)  
(montante absoluto)

Exercício	Ano de desenvolvimento	Ano de desenvolvimento										10 & + C0110	Exercício em curso C0170	Soma dos exercícios (cumulativo) C0180	
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9				
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100				
Anteriores	R0100														
N-9	R0160	401.326	149.240	25.073	16.958	9.589	5.743	3.904	1.322	2.143	670	0	R0100	6.054	6.054
N-8	R0170	386.761	147.670	31.692	14.588	7.492	4.632	430	3.806	1.375	0	0	R0160	670	615.968
N-7	R0180	398.877	167.655	31.027	13.167	8.889	3.116	5.209	3.419	0	0	0	R0170	1.375	598.445
N-6	R0190	450.541	181.257	68.573	34.634	10.169	7.110	3.948	0	0	0	0	R0180	3.419	631.359
N-5	R0200	494.920	211.953	40.080	16.904	10.682	5.240	0	0	0	0	0	R0190	3.948	756.232
N-4	R0210	535.184	213.164	31.580	14.429	13.645	0	0	0	0	0	0	R0200	5.240	779.779
N-3	R0220	549.662	212.548	30.714	21.944	0	0	0	0	0	0	0	R0210	13.645	808.001
N-2	R0230	509.924	167.853	29.083	0	0	0	0	0	0	0	0	R0220	21.944	814.867
N-1	R0240	586.157	229.494	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R0230	29.083	706.861
N	R0250	654.239	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R0240	229.494	815.651
													R0250	654.239	654.239
<b>Total</b>	<b>R0260</b>													<b>969.110</b>	<b>7.187.455</b>

(montante absoluto)

Valor bruto não descontado da melhor estimativa das provisões para sinistros

Exercício	Ano de desenvolvimento	Ano de desenvolvimento										10 & + C0300	Final do exercício (dados descontados) C0360	
		0	1	2	3	4	5	6	7	8	9			
		C0200	C0210	C0220	C0230	C0240	C0250	C0260	C0270	C0280	C0290			
Anteriores	R0100													
N-9	R0160	0	0	0	36.465	27.648	17.267	11.799	9.230	8.224	8.060	0	R0100	66.942
N-8	R0170	0	0	51.268	36.413	25.184	19.564	18.394	16.523	14.723	0	0	R0160	7.260
N-7	R0180	0	80.630	45.474	30.585	22.645	17.131	15.334	12.968	0	0	0	R0170	13.506
N-6	R0190	296.625	150.294	74.527	34.095	22.284	20.236	14.096	0	0	0	0	R0180	11.660
N-5	R0200	316.478	103.550	61.837	40.753	30.655	26.945	0	0	0	0	0	R0190	12.730
N-4	R0210	286.004	79.195	54.014	41.362	30.691	0	0	0	0	0	0	R0200	24.674
N-3	R0220	284.563	95.636	70.429	51.515	0	0	0	0	0	0	0	R0210	27.804
N-2	R0230	235.936	83.325	67.671	0	0	0	0	0	0	0	0	R0220	46.894
N-1	R0240	343.120	110.240	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R0230	62.606
N	R0250	361.528	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R0240	105.175
													R0250	348.073
<b>Total</b>	<b>R0260</b>													<b>727.324</b>

S.22.01.21

Impacto das medidas de garantia de longo prazo e das medidas transitórias

		Montante com as Garantias a Longo Prazo e medidas transitórias	Impacto das medidas transitórias ao nível das provisões técnicas	Impacto das medidas transitórias ao nível da taxa de juro	Impacto da fixação do ajustamento de volatilidade em zero	Impacto da fixação do ajustamento de congruência em zero
		C0010	C0030	C0050	C0070	C0090
Provisões técnicas	R0010	10.890.505	451.378	0	0	0
Fundos próprios de base	R0020	3.044.556	-309.194	0	0	0
Fundos próprios elegíveis para cumprimento do Requisito de Capital de Solvência	R0050	3.044.556	-309.194	0	0	0
Requisito de Capital de Solvência	R0090	1.442.830	6.107	0	0	0
Fundos próprios elegíveis para cumprimento do Requisito de Capital Mínimo	R0100	2.635.419	-450.142	0	0	0
Requisito de Capital Mínimo	R0110	389.758	6.182	0	0	0



**S.23.01.01**
**Fundos próprios**

		Total	Nível 1 - sem restrições	Nível 1 - com restrições	Nível 2	Nível 3
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050
<b>Fundos próprios de base antes da dedução por participações noutros setores financeiros como previsto no artigo 68.o do Regulamento Delegado 2015/35</b>						
Capital em ações ordinárias (sem dedução das ações próprias)	R0010	509.264	509.264		0	0
Conta de prémios de emissão relacionados com o capital em ações ordinárias	R0030	382.666	382.666		0	0
Fundos iniciais, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e sociedades sob a forma mútua	R0040	0	0		0	0
Contas subordinadas dos membros de mútuas	R0050	0		0	0	0
Fundos excedentários	R0070	0	0			
Ações preferenciais	R0090	0		0	0	0
Conta de prémios de emissão relacionados com ações preferenciais	R0110	0		0	0	0
Reserva de reconciliação	R0130	1.665.538	1.665.538			
Passivos subordinados	R0140	462.590		0	462.590	0
Montante igual ao valor líquido dos ativos por impostos diferidos	R0160	24.499				24.499
Outros elementos dos fundos próprios aprovados pela autoridade de supervisão como fundos próprios de base, não especificados acima	R0180	0	0	0	0	0
<b>Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II</b>						
Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II	R0220					
<b>Deduções</b>						
Deduções por participações em instituições financeiras e instituições de crédito	R0230					
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE APÓS DEDUÇÕES</b>	<b>R0290</b>	<b>3.044.556</b>	<b>2.557.467</b>	<b>0</b>	<b>462.590</b>	<b>24.499</b>
<b>Fundos próprios complementares</b>						
Capital não realizado e não mobilizado em ações ordinárias, mobilizáveis mediante pedido	R0300	0			0	
Fundos iniciais não realizados e não mobilizados, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e as sociedades sob a forma mútua, mobilizáveis mediante pedido	R0310	0			0	
Ações preferenciais não realizadas e não mobilizadas, mobilizáveis mediante pedido	R0320	0			0	0
Um compromisso juridicamente vinculativo de subscrição e pagamento dos passivos subordinados mediante pedido	R0330	0			0	0
Cartas de crédito e garantias nos termos do artigo 96.o, n.o 2, da Diretiva 2009/138/CE	R0340	0			0	
Cartas de crédito e garantias não abrangidas pelo artigo 96.o, n.o 2, da Diretiva 2009/138/CE	R0350	0			0	0
Reforços de quotização dos membros nos termos do artigo 96.o, n.o 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	R0360	0			0	
Reforços de quotização dos membros — não abrangidos pelo artigo 96.o, n.o 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	R0370	0			0	0
Outros fundos próprios complementares	R0390	0			0	0

S.23.01.01

Fundos próprios

		Total	Nível 1 - sem restrições	Nível 1 - com restrições	Nível 2	Nível 3
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES</b>	R0400	0	0	0	0	0
<b>Fundos próprios disponíveis e elegíveis</b>						
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCS	R0500	3.044.556	2.557.467	0	462.590	24.499
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCM	R0510	3.020.057	2.557.467	0	462.590	
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCS	R0540	3.044.556	2.557.467	0	462.590	24.499
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCM	R0550	2.635.419	2.557.467	0	77.952	
<b>RCS</b>	R0580	1.442.830				
<b>RCM</b>	R0600	389.758				
<b>Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCS</b>	R0620	211,01%				
<b>Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCM</b>	R0640	676,17%				
		<b>C0060</b>				
<b>Reserva de reconciliação</b>						
Excedente do ativo sobre o passivo	R0700	2.582.115				
Ações próprias (detidas direta e indiretamente)	R0710	149				
Dividendos previsíveis, distribuições e encargos	R0720	0				
Outros elementos dos fundos próprios de base	R0730	916.428				
Ajustamentos para elementos dos fundos próprios com restrições em relação com carteiras de ajustamento de congruência e fundos circunscritos para fins específicos	R0740	0				
Reserva de reconciliação	R0760	1.665.538				
<b>Lucros Esperados</b>						
Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP) — Ramo vida	R0770	383.914				
Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP) — Ramo não-vida	R0780	0				
<b>Total dos Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP)</b>	R0790	<b>383.914</b>				

**S.25.01.21**
**Requisito de Capital de Solvência — para as empresas que utilizam a fórmula-padrão**

		Requisito de capital de solvência bruto	Parâmetro Específico da Empresa (PEE)	Simplificações
		C0110	C0090	C0120
Risco de mercado	R0010	1.255.566		0
Risco de incumprimento pela contraparte	R0020	187.340		
Risco específico dos seguros de vida	R0030	319.746	0	0
Risco específico dos seguros de acidentes e doença	R0040	191.420	0	0
Risco específico dos seguros não-vida	R0050	245.928	0	0
Diversificação	R0060	-609.919		
Risco de ativos intangíveis	R0070	0		
<b>Requisito de Capital de Solvência de Base</b>	<b>R0100</b>	<b>1.590.081</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Cálculo do Requisito de Capital de Solvência**

		C0100	
Risco operacional	R0130	90.771	
Capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas	R0140	-2.904	
Capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos	R0150	-235.117	
Requisito de capital para atividades exercidas nos termos do artigo 4.º da Diretiva 2003/41/CE	R0160	0	
<b>Requisito de capital de solvência excluindo acréscimos de capital</b>	<b>R0200</b>	<b>1.442.830</b>	
Acréscimos de capital já decididos	R0210	0	
<b>REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA</b>	<b>R0220</b>	<b>1.442.830</b>	
<b>Outras informações sobre o RCS</b>			
Requisito de capital para o submódulo de risco acionista baseado na duração	R0400	0	
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para a parte remanescente	R0410	0	
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para os fundos circunscritos para fins específicos	R0420	0	
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para as carteiras de ajustamento de congruência	R0430	0	
Efeitos de diversificação devidos à agregação RCSI dos FCFE para efeitos do artigo 304.º	R0440	0	
Abordagem à taxa de imposto		0	
	Sim/Não		
	C0109		
Abordagem relativamente à taxa de imposto	R0590	2	
		0	
Abordagem baseada na taxa média de imposto		0	
	LAC DT		
	C0130		
LAC DT	R0640	-235.117	
LAC DT justificada pela reversão de passivos por impostos diferidos	R0650	-82.867	
LAC DT justificada por referência aos prováveis lucros económicos tributáveis futuros	R0660	-152.250	
LAC DT justificada pelo reporte para exercícios anteriores, ano em curso	R0670	0	
LAC DT justificada pelo reporte para exercícios anteriores, anos futuros	R0680	0	
LAC DT máxima	R0690	-528.553	

**S.28.02.01**
**Requisito de Capital Mínimo — Atividades de seguro dos ramos vida e não-vida em simultâneo**
**Componente da fórmula linear relativa às responsabilidades de seguro e de resseguro não-vida**

	Ramo Não Vida	Ramo Vida
	Resultado de RCM(NV,NV)	Resultado de RCM(NV,V)
	C0010	C0020
R0010	163.302	0

	Ramo Não Vida		Ramo Vida			
	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) da melhor estimativa e PT calculadas como um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro) dos prémios emitidos nos últimos 12 meses	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) da melhor estimativa e PT calculadas como um todo	Valor líquido (de contratos de resseguro) dos prémios emitidos nos últimos 12 meses		
	C0030	C0040	C0050	C0060		
Seguro de despesas médicas e resseguro proporcional	R0020	17.022	2.633	0	0	
Seguro de proteção de rendimentos e resseguro proporcional	R0030	27.237	25.662	0	0	
Seguro de acidentes de trabalho e resseguro proporcional	R0040	70.764	277.905	0	0	
Seguro e resseguro proporcional de automóvel — responsabilidade civil	R0050	349.311	292.812	0	0	
Seguro e resseguro proporcional de automóvel — outros ramos	R0060	82.031	204.926	0	0	
Seguro marítimo, da aviação e dos transportes e resseguro proporcional	R0070	4.011	12.187	0	0	
Seguro e resseguro proporcional de incêndio e outros danos patrimoniais	R0080	104.330	184.340	0	0	
Seguro e resseguro proporcional de responsabilidade civil geral	R0090	77.908	35.908	0	0	
Seguro e resseguro proporcional de crédito e caução	R0100	346	114	0	0	
Seguro e resseguro proporcional de proteção jurídica	R0110	3.460	1.516	0	0	
Assistência e resseguro proporcional	R0120	22.349	10.702	0	0	
Seguro e resseguro proporcional de perdas financeiras diversas	R0130	13.418	23.517	0	0	
Resseguro de acidentes e doença não proporcional	R0140	0	0	0	0	
Resseguro de acidentes não proporcional	R0150	0	0	0	0	
Resseguro não proporcional marítimo, da aviação e dos transportes	R0160	0	0	0	0	
Resseguro de danos patrimoniais não proporcional	R0170	0	0	0	0	

	Ramo Não Vida	Ramo Vida
	Resultado de RCM(V,NV)	Resultado de RCM(V,V)
	C0070	C0080
R0200	31.752	194.705

**Componente da fórmula linear relativa às responsabilidades de seguro e de resseguro de vida**

**S.28.02.01**
**Requisito de Capital Mínimo — Atividades de seguro dos ramos vida e não-vida em simultâneo**

	Ramo Não Vida		Ramo Vida	
	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) da melhor estimativa e PT calculadas como um todo C0090	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) do capital em risco total C0100	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) da melhor estimativa e PT calculadas como um todo C0110	Valor líquido (de contratos de resseguro/EOET) do capital em risco total C0120
Responsabilidades com participação nos lucros — benefícios garantidos	R0210	0	1.414.253	
Responsabilidades com participação nos lucros — benefícios discricionários futuros	R0220	0	10.187	
Responsabilidades de seguros ligados a índices e a unidades de participação	R0230	0	2.412.730	
Outras responsabilidades de (re)seguro dos ramos vida e acidentes e doença	R0240	897.493	5.033.935	
Total do capital em risco para todas as responsabilidades de (re)seguro do ramo vida	R0250			29.007.588
		18.434.712		
<b>Cálculo do RCM global</b>				
		C0130		
RCM linear	R0300	389.758		
RCS	R0310	1.442.830		
Limite superior do RCM	R0320	649.274		
Limite inferior do RCM	R0330	360.708		
RCM combinado	R0340	389.758		
Limite inferior absoluto do RCM	R0350	7.400		
<b>REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO (RCM)</b>	R0400	389.758		
		C0130		
<b>Cálculo do RCM nocional dos ramos vida e não-vida</b>				
		Ramo Não Vida	Ramo Vida	
		C0140	C0150	
RCM linear nocional	R0500	195.054	194.705	
RCM nocional excluindo os acréscimos de capital (anuais ou cálculo mais recente)	R0510	722.061	720.769	
Limite superior do RCM nocional	R0520	324.927	324.346	
Limite inferior do RCM nocional	R0530	180.515	180.192	
RCM combinado nocional	R0540	195.054	194.705	
Limite inferior absoluto do RCM nocional	R0550	3.700	3.700	
RCM nocional	R0560	195.054	194.705	

Anexo - Certificação pelo Atuário Responsável

**FIDELIDADE**  
SEGUROS DESDE 1808

**FIDELIDADE**  
SEGUROS DESDE 1808

**FIDELIDADE - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**

**RELATÓRIO**

**CERTIFICAÇÃO SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA E DA  
INFORMAÇÃO A PRESTAR À ASF PARA EFEITOS DE SUPERVISÃO**

**SITUAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO 2022**

Lisboa, 3 de abril de 2023

## Índice

1. Introdução.....	3
2. Âmbito.....	5
3. Responsabilidades .....	7
4. Opinião.....	7



## 1. Introdução

A elaboração deste relatório foi feita na qualidade de Atuário-Responsável certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e tendo em vista fornecer uma opinião independente sobre a solvência e a situação financeira da companhia Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. a 31 de dezembro de 2022.

Nos quadros seguintes resumimos os principais resultados da certificação efetuada:

### *Provisões Técnicas*

#### **Vida**

Melhor Estimativa (após Dedução Transitória às Provisões Técnicas)	8.763.690.274
Margem de Risco	143.558.943
<b>Total</b>	<b>8.907.249.217</b>

#### **Não Vida**

Melhor Estimativa	830.414.927
Margem de Risco	19.864.758
<b>Total</b>	<b>850.279.685</b>

#### **Saúde STV**

Melhor Estimativa (após dedução Transitória às Provisões Técnicas)	813.612.317
Margem de Risco	83.880.967
<b>Total</b>	<b>897.493.284</b>

#### **Saúde NSTV**

Melhor Estimativa	229.056.936
Margem de Risco	6.426.186
<b>Total</b>	<b>235.483.122</b>

<b>Total Provisões Técnicas</b>	<b>10.890.505.308</b>
---------------------------------	-----------------------

U: Euros

*Montantes Recuperáveis*

<b>Vida</b>	28.681.705
<b>Não Vida</b>	173.251.658
<b>Saúde STV</b>	-
<b>Saúde NSTV</b>	114.034.118
<b>Total Montantes Recuperáveis</b>	<b>315.967.481</b>

U: Euros

*Benefícios Discricionários Futuros*

<b>Benefícios Discricionários Futuros</b>	10.187.187
---	------------

U: Euros

*Riscos Específicos de Seguros*

	<b>Requisito de Capital Líquido</b>	<b>Requisito de Capital Bruto</b>
Riscos Específicos de Seguros de Vida	317.938.109	319.746.088
Riscos Específicos de Seguros Não Vida	245.928.407	245.928.407
Riscos Específicos de Seguros de Acidentes e Doença	191.419.656	191.419.656
Ajustamento de Perdas das Provisões Técnicas	-1.807.979	

U: Euros

Usando a informação da empresa concluímos ainda:

*Requisitos de Capital e Fundos Próprios*

Requisito de Capital para a Solvência (RCS)	1.442.830.044
Requisito de Capital Mínimo para a Solvência (RCM)	389.758.325
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCS	211%
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCM	676%

Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCS	3.044.556.139
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCM	3.020.057.344
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCS	3.044.556.139
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCM	2.635.418.868

U: Euros

## 2. Âmbito

O presente relatório apresenta-se como a certificação do relatório sobre a solvência e a situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, prevista na Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

Este relatório encontra-se elaborado em consonância com a estrutura apresentada no Anexo II da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

É função do atuário responsável certificar a adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguro e das componentes do requisito de capital relacionadas com esses itens.

Os elementos a certificar pelo atuário responsável são definidos em norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a qual também deve fixar o conteúdo, os termos, a periodicidade, os princípios e os moldes de apresentação do relatório de certificação, bem como os termos e meios de reporte e publicação, conforme habilitação regulamentar conferida pelos n.ºs 1 e 3 e alíneas a) a c) do n.º 11 do citado artigo 77.º.

A certificação abrange a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos seguintes elementos:

- a) Das provisões técnicas, incluindo a aplicação do ajustamento de volatilidade, de ajustamentos de congruência e dos regimes transitórios previstos nos artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro;
- b) Dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguros;
- c) Dos módulos de risco específico de seguros de vida, de risco específico de seguros não vida, de risco específico de seguros de acidentes e doença e do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do requisito de capital de solvência, divulgados no relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Este relatório só pode ser analisado no seu conjunto e no contexto e propósito com que foi elaborado, não podendo as suas conclusões ser utilizadas com outros objetivos e/ou em qualquer outro âmbito.

Convém ter presente que os resultados da aplicação de métodos estatísticos têm sempre um grau de incerteza implícito fruto de fatores aleatórios, mudanças estruturais ainda não refletidas no sistema de informação da Companhia e porventura no mercado, bem como de alterações legais, judiciais e políticas que possam ter reflexo nos modelos aplicados.

### 3. Responsabilidades

O presente encontra-se elaborado em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

É responsabilidade do órgão de administração da entidade a aprovação do relatório sobre a solvência e a situação financeira.

É responsabilidade do atuário responsável a emissão de uma opinião de índole atuarial, independente, sobre os elementos referidos no número anterior.

### 4. Opinião

Consideram-se adequados, de acordo com as disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, os cálculos das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, os cálculos dos riscos específicos de seguros e das componentes do requisito de capital de solvência relacionadas com esses itens.

Lisboa, 3 de abril de 2023

Actuarial - Consultadoria Lda.



Luís Portugal  
Sócio-Director

Anexo - Certificação pelo Revisor Oficial de Contas

## **Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**

Ao Conselho de Administração da  
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.

### **Introdução**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março (“Norma Regulamentar”), da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”), analisámos o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira (“Relatório”), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto (incluindo alterações subsequentes), incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório (“Informação quantitativa”), conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015 da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (“Companhia”), com referência a 31 de dezembro de 2022.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, sobre a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e sobre o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo;
- B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e
- C. Relato sobre a restante informação divulgada no Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada.

### **A. RELATO SOBRE OS AJUSTAMENTOS ENTRE A DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA ESTATUTÁRIA E A CONSTANTE DO BALANÇO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA, SOBRE A CLASSIFICAÇÃO, DISPONIBILIDADE E ELEGIBILIDADE DOS FUNDOS PRÓPRIOS E SOBRE O CÁLCULO DO REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA E DO REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO**

#### **Responsabilidades do órgão de gestão**

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia o cálculo dos ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, a classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo submetido à ASF, em conformidade com o Regulamento Delegado (EU) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (“Regulamento”).

#### **Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas**

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia razoável de fiabilidade, sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, não é da nossa responsabilidade a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo (i) dos elementos incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável da Companhia, definido no artigo 7.º da mesma Norma Regulamentar, e (ii) dos elementos do requisito do capital de solvência, incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável, nos termos do artigo 10.º da mesma Norma Regulamentar.

## Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas aplicáveis da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("OROC") e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita, com segurança razoável, concluir que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos com os sistemas de informação da Companhia e a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2022 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, datada de 13 de março de 2023;
- (ii) a revisão de acontecimentos subsequentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;
- (iii) o entendimento dos critérios adotados;
- (iv) o recálculo dos ajustamentos efetuados pela Companhia, exceto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito desta certificação;
- (v) a reconciliação da informação base utilizada para os cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2022, com o balanço para efeitos de solvência, os registos contabilísticos e demais informação mantida nos sistemas da Companhia com referência à mesma data;
- (vi) a revisão em base de amostragem, da correta classificação e caracterização dos ativos de acordo com os requisitos do Regulamento;
- (vii) a revisão dos cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2022, efetuados pela Companhia; e
- (viii) a leitura da documentação preparada pela Companhia para dar cumprimento aos requisitos do Regulamento.

O trabalho realizado não compreendeu a certificação dos ajustamentos efetuados a nível das provisões técnicas e dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, os quais, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar, foram objeto de certificação pelo atuário responsável da Companhia.

Relativamente aos ajustamentos efetuados ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a verificação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos efetuados pela Companhia.

A seleção dos procedimentos efetuados dependem do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados às circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de ética da OROC e do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo normas internacionais de independência), (Código IESBA), que se baseiam em princípios fundamentais de independência, integridade, objetividade, competência profissional e dever de cuidado, confidencialidade e comportamento profissional.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.



## Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e incluídos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança razoável, concluímos que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, à data a que se refere o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira (31 de dezembro de 2022), estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

## B. RELATO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVA APLICAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

### Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia:

- A preparação do Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF (republicada na Norma Regulamentar n.º 1/2018-R, de 11 de janeiro); e
- A definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno (“Sistema de governação”), as quais devem ser descritas no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014.

### Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação.

### Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica”, e outras orientações técnicas aplicáveis da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se o conteúdo do capítulo “Sistema de governação” do Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira, reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do sistema de governação da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a apreciação da informação contida no Relatório sobre o sistema de governação da Companhia quanto, aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da auto-avaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais;
- (ii) a leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos descritos no Relatório, que regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação; e
- (iii) a discussão das conclusões com os responsáveis da Companhia.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, quer resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de ética da OROC e do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo normas internacionais de independência), (Código IESBA), que se baseiam em princípios fundamentais de independência, integridade, objetividade, competência profissional e dever de cuidado, confidencialidade e comportamento profissional.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

## **Conclusão**

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira (31 de dezembro de 2022), o conteúdo do capítulo “Sistema de governação”, não reflete, em todos os aspetos materiais, a descrição da implementação e efetiva aplicação do sistema de governação da Companhia.

## **C. RELATO SOBRE A RESTANTE INFORMAÇÃO DIVULGADA NO RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA E A INFORMAÇÃO QUANTITATIVA CONJUNTAMENTE DIVULGADA**

### **Responsabilidades do órgão de gestão**

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação do Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF (república pela Norma Regulamentar n.º 1/2018, de 11 de janeiro), incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015.

### **Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas**

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre se a restante informação divulgada no Relatório e na informação quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

### **Âmbito do trabalho**

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica” e outras orientações técnicas aplicáveis da OROC e consistiu da obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se a restante informação divulgada no Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira é concordante com a informação objeto do trabalho do revisor oficial de contas e com o conhecimento obtido durante o processo de certificação.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, a leitura integral do referido relatório e a avaliação da concordância conforme acima referida.

A seleção dos procedimentos efetuados dependem do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, quer resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do Código de ética da OROC e do *International Code of Ethics for Professional Accountants* (incluindo normas internacionais de independência), (Código IESBA), que se baseiam em princípios fundamentais de independência, integridade, objetividade, competência profissional e dever de cuidado, confidencialidade e comportamento profissional.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

## Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho” que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira (31 de dezembro de 2022), a informação divulgada no Relatório não é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

## D. OUTRAS MATÉRIAS

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Companhia não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem que sejam detetados.

Lisboa, 10 de abril de 2023

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Assinado por: **RICARDO NUNO LOPES PINTO**  
Num. de Identificação: 11671014  
Data: 2023.04.10 13:42:23+01'00'



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579  
Registado na CMVM com o n.º 20161189

**FIDELIDADE**

SEGUROS DESDE 1808